

OS ALGORITMOS EM TOMADAS DE DECISÃO: OBTEMOS RESULTADOS E SUGESTÕES NEUTRAS E IMPARCIAIS?

Maria Vitoria Pereira de Jesus¹

RESUMO: Como se já não bastasse ouvirmos falar dos algoritmos em redes sociais *online*, eles, agora, também estão presentes em órgãos públicos e privados que, paulatinamente, os empregam em procedimentos que visam à neutralidade, a objetividade e a modernização através do uso de tecnologias e sistemas como a Inteligência Artificial. No Brasil, por exemplo, eles são elementos constitutivos importantes dos sistemas de Inteligência Artificial que já atuam no Superior Tribunal de Justiça, fornecendo súmulas das ações judiciais e sugerindo a tomada de decisões. Na administração pública, eles são mecanismos fundamentais quando se trata do uso de tecnologias como o *Big Data* em procedimentos de análise de dados para a concessão e cortes de benefícios sociais, tal como o Bolsa família. Nesse sentido, poderiam os algoritmos nos fornecer análises e sugestões neutras e objetivas? Propomo-nos a analisar as controvérsias em torno da neutralidade e da objetividade dos algoritmos em tecnologias de informação presentes em instituições públicas e em processos de análise e tomadas de decisão. Para tanto, apoiamo-nos nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e, para fins de fundamentação empírica, utilizamos de estudos e matérias jornalísticas sobre os algoritmos e as polêmicas em torno da sua atuação. Nossas análises levam-nos a questionar sobre suas qualidades políticas, pois, em alguns casos, os seus resultados demonstram a parcialidade e a presença de vieses políticos, econômicos e socioculturais.

1. INTRODUÇÃO

Para além das redes sociais online, agora, torna-se evidente a presença de algoritmos em instituições públicas que, paulatinamente, os empregam em análises de dados e processos de tomada de decisão. No Brasil, por exemplo, os algoritmos são elementos constitutivos importantes dos sistemas de Inteligência Artificial (IA) que atuam no Superior Tribunal de Justiça (STJ), fornecendo súmulas das ações judiciais e sugerindo a tomada de decisões (SAKAI; GALDINO; BURG, 2021). Na administração pública, eles são mecanismos fundamentais quando se trata do uso de tecnologias como o Big Data em procedimentos de análise de dados para a concessão e cortes de benefícios sociais, tal como o Bolsa família. Deste modo, embora conheçamos os algoritmos por sua atuação significativa na internet ao nos fornecer recomendações com base nos conhecimentos acumulados sobre o que parecem ser as nossas preferências, é evidente que cada vez mais instituições públicas adotam os algoritmos e a Inteligência Artificial em processos de tomadas de decisões importantes, a fim de se obter o alcance de resultados “neutros” e imparciais.

No entanto, diante das últimas polêmicas envolvendo situações de discriminação e preconceito de sistemas algorítmicos, inúmeros estudiosos e jornalistas salientam os riscos da implementação de tecnologias de informação e Inteligência Artificial em processos de tomada de decisão, sobretudo no setor público. Quando se trata de situações de discriminação e preconceito, são inúmeros os casos em que se evidenciam a parcialidade e a não neutralidade dos algoritmos, ao realizar análises e dar sugestões que promovem a discriminação de indivíduos e reforçam os vieses e atitudes baseadas em preconceitos. Dessa forma, tais fatos levam-nos a questionar sobre as suas qualidades políticas e a possibilidade de que eles também incorporem “diferentes níveis de consciência” (WINNER, 1986, p. 9). Nesse sentido, as análises realizadas por Langdon Winner (1986) e Andrew

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: maria.vitoriap959@gmail.com.

Feenberg (2010) nos são de muita importância, pois revelam a política e as contradições práticas das tecnologias e do conhecimento científico.

Portanto, propomo-nos a analisar as controvérsias em torno da neutralidade e da imparcialidade dos algoritmos presentes em tecnologias de informação e sistemas de Inteligência Artificial, que cada vez mais tem sido adotados por instituições públicas e em processos de tomadas de decisões relevantes em diferentes setores da sociedade, que buscam prover-se de soluções e resultados neutros e objetivos. Poderiam os algoritmos nos fornecer resultados imparciais sem emitir qualquer juízo de valor? Poderiam eles ser objetivos e eficientes ao sugerir decisões com base na mineração de dados?

2. METODOLOGIA

Para isso, realizamos leituras no âmbito dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, considerando a política dos artefatos tecnológicos e a possibilidade de que eles incorporem “diferentes graus de poder assim como diferentes níveis de consciência” (WINNER, 1986, p. 9). Também consultamos estudos como os realizados por Danilo Doneda e Virgílio Almeida, Fernanda Bruno, e Shoshana Zuboff, que, em certa medida, tratam direta ou indiretamente da operação dos algoritmos, possibilitando-nos uma melhor compreensão das controvérsias em torno do seu funcionamento. Além disso, visando fundamentar empiricamente a nossa discussão, acessamos notícias e reportagens jornalísticas, que nos forneceram dados relevantes sobre o tema abordado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Inteligência Artificial como um dos símbolos da modernização e do progresso tecnocientífico, surge com a promessa de contornar a subjetividade e os valores socioculturais fortemente imbricados nas ações e no comportamento humano. Nas instituições, empresas e em processos de tomadas de decisão, os sistemas de Inteligência Artificial são frequentemente solicitados por sua “neutralidade”, “imparcialidade” e agilidade na realização de trabalhos e procedimentos que, até então, eram executados por seres humanos. Em diversos setores de nossas sociedades, o uso de Inteligência Artificial já é realidade em instituições públicas e privadas, assim como em processos decisórios. No Brasil, por exemplo, além dos relatos do seu uso no judiciário, elas também estão embutidas em propostas de “modernização” e de um governo digital, que deseja ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos e promover a transformação digital da gestão e dos serviços, seja com o objetivo promover a simplificação das relações entre Cidadão e Estado; a agilidade dos serviços públicos; ou a “desburocratização” do Estado.

Os algoritmos são componentes fundamentais das tecnologias de informação e sistemas de Inteligência Artificial. Eles são conhecidos por sua agilidade em extrair padrões e regularidades em meio a um conjunto de informações obtidas através dos rastros digitais (BRUNO, 2013) deixados, por exemplo, quando acessamos notícias ou clicamos em anúncios e sites. Desta forma, após serem colhidas as nossas informações digitais, tudo é traduzido em dados que, depois de serem codificados, são colocados à venda, ficando à disposição de empresas de publicidade, órgãos e entidades que desejam vender e aprimorar seus serviços (ZUBOFF, 2019), com base em perfis e previsões algorítmicas.

Na internet, os algoritmos têm sido cada vez mais solicitados por empresas e grupos publicitários a fim de estabelecer produtos e práticas e direcioná-las aos internautas. Já nas instituições públicas, com a implementação de tecnologias de informação para a realização de diferentes procedimentos, os algoritmos se tornaram elementos constitutivos importantes dos sistemas de policiamento preditivo, câmeras de reconhecimento facial e programas utilizados na previsão de maus-tratos contra crianças e bebês recém-nascidos. Os resultados fornecidos pelos algoritmos são tidos como bases sólidas para a tomada de decisões de forma neutra e imparcial, na

medida em que “as informações geradas são analisadas de modo matemático” (ARAGÃO; BENEVIDES, 2019, p. 7), inviabilizando a ocorrência de vieses e interpretações subjetivas.

No Brasil, com o lançamento da plataforma do governo federal, o Govdata, os resultados das correlações algorítmicas serviram de bases relevantes para a concessão e cortes de benefícios sociais. Em 2018, 5,2 milhões de benefícios do bolsa família foram cancelados por meio do cruzamento de dados. O GovData abriga informações de diferentes setores e órgãos públicos do Estado e, por meio de ferramentas de análise de dados, promete auxiliar no fornecimento de resultados objetivos e estratégicos, por exemplo, para a concessão de benefícios sociais. No *Big Data*, os algoritmos buscam a similaridade das informações armazenadas e com isso, visam extrair padrões, realizar previsões e dar sugestões que possibilitem antecipar e intervir em ações e comportamentos que, de algum modo, se assemelham com os de outros sujeitos. Portanto, no GovData, seriam as previsões algorítmicas que indicavam os possíveis indivíduos que recebiam o benefício do programa Bolsa Família de forma indevida.

Segundo Canclíni (2020), vivemos em um contexto de informatização, em que cada vez mais confiamos nas decisões e na autoridade dos algoritmos de macrodados. Confiamos tanto nos resultados algorítmicos que não pensamos duas vezes em aceitar suas sugestões de como prosseguir em determinados procedimentos e tomadas de decisão. Entretanto, Pasquinelli (2017) salienta a possibilidade de que ocorram falhas nos sistemas, tal como são verificadas inúmeras falhas presentes em sistemas de reconhecimento facial que, ao serem treinados com dados enviesados - por exemplo, dados que contemplem apenas os rostos de pessoas brancas - fracassam consideravelmente em reconhecer pessoas negras. Nesses casos, as máquinas podem emitir erros e vieses que estão diretamente relacionados aos dados utilizados em seu treinamento ou, ainda, é possível que eles venham implícitos na maneira com que os algoritmos são programados.

Na maioria dos casos, a produção de novas tecnologias é feita sem muita preocupação com a diversidade de sujeitos e pontos de vista. Homens e mulheres, por exemplo, embora estejam inseridos em uma mesma cultura, podem desenvolver pontos de vista distintos na medida em que interagem com o ambiente e se ocupam de atividades diferentes (HARDING, 2007). Portanto, é fundamental que nos mantenhamos atentos às posições e intenções dos sujeitos responsáveis pela programação, que, embora não estejam (ou nem sempre estão) conscientes, podem fixar modelos discriminatórios que não compreendem os indivíduos e suas personalidades em questão. Precisamos nos questionar de que lugar se observa, “quem revisa” e “para quem é feito”, pois é possível que tenhamos modelos e classificações algorítmicas definidas a partir de visões de mundo extremamente específicas. Dessa forma, compreendemos ser de suma importância que a etapa da programação considere a participação de uma pluralidade de sujeitos e pontos de vista para que os algoritmos possam fornecer resultados mais comprometidos com os princípios de equidade e justiça.

Além da programação, a coleta de informações e os dados utilizados no treinamento dos sistemas são fatores consideráveis quando se trata dos vieses implícitos nos resultados e sugestões algorítmicas. Os algoritmos treinados a partir de um conjunto de dados “homogêneos” ou “enviesados”, tendem a fixar padrões extremamente específicos quanto ao contexto e à população sobre a qual irá atuar. Por outro lado, os algoritmos treinados a partir de um conjunto de dados “heterogêneos”, cujo volume e variedade compreendam as características do *Big Data*, tendem a operar em uma lógica infra-individual e supra-individual (BRUNO, 2013), produzindo resultados completamente aleatórios que podem prejudicar os indivíduos que se submetem a processos de seleção importantes para a sua trajetória pessoal e profissional. No Reino Unido, por exemplo, um algoritmo usado para julgar a nota dos estudantes que concorriam a vagas de estudo na Universidade foi acusado de fornecer resultados injustos e inesperados, fazendo com que inúmeros jovens perdessem a chance de entrar na Universidade (BBC, 2020).

No Brasil, felizmente, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, publicada no dia 14 de agosto de 2018), garante aos indivíduos o direito à revisão nos casos em que as decisões tomadas

de forma automatizadas possam comprometer as suas oportunidades (BRASIL, 2018). A Lei reconhece a possibilidade de que se ocorram falhas nos resultados e previsões fornecidas pelos algoritmos, por isso permite aos indivíduos o direito à revisão e o acesso às informações mineradas pelos algoritmos, que cada vez mais fornecem bases relevantes para a tomada de decisões. Dessa forma, embora não se trate de uma lei própria para a governança dos algoritmos e proteção dos sujeitos que se submetem ou são submetidos às decisões automatizadas, a LGPD não só possibilita aos indivíduos, alvos de discriminações e injustiças algorítmicas, que solicitem a revisão dos seus resultados, como também contribui para as discussões sobre a necessidade de sua regulação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, compreendemos que a promessa de uma inteligência artificial proposta na tentativa de inviabilizar a interferência de valores e vieses subjetivos, sobretudo em análises e procedimentos de tomada de decisão, mostra-se controversa, pois os algoritmos, concebidos como isentos de valores e a serviço da eficiência e do progresso tecnológico (FEENBERG, 2010), revelam-se cada vez menos “neutros” e imparciais, ao discriminar indivíduos e fixar padrões específicos.

Nossas análises apontam para a necessidade de se observar os padrões fixados no momento da sua programação e de se criar órgãos governamentais de regulação e supervisão (ALMEIDA; DONEDA, 2018) e sistemas, que estejam comprometidos com a responsabilidade social e tecnológica e com os princípios de equidade e justiça. Dessa forma, num contexto de crescente digitalização e adoção de tecnologias de informação em diferentes setores da sociedade, compreender se as “tecnologias têm qualidades políticas” (WINNER, 1986, p. 1) se torna cada vez mais necessário quando se trata das controvérsias em relação aos objetivos a que são propostas e diante da situação em que são aplicadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Francisca. A. A; BENEVIDES, Pablo S. Governamentalidade algorítmica e Big data: o uso da correlação de dados como critério de tomada de decisão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS: “ASSIMETRIAS E (IN)VISIBILIDADES: VIGILÂNCIA, GÊNERO E RAÇA ” , 6, 2019, Salvador. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Araujo_Benevides-2019-LAVITS.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2021.

BBC. 2020. ‘Algoritmo roubou meu futuro’ : solução para ‘Enem britânico’ na pandemia provoca escândalo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53853627>>. Acesso em 16 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Brasília - DF, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709compilado.htm>. Acesso em 31 de outubro de 2021.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. Ciudadanos reemplazados por algoritmos. **CALAS**. México, 2020.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

DONEDA, DANILO; ALMEIDA, VÍRGILIO A. F. O que é a governança dos algoritmos? In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, B; KANASHIRO, M; GUILHON, L; MELGAÇO, L. (orgs). **Tecnopolíticas da vigilância**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 141-148.

FEENBERG, Andrew. Racionalização democrática, poder e tecnologia. In: NEEDER, Ricardo T. (org.). **Ciclo de conferências Andrew Feenberg**, 2010.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, janeiro-junho, 2007.

PASQUINELLI, Matteo. Machines that Morph Logic: Neural Networks and the Distorted Automation of Intelligence as Statistical Inference. **Logic Gate: the Politics of the Artifactual Mind (Online)**. 2017. Disponível em: <<https://www.glass-bead.org/article/machines-that-morph-logic/?lang=enview>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

SAKAI, Juliana; GALDINO, Manoel; BURG, Tamara. Governance recommendations: Use of Artificial Intelligence by public authorities. Transparência Brasil. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Governance_Recommendations.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

WINNER, Langdon. **Artefatos têm política?** Traduzido por Fernando Manso. Chicago: The University of Chicago Press, 1986, p. 19-39.

ZUBOFF, SHOSHANA. **The age of surveillance capitalismo: The fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs, 2018. Resenha de: EVANGELISTA, Rafael. Surveillance & Society, New York, v. 17, n. 1/2, p. 246-251, march, 2019.

DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DE RISCOS E DESIGUALDADES EM MEIO PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: COMO O VÍRUS OPERA NO CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Josué Cardoso Pereira Alves¹

RESUMO: Passados quase dois anos de circulação, a Sars-cov-2 (novo coronavírus) gerou diversos desafios à realidade brasileira, que para além do novo contexto, já sofria com antigos problemas. De um lado, foram desenvolvidas diversas ações para contenção do avanço da disseminação da covid-19 no país, mas de outro, surgiram diversas adversidades para esse objetivo. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a pandemia de covid-19 através de conceitos-chave como sociedade de risco e distribuição social dos riscos, contemporâneos nas ciências sociais, refletindo o atual cenário social e sanitário brasileiro. É sumariamente importante para compreender o atual contexto fazer os seguintes questionamentos: como a pandemia vem se desenvolvendo socialmente e quais grupos ela tem afetado com maior violência?

A partir das discussões estabelecidas foi possível verificar a relação simbiótica entre a pandemia de covid-19 e as desigualdades sociais no Brasil. Onde a percepção dos atores sociais, relacionada aos riscos, é influenciada pelo cenário social onde o indivíduo está inserido. Quanto as desigualdades de acesso a vacinação, foi identificado ao avaliar o calendário de vacinação e os critérios estabelecidos, ou seja, os grupos localizados como prioritários, uma continuidade do cenário de desigualdade, sendo desconsiderada pelo quadro técnico gestor da pandemia no país, estado/município (aqui foi analisado especificamente São Paulo) os apontamentos de pesquisas feitas sobre o cenário vivenciado no país e a relação desenvolvida entre a doença e a realidade social da população, gerando pouco impacto na contenção ao avanço da doença e um certo “privilegio” de grupos sociais da classe média alta acima (ao menos nas primeiras fases de vacinação).

1. INTRODUÇÃO

Passados quase dois anos de circulação, a Sars-cov-2 (novo coronavírus) gerou diversos desafios à realidade brasileira, que para além do novo contexto, já sofria com antigos problemas. De um lado, foram desenvolvidas diversas ações para contenção do avanço da disseminação da covid-19 no país, mas de outro, surgiram diversas adversidades para esse objetivo. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a pandemia de covid-19 através de conceitos-chave como sociedade de risco e distribuição social dos riscos, contemporâneos nas ciências sociais, refletindo o atual cenário social e sanitário brasileiro. É sumariamente importante para compreender o atual contexto fazer os seguintes questionamentos: como a pandemia vem se desenvolvendo socialmente e quais grupos ela tem afetado com maior violência?

2. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa se constitui a partir de revisão bibliográfica e análise de dados secundários produzidos na área das ciências sociais aplicadas e afins. Faremos uma articulação teórica com base nos conceitos dos seguintes autores: Beck (2011), com o conceito de “sociedade de risco” e voltando nossa reflexão para o território nacional, Porto (2020), que

¹ Graduando em Ciências Sociais – Bacharelado, Universidade Estadual de Montes Claros, josuecardoso07@gmail.com.

pensa os quadros de vulnerabilidade social vinculado ao debate socioambiental, e Guivant (1998), que estabelece dialogo com diversos autores que posicionam os riscos no centro da teoria social contemporânea. Luisa Massarani *et al.*, por sua vez irá tratar sobre a percepção de risco dos atores sociais, que integra um dos objetivos desta pesquisa. As fontes jornalísticas, por sua vez, não somente servem de referência a determinados eventos, mas se possuem o papel neste trabalho de fontes documentais, tendo em vista a justificável incipiência bibliográfica sobre o objeto estudado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pousar no Brasil, nas malas das nossas elites, vindos da Europa e Asia, a covid-19 se impõe como um novo desafio em um país conturbado. Houve, no início desse cenário, um emblemático caso, que nos remete às relações entre patroas e empregadas domésticas no Brasil (ANGELIN; TRUZZI, 2015). Tornou-se público que o “primeiro caso de morte registrado no Brasil, uma senhora de 63 anos, empregada doméstica que trabalhava com uma família que chegava das férias na Itália, infectada” (MANTOVANI; CAPONI, 2020, p. 10). A principal contribuição que extrairemos aqui do trabalho dos autores Mantovani e Caponi está localizada na discussão que eles estabelecem sobre o aspecto antidemocrático que o vírus adquire em solo brasileiro. Essa afirmação se consolida ao analisar as diversas epidemias ocorridas ao longo da história – como a peste na Europa do século XIV, ou a cólera no Brasil – e ao relacionar o desenvolvimento da pandemia de covid-19 com o cenário social brasileiro. Através desta análise foi possível considerar como o marco diferencial, a covid-19 começa pelas elites se disseminando para o restante da população, assim, embora a

Covid-19 possa afetar a todos, ela não é uma doença democrática. Ela não segue a mesma trajetória da peste, que se inicia nos bairros populares e logo se traslada aos bairros ricos. [...] Foram às classes média e alta, aquelas que podiam viajar à Europa ou à China, as que contraíram primeiro a doença, trasladando-se rapidamente às classes populares, que são na verdade as mais afetadas. (MANTOVANI; CAPONI, 2020, p.10).

Com a disseminação comunitária identificada, foram evidenciadas com mais intensidade as desigualdades. Os estabelecidos como grupos de risco – identificados por seus quadros clínicos vulnerabilidade, aqueles que possuem comorbidades como diabetes, câncer e hipertensão, entre outros – que são considerados os mais propensos a desenvolver o quadro mais grave da infecção, logo deixam de refletir as ocupações dentro das UTI's e mortes registradas. Com o avanço do número de infecções e óbitos pelo vírus foi possível estipular um novo grupo de risco (VESPA, 2020), sendo os afetados com maior intensidade os grupos que se se posicionam dentro do quadro de vulnerabilidade social (PORTO, 2020). Segundo Talyta Vespa (2020) “O bairro de Brasilândia, na zona norte de São Paulo, contabiliza o maior número de mortos pelo novo coronavírus na cidade. São 67, segundo levantamento divulgado pela prefeitura. O número é quase dez vezes maior do que a quantidade de óbitos no Morumbi — sete —, bairro nobre na zona sul, que é o que tem mais casos registrados”.

De acordo com Vespa (2020), os óbitos registrados em Brasilândia, periferia de São Paulo - SP, correspondem a um grupo com idade próxima a média de 40 - 44 anos. A partir disso foi evidenciado que os casos se concentravam em bairros nobres, porém a concentração dos números de óbitos permanece atrelado aos bairros mais pobres, com vítimas de idade inferior aos 60 anos e em alguns casos até mesmo fora do grupo de risco (como já exposto anteriormente). Os bairros nobres, onde existe a maior ocorrência de casos de contaminação na

cidade de São Paulo - SP, como mostra a reportagem (VESPA, 2020), estão mais próximos às unidades de pronto atendimento e hospitais de referência, o que possibilita uma maior facilidade de acesso para essa população, existindo e fornecendo um forte contraste a esse cenário temos nos bairros mais pobres a falta de hospitais e leitos que justificam os altos índices de mortalidade na região.

Com o passar do tempo e a criação de uma nova vacina para a prevenção a covid-19, se mostrou indispensável não apenas a compreensão territorializada, da ação da covid-19 sobre o território – divisão geoespacial das cidades –, mas também o quanto é fundamental que as ações, os desenhos de políticas públicas e intervenções do estado, sejam pensados a partir disso. Os mapas de calor que ilustram as hospitalizações e óbitos por covid-19 – desenvolvidos pela LabCidade (MARINO, *et al.*, 2021) – na cidade de São Paulo refletem a falta de medidas pontuais para combater a propagação do vírus nas áreas mais afetadas. Agora, com o avanço da campanha de vacinação no país, é necessário agir de forma metódica e reflexiva. Com as informações produzidas sobre a pandemia ao longo dos meses que se sucederam à chegada da doença, as marcas das desigualdades deveriam ser observadas com mais afinco.

Ainda nas pesquisas realizadas pela LabCidade por Marino *et al.* (2021), os autores indicam que se mostravam plenamente claras para as autoridades responsáveis pela gestão da pandemia a situação que enfrentada pela população vulnerabilizada, inclusive presente em discursos explicitados pelo ex-prefeito de São Paulo – SP, que declarava ter preocupação com relação a população socialmente vulnerável, das periferias da cidade. Não obstante, “apesar de demonstrarem uma preocupação com a saúde da população de bairros mais vulneráveis, essas narrativas não repercutiram em uma estratégia territorializada para conter a disseminação da doença.” (MARINO, *et al.*, 2021). Os critérios mais adotados no país era o de priorização dos grupos de risco para a vacinação e neles incidiam pessoas com idade superior a 60 anos e comorbidades, porém essa estratégia pouco impactou no desenvolvimento da covid-19, pois, como afirmam os autores “é possível ver que, se por um lado o critério de idade tem pouca afinidade com as áreas onde a doença mais incidiu, a aplicação da vacina em trabalhadores de atividades essenciais é muito mais compatível com uma ação que beneficia os locais mais impactados pela Covid.” (MARINO, *et al.*, 2021). A exemplo desta lacuna deixada pelos critérios de vacinação, que não consideraram a territorialidade do vírus os autores pontuam que

a opção de vacinar os mais velhos primeiro, mais sujeitos a situação de agravamento da doença e morte, resultou num percentual desproporcionalmente maior de vacinados no chamado eixo sudoeste da cidade, onde se concentra uma população branca com maior média etária e mais renda. Esta região não coincide com os locais mais afetados pelo vírus, como mostram os mapas de hospitalizações e mortes padronizadas. Haveria que se pensar, então, ao se abrir para mais grupos, que finalmente critérios de priorização permitissem atingir estes locais. (MARINO, *et al.*, 2021)

O desemprego gestado pela crise econômica pela qual o país está passando o enfrentamento a covid-19 mais complexo, havendo a necessidade de a população garantir seu sustento, mesmo com essa nova realidade. Tendo isso em vista, o risco de contágio pela covid-19 termina por se localizar em segundo plano para a maioria dos pertencentes aos grupos localizados no quadro de vulnerabilidade social. Nesse cenário caótico, os riscos imperceptíveis, aqueles que não são captados pelos nossos sentidos (BECK, 2010), são sobrepostos pela percepção dos atores pelos riscos perceptíveis, como a fome, desemprego entre diversos outros problemas resultantes da crise civilizatória enfrentada pelo Brasil que agora passa por uma pandemia, como apontado por Pereira et al. (2020). Segundo Beck (2011, p. 53-54) “desigualdades de classe e desigualdades da sociedade de risco podem se sobrepor,

condicionam mutuamente, estas podem produzir aquelas. A distribuição desigual de riqueza social garante com anteparos e justificativas a produção de riscos.”, onde “as consequências dessa pandemia são muitas e ainda estão em andamento, uma vez que está longe de ser mitigada e sob controle. São consequências em diferentes níveis que afetam não só a saúde, mas também a economia, o emprego, a educação e as relações sociais, realçando as assimetrias e desigualdades”. (MASSARANI, *et al.*, 2021)

Ao trabalhar as assimetrias existentes na distribuição social dos riscos, é o momento em que devemos privilegiar a percepção dos atores sociais sobre sua própria condição. Isso porque, apesar de termos “alternativas” para a contenção ao avanço da doença, todas essas medidas só serão eficazes se legitimadas e aderidas pela população. Para isso se faz necessário que haja confiança por parte da população nos meios de comunicação de risco (MASSARANI *et al.*, 2021), além é claro, de que essas medidas reflitam a realidade vivida pelos grupos que são mais afetados. Pensando neste nos últimos anos em que vivemos, onde a narrativa científica tem sido colocada “contra a parede”, por assim dizer, por uma parcela da população, a Fundação Oswaldo Cruz se mobilizou para analisar qual é a percepção da população em relação à instituição e junto a isso as percepções desenvolvidas sobre a pandemia. (MASSARANI, *et al.*, 2021)

Em uma parte da pesquisa desenvolvida por Luisa Massarani *et al.* (2021), foi traçada a percepção dos atores sociais com relação ao grau de confiabilidade depositada relativa a algumas instituições como institutos de pesquisa, imprensa e igrejas. O objetivo geral da pesquisa, que é um fragmento de um estudo mais amplo sobre a percepção dos atores sobre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nas cidades em que eles possuem unidades, é a de como está o crédito dessas instituições na visão da população. A partir dessa pesquisa também foi averiguado a forma pela qual os atores obtêm informação sobre a pandemia de covid-19, quais suas principais fontes de informação e em que instituições eles tem depositado maior confiança na obtenção de tais informações. Traçando essa análise, foi possível observar que o nível de confiança nas instituições de pesquisa – que se revelou uma das principais fontes de informação – continuam muito satisfatórios, seja na busca ativa (onde o ator social vai até as informações por conta própria), seja no grau de confiabilidade dos dados produzidos, existindo alguns grupos que apresentam maior nível de descrença dessas instituições (institutos de pesquisa e imprensa), sendo elas composta por atores sociais pertencentes a grupos religiosos – evangélicos – com ensino médio ou inferior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objeto de estudo se constitui principalmente no plano da discussão teórica sobre o desenvolvimento da pandemia de covid-19, além de suas ressonâncias na sociedade brasileira envolvendo vulnerabilidade social e distribuição social dos riscos, dando início a um debate relativo à percepção social dos riscos pelos atores sociais posicionados dentro do quadro de vulnerabilidade social. As discussões construídas nesse trabalho demonstram que o cenário no qual a covid-19 se insere, no Brasil, já estava bastante conturbado, com diversas problemáticas existentes que precedem a pandemia. Desta forma, a doença intensifica os problemas sociais já existentes e os amplia, tornando mais precárias as condições de existência de diversos grupos sociais. A vacinação é a solução para esse problema, ao menos para uma tentativa de controle da doença, porém ao se estabelecerem certos critérios para o acesso (tendo em vista a insuficiência de se vacinação em massa, em seu período inicial), segue-se a mesma lógica da covid-19, se configurando pouco democrática em sua distribuição. Os critérios criados (ao não serem únicos em todo o território nacional) para se estabelecer os grupos prioritários para a

imunização, não tem nenhuma relação com cenário – a forma como o vírus se proliferou geograficamente – sanitário/social pela qual estamos passando. A presente pesquisa se configura como uma revisão bibliográfica, porém com a incipiência de material bibliográfico específico produzido se faz necessário o desenvolvimento de outras pesquisas que se aprofundem no debate sobre como a pandemia impactou a sociedade brasileira de forma ampla, e mais precisamente os grupos socialmente vulneráveis. Será aplicado futuramente a análise de discurso/conteúdo em produções artísticas/culturais (músicas, podcasts, poesias, produções verbais/textuais em geral) dos sujeitos que estão inseridos nessa realidade, sendo eles produzidos pré/pós-chegada da pandemia no país. Desse modo, ao longo da pesquisa, pretende-se analisar a forma como a Covid-19 se insere no contexto social da população socialmente vulnerável no Brasil, pensando a sociedade brasileira enquanto sociedade de risco e seus possíveis desdobramentos em períodos posteriores, como o retorno a atividades presenciais e mudanças nas relações sociais na sociedade brasileira causadas por esse fenômeno.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELIN, Paulo Eduardo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patroas e adolescentes trabalhadoras domésticas relações de trabalho, gênero e classes sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2015, v. 30, n. 89, p. 63-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/308963-76/2015>>. Acesso em: 26/09/2021

GUIVANT, J. **A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social**. Revista Brasileira de Inf Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. em Ciências Sociais. Rio de em Ciências Sociais. Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade**. São Paulo : Editora 34, 2011, 2ª Ed.

PEREIRA, Mara Dantas *et al.* **Movimento #StayHome para contenção de COVID-19: será que é uma opção para grupos em situação de vulnerabilidade social?**. Revista Thema, ano 20, v.18, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1821>>. Acesso em: 01/10/2020

PORTO, Marcelo Firpo, **No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias**. Revista: Visa em debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://neepes.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/1625-texto_do_artigo-9110-4-10-20200828.pdf#overlay-context=publicacoes/artigos>. Acesso em: 01/20/2020

VESPA, Talyta. **Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país**. Uol , São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral>. Acesso em: 01/10/2020

MANTOVANI, Rafael; CAPONI, Sandra. **As pestes na história: Contágio desigual entre classes, sofrimento, balas de prata e messias**. Dilemas. p.1-18, 2020

MARINO, Aluizio; BRITTO, Gisele; MENDONÇA, Pedro; ROLNIK, Raquel. **Prioridade na vacinação negligência a geografia da Covid-19 em São Paulo**. LabCidade. 20211.

Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>. Acesso em: 26/09/2021

MASSARANI, Luisa *et al.* **Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 08. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.05572021>>. Acesso em: 26/09/2021

TRADICIONALISMO, AUTORITARISMO E O FIM DA DEMOCRACIA: EM BUSCA DE “VALORES CORRETOS” NUM TEMPO CÍCLICO

Eduardo Marangoni Canesin¹

RESUMO: O objetivo desse trabalho é discutir criticamente a ontologia e episteme por trás do Tradicionalismo, corrente místico-esotérica fundada pelo francês René Guénon e que tem os pressupostos de que o tempo é cíclico, estamos numa época de decadência e de que só após esse período acabar é que haverá uma nova era, de “valores corretos” - e a função de um Tradicionalista seria acelerar a destruição da sociedade, não tentar impedi-la. Justificamos a relevância de tal pesquisa pelo fato de tal corrente ser relativamente pouco estudada no país, apesar da profunda relevância geopolítica que ela adquiriu nos últimos anos (representantes do Tradicionalismo tinham e têm considerável influência em países como EUA, Rússia ou mesmo no Brasil - vide as posições ocupadas por Steve Bannon, Alexandr Dugin e Olavo de Carvalho). Analisaremos como tal visão de mundo, avessa à Modernidade, vale-se de meios tecnológicos (sobretudo com redes sociais e propagação de fake news) para desestabilizar a democracia. Ademais, veremos como muitas vezes tais visões se associam com posições político-econômicas neoliberais (ou libertárias) como forma de desmanche dos Estados nacionais. Como instrumental analítico, vamos utilizar a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sobretudo os estudos sobre propaganda e estética fascista de Adorno, para deciframos o modo pelo qual tal movimento conseguiu apoio massivo a suas pautas, valendo-se dos ressentimentos da população e do autoritarismo presente na sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Têm-se falado que estamos passando por uma “onda conservadora” (BURITY, 2018), em virtude dos líderes políticos contemporâneos, movimentos autoritários e um cenário de corrosão da democracia. Isso pode ser observado não só no Brasil, mas em diversas nações. Diante de uma tal realidade, diversos estudos acadêmicos são produzidos na tentativa de explicar a ascensão de pautas conservadoras e autoritárias seja na esfera pública, seja no mundo da vida.

A despeito disso, um tema não tem sido suficientemente estudado - e o objetivo de nossa pesquisa é trazê-lo à luz: trata-se do Tradicionalismo, uma corrente místico-esotérica que surgiu no começo do século XX, mas que ganhou proeminência nos dias de hoje. Tanto é assim que figuras que tinham ou têm grande influência geopolítica são Tradicionalistas: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo, Steve Bannon e Alexandr Dugin. Para entendermos um pouco do agir desses atores políticos, é vital que conheçamos o Tradicionalismo, vendo quais são seus pressupostos.

Como coloca SEDGWICK (2020), o Tradicionalismo foi fundado no período entre guerras pelo francês René Guénon. Guénon tinha um passado no catolicismo, na maçonaria e em algumas seitas esotéricas, mas foi apenas no fim da década de 1910 em que ele concatenou suas crenças e passou a falar em Tradicionalismo. Tal corrente místico-esotérica teria três características fundamentais:

- 1) Acredita e busca a Filosofia Perene, isto é, a Verdade Primordial, aquela que os seres humanos tiveram em suas origens, mas que perderam com o passar dos séculos e o corrompimento da sociedade. Segundo os Tradicionalistas, as religiões tradicionais (islamismo, daoísmo, confucionismo, catolicismo ortodoxo, hinduísmo e judaísmo) teriam vestígios dessa verdade

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: <eduardomcanesin@gmail.com>.

única. Ao iniciado, caberia pinçar esses vestígios, com o intuito de reconstituir a Filosofia Perene (pois só assim a humanidade encontraria a paz e cessaria seu declínio);

- 2) Acredita que vivemos uma época de inversão e contra-iniciação, na qual todos os valores estão trocados: a ênfase se dá no materialismo e no sucesso, não na espiritualidade; as pessoas querem igualdade e democracia, não a hierarquia que garante a estabilidade social etc. Essa inversão se deve à Modernidade, a qual deve ser rejeitada *in toto* e combatida;
- 3) Defende a iniciação em alguma religião tradicional (mormente o islamismo sufi ou hinduísmo, embora haja cabalistas e católicos ortodoxos em seu meio). Só pela iniciação o Tradicionalista estará apto a aprofundar-se nos mistérios e estudos, encontrando a Verdade.

Além dessas três características, também salta aos olhos a crença Tradicionalista de que vivemos um tempo cíclico (crença advinda sobretudo do hinduísmo) e que estaríamos no período mais sombrio, o de declínio. Saber disso é fundamental, pois é com base neste aspecto que entenderemos a práxis Tradicionalista nos dias de hoje, pois ela explica muito dos pressupostos de sua atuação.

Assim, devemos ter em vista que esta pesquisa não pretende se inserir como um estudo de Sociologia da Religião: ela se justifica enquanto uma reflexão sobre a geopolítica contemporânea, nos estudos sobre autoritarismo e democracia e - vale dizer -, enquanto um estudo sobre uma outra ontologia, a qual gera um choque epistêmico que não permite a conciliação com visões discordantes, que é o que veremos agora.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa busca fazer uma reconstrução metodológica de dois livros fundamentais para o Tradicionalismo: *A crise do mundo moderno* (GUÉNON, 1977) e *Revolta contra o mundo moderno* (EVOLA, 1989). Valemo-nos do referencial teórico da Teoria Crítica para tal análise, discutindo tanto o papel da razão instrumental quanto a tendência autodestruidora do esclarecimento, que traz, em seu bojo, o obscurantismo - daí o Tradicionalismo ter surgido no mundo moderno e se opor frontalmente à modernidade.

Ligaremos esses achados iniciais com as discussões de BROWN (2019), a qual mostra como o neoliberalismo cria um cenário propenso ao autoritarismo, e veremos como os principais expoentes do Tradicionalismo contemporâneo souberam se aproveitar desse cenário, jogando com os ressentimentos da população. Apesar de não ser um movimento populista, o Tradicionalismo se associou a políticos populistas, pois assim estariam mais aptos a alcançar seus intentos.

Por fim, articularemos as discussões sobre a práxis dos Tradicionalistas contemporâneos com as discussões sobre a estética fascista de ADORNO (2015), na qual o autor mostra que elementos como a sloganização, personalização e visão cínica e catastrofista fazem parte da propaganda de líderes fascistas - mesmos elementos usados pelos Tradicionalistas (e não só por eles, evidentemente) para angariar apoio popular para suas pautas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim que surgiu, o Tradicionalismo poderia ser entendido como um movimento místico acético e extramundano, pois pregava a fuga do mundo moderno - Guénon, por exemplo, foi para o Cairo e passou o resto de seus dias vivendo em uma residência precária e aconselhando seus discípulos por cartas. Seu livro, aliás, mostra como a Modernidade estava inerentemente corrompida e que, portanto, deveríamos “fugir” dela, negá-la.

Não obstante, Julius Evola, o segundo Tradicionalista mais importante da corrente, deu ao movimento uma orientação política. Com efeito, ele acreditava que, embora o Ocidente estivesse num tempo de declínio (para ele, estávamos na terceira era, de quatro no total), seria possível reverter o

fluxo do tempo, em vez de aguardar a destruição criadora que traria de volta a primeira era. Assim, o Nazismo e o Fascismo foram vistos como uma forma de voltar à segunda era (dos guerreiros), em vez de passar da terceira (dos comerciantes) para a quarta (dos escravos).

Houve um apoio maciço de sua parte e de seus seguidores aos regimes totalitários europeus. Após a derrota desses países na Segunda Guerra Mundial, Evola se refugiou e disse que não dava para reverter a passagem do tempo, cabendo aos Tradicionalistas “cavalgar o tigre” - tal expressão se tornou célebre entre a extrema-direita, segundo TEITELBAUM (2020). Basicamente, “cavalgar o tigre” seria se agarrar e esconder da Modernidade (o tigre), esperando que ela cansasse ou sucumbisse. Só aí seria possível ao Tradicionalista escapar de seu jugo sem ser destruído. Caberia, portanto, a discrição, andar abaixo dos holofotes - embora Evola tenha apoiado o terrorismo italiano na década de 70 (SEDGWICK, 2020).

Paralelamente a este autor, Savitri Devi, outra Tradicionalista, afirmava que não dá para reverter a passagem do tempo, mas daria para acelerá-la. Disso, houve uma ressignificação da derrota do Nazismo: acelerou a passagem da terceira para a quarta era, que ocorreu em pouco tempo, em vez de levar várias décadas ou séculos (apud TEITELBAUM, 2020). Caberia aos Tradicionalistas atuarem para acelerar essa passagem, pois só assim o tempo áureo chegaria o mais brevemente possível.

É baseado nessa argumentação que atuam personagens como Steve Bannon, como mostra TEITELBAUM (2020): buscam destruir, pois só assim seria possível a reconstrução. Para eles, portanto, não se objetivam medidas políticas que possam trazer melhoras pontuais: o objetivo político que encampam é o de acelerar o fluxo do tempo. Dada essa visão esotérica, poucas conciliações são possíveis com outras visões de mundo. Afinal, como alguém que não é Tradicionalista e encampa visões mais progressistas poderia chegar a um mínimo denominador comum na política, visando a um agir em concerto? Estamos diante de uma outra visão de futuro, que busca o passado, bem como outra concepção de tempo: não uma utopia do futuro, mas um passado mítico que só pode ser recuperado rapidamente se a passagem do tempo for acelerada.

Por outro lado, é possível uma associação entre Tradicionalismo e o neoliberalismo (como tem ocorrido), numa tentativa de enfraquecer o Estado nacional e a democracia (crias do mundo Moderno que devem ser superadas); e entre Tradicionalismo e populismo (algo que também tem ocorrido), trazendo para o centro do debate político questões morais, não econômicas - “espiritualizando a política”, em vez de mantê-la materialista.

Para garantir essas associações, uma ampla rede de circulação de ideias foi criada, envolvendo livrarias e editoras esotéricas, colóquios e grupos supremacistas, como nos mostra TEITELBAUM (2020). Mais do que isso, as redes sociais (uma criação do mundo moderno) foram incorporadas como importante ferramenta para alcançar grandes públicos. Vale ter em mente que o Tradicionalismo não é proselitista e seus mistérios devem ficar restritos aos iniciados. Seu objetivo é bem outro: conseguir o apoio para suas bandeiras de desmonte do Estado e corrosão da democracia - valendo-se, nesse quesito, dos ressentimentos que a própria modernidade gesta entre aqueles que são excluídos, sobretudo no que concerne ao neoliberalismo e àqueles que ficam sufocados em meio às exigências cada vez mais avassaladoras do capital (BROWN, 2019).

Nisso, vemos o papel que a estética da propaganda fascista, tal como estudada por ADORNO (2015) desempenha no processo. Os males da sociedade são personalizados, bem como sua salvação: um líder populista poderia resolver todos os problemas; da mesma forma, não há uma argumentação racional ou discussões sobre visões de mundo: há slogans, palavras de ordem e elementos estéticos irracionais (num uso racional da irracionalidade, como diria Adorno). No fim, tanto faz se o público acredita ou não nos conteúdos: ocorre um padrão libidinal narcísico em que os apoiadores das pautas do movimento fingem que acreditam, e fingem tão bem, que num nível inconsciente acabam acreditando, pois, com tal crença, sentir-se-ão redimidos de seus sofrimentos, que terão sido causados por inimigos comuns a serem combatidos (ADORNO, 2015, p. 188).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tradicionalismo não é, de forma alguma, o único responsável pela “onda conservadora” pela qual estamos passando: há elementos como o populismo, neoliberalismo, autoritarismo, conservadorismo neopentecostal, dentre inúmeros outros. A despeito disso, constitui um ator relevante no cenário contemporâneo, sobretudo se tivermos em vista que Tradicionalistas ocuparam ou ocupam postos importantes em países de grande influência geopolítica. Por conta disso, é um movimento que deve ser mais estudado e discutido, para que possamos melhor entendê-lo, bem como entender suas práticas.

Esperamos, com este trabalho, ter dado um pontapé nesse sentido, quiçá despertando a curiosidade de outros pesquisadores que poderão se debruçar, com mais competência, a esse objeto de estudo. Estamos diante de um movimento que tem uma visão específica do tempo (ele é cíclico e vivemos na era mais corrompida) e, partindo disso, estrutura sua ação. Ação esta que é acelerar a destruição, para com isso chegarmos logo a uma era melhor, em vez de tentar mudanças e melhorias pontuais que apenas retardariam o novo período áureo que está para chegar (ou voltar). Ademais, é um movimento que ganhou proeminência nos últimos anos e soube se valer dos recursos tecnológicos que dispõe para angariar apoiadores às suas bandeiras. Cabe que continuemos com as pesquisas, pois só assim poderemos agir, caso nos oponhamos à sua visão de mundo

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In. ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais**. São Paulo: Editora Unicamp, 2018, p. 15-66

EVOLA, J. **Revolta contra o mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989

GUÉNON, R. **A crise do mundo moderno**. Lisboa: Editorial Vegas, 1977

SEDGWICK, M. **Contra o mundo moderno**. O Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Belo Horizonte: Âyiné, 2020

TEITELBAUM, B. **Guerra pela Eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora da Unicamp, 2020

A OUTRA CARA DA CONTRACULTURA: O MARGINALIZADO MOVIMENTO PUNK NA BATALHA PARA DIMINUIR A FOME DA POPULAÇÃO VULNERABILIZADA DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vinícius Viana¹
Reysla Rabelo²
Sheila Stolz³

RESUMO: O Movimento Punk brasileiro nasceu, assim como seu predecessor do Reino Unido, como forma de protesto, aqui, contra a Ditadura implantada pelo Golpe de 1964. Este movimento cultural oriundo da classe trabalhadora das cidades industrializadas do ABC paulista e, também, da capital São Paulo, levantaram, junto com sua arte, bandeiras de crítica ao Governo e a repressão, mas também de fortalecimento das lutas sociais por melhorias da qualidade de vida da população. Um exemplo da capacidade de mobilização social do movimento Punk no Brasil, tem ocorrido desde que a pandemia do novo Coronavírus chegou ao território nacional e provocou além da crise sócio sanitária, a generalização, dado o fim das políticas públicas na área da alimentação, da fome e da insegurança alimentar a que estão submetidas 19 milhões de pessoas no país, conforme o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Sensibilizado por estes fatos, o Movimento Punk no Brasil, tão criminalizado pela mídia, através de João Gordo, da banda Ratos de Porão, junto com sua esposa Vivi Torrico, promoveu a iniciativa de criar a Solidariedade Vegan, uma organização não governamental, que distribuiu em 2020 e segue distribuindo agora em 2021, alimentos para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Ação colaborativa que atendeu mais de 250 mil pessoas na capital do estado de São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos culturais são alicerces necessários nas construções das sociedades, das suas características e identidades podendo, caracterizar-se, ademais, nas mais diversas manifestações artísticas.

O Renascentismo Italiano, que demarca o período transitório entre a Idade Média e a Idade Moderna (séculos XIV e XVI) foi marcado por importantes mudanças no pensamento sociocultural que deixou reflexos na política, economia e religião. O Iluminismo, movimento filosófico e cultural ocorrido no século XVIII, ficou conhecido por suas indelévels contribuições que passaram para a história como o Século das Luzes.

No século XX o Movimento Hippie (década de sessenta), herdeiro da cultura *beat* estadunidense – conhecida por contestar a violência, as guerras e o capitalismo –, ultrapassa as escolas literárias e musicais de sua base fundadora para criar um estilo de vida próprio.

¹ Mestrando em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Identidades Plurais (DGIPLUS/CNPq). E-mail: vvg82@outlook.com.br.

² Mestra em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Identidades Plurais (DGIPLUS/CNPq). E-mail: reyslarabelo@gmail.com

³ Professora Adjunta do Curso de Direito e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande (FaDir/FURG/RS). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em Direito pela Universitat Pompeu Fabra (UPF/Barcelona/Espanha). Coordenadora Geral do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos (NUPEDH/FURG). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Identidades Plurais (DGIPLUS/CNPq). E-mail: <sheilastolz@gmail.com>. E-mail: sheilastolz@gmail.com

No Brasil por sua vez, nasce, em 1967, com inspiração na obra do poeta Oswald de Andrade que criou, em 1928, o Manifesto Antropofágico, a tropicália, o Movimento Tropicalista que tinha em suas músicas sonoridades inovadoras e inéditas e, como base, o ideário de estimular a criação de uma nova identidade brasileira.

Ainda na década de 1960, a expansão do fluxo migratório de jamaicanos para o Reino Unido, particularmente para a Inglaterra, somado ao desalento das classes trabalhadoras inglesas com suas condições de vida e trabalho, acabam oportunizando o ambiente propício para que, através da música, nasça o movimento que futuramente daria corpo ao que o mundo conheceria como o Movimento Punk.

A subcultura originada na/da jovem classe operária inglesa do Reino Unido, conhecida como Skinhead Punk, teve como inspiração os Rude Boys jamaicanos que marcaram um novo estilo de música, de vestimenta, de vida. Embora o termo Skinhead para a grande parte das pessoas tenha associação com o neonazismo, em face a expropriação cultural da simbologia Skinhead realizada pela extrema direita mundial, este movimento não comunga com os movimentos racistas e/ou supremacistas brancos.

O então novel movimento cultural ultrapassa fronteira e inspira os Ramones (New York/EUA), a lançarem em 1974 um novo estilo musical e a se tornarem o maior expoente musical do punk rock. Com músicas simples, influenciadas pelo Rock dos anos 50 e com letras fortes, cruas e viscerais com muita crítica social, criou-se, definitivamente, um movimento cultural representativo dos jovens das classes operárias.

O Movimento Skinhead/Punk brasileiro nasceu como uma forma de protesto ao Regime Cívico-Militar implantado pelo Golpe de 1964, onde uma de suas bases eram precisamente a censura e a violenta repressão a tudo que não estava de acordo com o conservadorismo social. E ainda que o Movimento Skinhead/Punk não tenham surgido do espectro político não governamental, as bandas da época foram críticas ao governo e a repressão e suas músicas naturalmente migraram para os movimentos de massa, visto que grande parte das bandas e dos integrantes do Movimento Punk, principalmente na cidade de São Paulo, eram oriundos das classes operárias.

Bandas como Cólera, Inocentes, Ratos de Porão, e Garotos Podres – esta última fortemente vinculada ao comunismo, inclusive musicando o hino “*A Internacional*” –, marcaram com suas críticas todo um momento histórico. Estas bandas foram importantes inclusive para a disseminação pelo Brasil inteiro da ideia de resistência a repressão e por manter o Movimento Punk atuante nas décadas seguintes, dando origem a bandas como Atrack, Dead Fish e Herdeiros da Revolta Colisão Social.

Diante do cenário catastrófico da pandemia do novo Coronavírus e a destruição das políticas de seguridade alimentar, um dos maiores expoentes do Movimento Punk no país, João Gordo, vocalista da banda Ratos de Porão, junto de sua esposa Vivi Torrico, lançaram a iniciativa de criar o movimento Solidariedade Vegan, uma organização não-governamental (ONG) que, de maneira totalmente colaborativa, distribui alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, atendendo mais de 250 mil pessoas na capital de São Paulo.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada embasou-se: 1) na análise bibliográfica e documental com relação ao surgimento do Movimento Punk e de suas variantes pelo mundo e pelo Brasil; e, 2) na averiguação das ações realizadas pela uma organização não-governamental Solidariedade Vegan.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, pretendeu conhecer e demonstrar a importância do Movimento Punk, não somente como movimento artístico e contracultural de proporções globais, mas como mecanismo aglutinador de setores da sociedade – principalmente da juventude subalternizada – que se pretende modificador de realidades, como é o caso da ONG Solidariedade Vegan e suas ações sociais com vistas a minimizar o sofrimento causado pela carência e/ou inexistência de alimentos que tem atingido as pessoas mais pauperizadas, empobrecidas e excluídas socialmente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos adequado demonstrar que para além das contribuições estéticas e artísticas deste movimento tão marginalizado e compreendido apenas como uma espécie de gênero artístico, ações transformadoras do *status quo* vigente sempre estiveram na base identitária do Movimento Punk. Reforçadas no atual momento pandêmico que tem levado a milhões de pessoas a viverem no Brasil muito aquém do Direito Humano a uma vida digna.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. Q.; BRACHT, V.; GOMES, I. M. Bauman e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 7. ed. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BAUMAN, Z. Modernidade e Ambivalência. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. Trabajo, consumismo e nuevos pobres. Trad. Victoria Boschioli. Barcelona: Gedisa, 2000.
- _____. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. A Sociedade sitiada. Trad. Bárbara Pinto Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- _____. Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.
- _____. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Trad. José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.
- _____. Vida Líquida. 2. ed. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. A Ética é possível num mundo de consumidores? Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. A cultura no mundo líquido-moderno. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013a.
- _____. Sobre educação e juventude. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.
- _____. Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

BUENO, Roberto. **Teoria da Sociedade Aberta Democrática: Filosofia, Política e Direito na Sociedade bem Organizada**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTORIADIS, C. Encruzilhadas do labirinto V: Feito e a ser feito. Trad. Lílían do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Editora Vozes: 2013.

KAMINSKI, Leon (Org.). **Contracultura no Brasil, anos 70: Circulação, espaços e sociabilidades**. CRV: Curitiba, 2020.

STOLZ; Sheila; GONÇALVES, Vinícius Viana. Vida Famélica, Morte Severina: no mar do desinteresse político-econômico naufraga a fábula do direito fundamental a alimentação adequada. In: COSTA, Ricardo Caetano; SOARES, Hector Cury; COSTA, Eder Dion de Paula (Org.). **Cadernos CIDIJUS** - Volume 1. Rio Grande: IBRAJU Edições, 2020, p. 10-39. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/9188/organized.pdf?sequence=4/>. Acesso em 23 de nov. de 2021.

II JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

**AS VERDADES QUE PODEM NOS UNIR PARA A GARANTIA DOS DIREITOS
DEMOCRÁTICOS**

Mariana Cavalcante Ouverney¹

RESUMO: A democracia parece estar passando por um período de crise de confiança em todo o globo, principalmente no que diz respeito aos cidadãos se sentirem representados pelos governantes eleitos. Por outro lado, as possibilidades trazidas pela globalização e pela internet abriram terreno para um ambiente propício à circulação de múltiplas informações, muitas delas falsas e com intenção de manipular as pessoas em suas escolhas e pensamentos. Tal fato possibilitou uma polarização política e social através de uma Guerra Cultural que está promovendo cada vez mais fissuras na democracia. Sendo assim, primeiramente, vamos analisar o fenômeno da “crise da democracia” e do surgimento de autocracias modernas, bem como os mecanismos informais que são igualmente importantes à Constituição para garantir o bom funcionamento da democracia. Depois, vamos analisar as ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira e o funcionamento e as respostas do sistema de freios e contrapesos brasileiros diante dessas ameaças.

1. INTRODUÇÃO

A democracia parece estar passando por um período de crise de confiança em todo o globo, principalmente no que diz respeito aos cidadãos se sentirem representados pelos governantes eleitos. Por outro lado, as possibilidades trazidas pela globalização e pela internet abriram terreno para um ambiente propício à circulação de múltiplas informações, muitas delas falsas e com intenção de manipular as pessoas em suas escolhas e pensamentos. Tal fato possibilitou uma polarização política e social através de uma Guerra Cultural que está promovendo cada vez mais fissuras na democracia. Sendo assim, primeiramente, vamos analisar o fenômeno da “crise da democracia” e do surgimento de autocracias modernas, bem como os mecanismos informais que são igualmente importantes à Constituição para garantir o

¹ Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe. Socióloga na Defensoria Pública da União. marianacavalcante@hotmail.com

II JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

bom funcionamento da democracia. Depois, vamos analisar as ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira e o funcionamento e as respostas do sistema de freios e contrapesos brasileiros diante dessas ameaças.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e análise de legislação, de notícias em jornais brasileiros na internet e de entrevistas sobre o tema da liberdade de expressão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos estudiosos das Ciências Sociais têm se debruçado sobre a temática da crise da democracia. A ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América, fez acender uma luz vermelha no país que representa uma das democracias mais robustas no mundo.

Levitsky e Ziblatt (2018) chamam a atenção para o fato de que nem todos demagogos quando assumem o poder têm o intuito de subverter a democracia. Torna-se um autocrata pode ser fruto de uma sequência de acontecimentos, como por exemplo retaliações de um chefe do Executivo que não quer ser limitado ou prestar contas ao Legislativo, Judiciário e à mídia:

Conforme destacam os autores, para que democracia funcione bem não basta seguir estritamente a Constituição do país. Como o texto legal não é um documento que pode dar conta sozinho de toda a história e suas mudanças, os mecanismos informais são igualmente importantes para o bom funcionamento da democracia. Para que o sistema de freios e contrapesos da democracia funcione bem, é preciso que todos os poderes estejam dispostos a conviver harmonicamente e a não usar todo o seu poderio constitucional de neutralizar os demais poderes. A democracia demanda um trabalho político árduo, exige negociações, compromissos, concessões, a busca de um consenso. A democracia constitucional também não está restrita às regras escritas, ao contrário, existem dois mecanismos que são fundamentais ao seu funcionamento: a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua consiste na capacidade de divergir, sem tornar os outros ilegítimos, perigosos ou

II JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA 17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

inimigos da nação. A reserva institucional consiste em os poderes democráticos não usarem todo o seu poderio constitucional de freios e contrapesos com o objetivo político de atrapalhar demais ou até mesmo neutralizar os outros poderes.

No entanto, Runciman (2018) destaca que para certos tipos de golpe, a democracia não é o inimigo a destruir. Ao contrário, ela pode funcionar como uma cortina de fumaça para autocratas: “Quanto mais a democracia é tida como segura, maiores são as possibilidades de que venha a sofrer uma subversão sem precisar ser derrubada. Em especial, a ampliação do poder do Executivo — em que homens fortes eleitos minam as instituições democráticas enquanto alegam defendê-las” (RUNCIMAN, 2018, p.44).

Esse parece ser o grande perigo da democracia no nosso século: enquanto estamos esperando os golpes à moda antiga, militarizado, com imprensa censurada abertamente e liberdade de manifestação e de pensamento proibidas sem o menor pudor, o seu fim pode estar chegando de maneira silenciosa, de dentro para fora, com instituições e cidadãos até mesmo contribuindo para isso, mesmo não intencionalmente.

Quanto a isso, Levitsky e Ziblatt (2018) chamam a atenção para um importante sinal de alerta: a cooptação do Judiciário, órgãos de imposição da lei, de segurança e de inteligência e agências reguladoras e tributárias. “Para autoritários potenciais, as instituições judiciais e policiais representam, assim, tanto um desafio quanto uma oportunidade”. Sendo assim, capturar os árbitros da democracia, além de oferecer uma blindagem ao governo, também permite aplicar a lei de maneira seletiva aos opositores. Com isso, tanto o poder da mídia pode ser neutralizado, como também o próprio poder econômico de empresários dispostos a financiar a oposição.

À semelhança do que ocorreu nos EUA em 2016, no Brasil, em 2018, o candidato Jair Messias Bolsonaro teve uma inacreditável vitória presencial, num cenário de campanha marcado pela polarização e *fake News*, no contexto de uma sociedade com pouco poder de reflexão e crítica diante de notícias oriundas de redes sociais. Seu governo segue pautado na religiosidade e na moralidade, com pouca preocupação com a preservação do meio-ambiente, além da contestação do conhecimento científico, dos direitos das minorias e com um vergonhosa atuação sanitária diante da Pandemia de Covid-19. Além disso, seu governo que é bastante aparelhado institucionalmente por militares e não se furta de ataques aos direitos democráticos de diversas ordens, como liberdade de imprensa, de expressão e de

II JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA 17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

manifestação, inclusive com várias ameaças diretas às instituições que são os freios e contrapesos da nossa democracia.

O aumento no número de militares tanto da reserva quanto da ativa atuando no governo Bolsonaro é outro fato que tem chamado bastante a atenção, em especial porque muitos postos-chaves de ministérios têm sido entregues a militares. Tal fato, além de ser um indicativo de falta de aliados políticos também parece soar como uma tentativa de blindar o governo de críticas pegando emprestado o pano de fundo da força e “lisura” das Forças Armadas, mas acaba por expor essa instituição às críticas quanto à atuação do Poder Executivo, que são inerentes ao jogo político democrático, mas que não são costumeiras no ambiente militar pautado pela hierarquia e disciplina de guerra.

E como estão atuando os freios e contrapesos brasileiros diante das ameaças do governo Bolsonaro à democracia brasileira?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, os freios e contrapesos brasileiros têm funcionado contra as ameaças democráticas de Jair Bolsonaro. Mas parece que estamos diante de um duelo entre os poderes, sem qualquer tolerância mútua e reserva institucional. Isso pode ser um fator de risco para que a democracia se converta numa autocracia.

Por outro lado, se os árbitros não foram capturados, as forças de segurança podem estar sendo seduzidas. É sempre bom ter a confiança de que temos generais com independência política do governo para defender a democracia quando não é possível negociar uma transição presidencial pacífica.

Por fim, temos um desafio global para a imprensa tradicional em recuperar a confiança dos cidadãos pois a própria internet e a velocidade das informações disponíveis, por si só já enfraquecem o jornalismo. No entanto, o papel extremamente relevante da imprensa na cobertura de notícias sobre a Pandemia de Covid-19 e na desmitificação de *fake news* mostra a importância de um jornalismo de qualidade e que tenha regras a seguir. Mas para isso é essencial a garantia da liberdade de expressão.

Talvez o conceito de democracia representativa vá muito além da nossa política. Não podemos acessar todas as informações disponíveis na internet, então elegemos aqueles que serão os nossos representantes das fontes confiáveis de informação. Não podemos ser

II JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA 17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

médicos, farmacêuticos, físicos e engenheiros ao mesmo tempo, então os profissionais dessas áreas são os nossos representantes na Ciência. Para que a humanidade exista, é preciso compartilhar sentido e crença no sistema cultural de conhecimento acumulado através das gerações. Desta forma, a verdade não precisa ser a que eu mesma (o) descobri e sim a que eu confio. No entanto, o conceito de verdade está relacionado ao conceito do “saber” e como já nos indicou Foucault (2001, p.51) “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPIAH, Kwame. **Las mentiras que nos unen: Replanteando la identidad**. Ed. Taurus, 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

CASTELLS, M. **Ruptura. A crise da Democracia Liberal**. Zahar, 2017.

FERREIRA, Manoel Alceu Afonso. **Entrevista ao Programa Roda Viva**. TV Cultura. 05/07/21.

FRANCE, Guilherme. Os velhos riscos da nova lei antiterrorismo de Bolsonaro. Opinião. **El País**, 02/04/21. Disponível em:

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

LEVITSKY Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Zahar, 2018.

LILLA, Mark Lilla. **O progressista de ontem e o do Amanhã. Desafio da Democracia Liberal no mundo pós-política identitárias**. Companhia das Letras. 2017.

RUNCIMAN, D. **Como a Democracia Chega ao Fim**, Todavia, 2018.

SOUZA, Marco Aurélio Dias de. “A Eleição de Donald Trump e a Reconfiguração da Direita Religiosa Estadunidense”. In: **v. 1 n. 1 (2018): Donald J. Trump e a Ascensão Populista: embates ideológicos nos EUA e seus desdobramentos e impactos na conjuntura política internacional**. ISSN 2596-108X. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/9.

EMPREENDER OU COOPERAR? Uma pesquisa exploratória sobre a gestão de si mesmo e a autogestão.

Vilmar Pina Dias Júnior¹

RESUMO: As transformações no mundo do trabalho da sociedade salarial até os dias de hoje, vem se mostrando um grande desafio para os pesquisadores da temática, pois apesar das controvérsias o trabalho ainda é a forma do indivíduo manter a sua subsistência e de sua família, assim imperativos desvendar os novos caminhos que as novas formas trabalho vem sendo traçadas em nossa sociedade. Em tempos fluidos, que quase nada é perene, uma política governamental neoliberal, aliada a uma escassez de trabalho formal tem forçado os indivíduos a buscar novas modalidades de sustento e é nesse cenário que o empreendedorismo surge como uma possibilidade ou melhor apresenta-se como oportunidade de renda e flexibilidade. O que a propagação do discurso do empreendedorismo não mostra é o exacerbado individualismo, precarização ou desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários, ou seja, a ausência de qualquer tipo de segurança. Uma possibilidade oposição as ideias apresentadas é a autogestão, que preza o coletivo, na força da união de seus participantes, e preocupada com uma mudança social, no sentido dos trabalhadores cooperarem entre si e não competir que é a lógica do capitalismo. A metodologia a ser utilizada na pesquisa será qualitativa método dedutivo, com o levantamento bibliográfico para captar o entendimento da doutrina, mais precisamente dos autores reconhecidos pela academia.

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho que conhecemos no início do século XXI trouxe diferentes transformações, pois hoje temos o advento de novas tecnologias e da globalização econômica, processos até pouco tempo inimagináveis, que mudaram rapidamente o cenário do trabalho. Gerações recentes viveram na Era Industrial, no decorrer do século XX, período de mecanização da produção e também de modificações nas estruturas sociais, econômicas bem como de consolidação do Estado nação.

Ford barganhou com o poder sindical, controlando os seus membros e colaborando com o aumento da produtividade em troca de ganhos de salários. Tal barganha foi a maneira com que o capital encontrou de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução (HARVEY, 1989).

Conforme Barbosa (2011) com o colapso do compromisso fordista de bem-estar social, ocorreu uma ruptura da sociedade salarial. Assim, o corporativismo substitui o interesse geral pelo objetivo de cada indivíduo, de melhorar a sua própria trajetória de vida e de sua família. Em Castel (2005) a crise da sociedade salarial, com a formação de uma “nova classe operária” que deixa seduzir-se pelo canto da sereia da sociedade de consumo, parte em busca de conforto e bem-estar, leva a classe operária a dissolver-se no mosaico das classes média.

¹ Doutorando em Política Pública e Direitos Humanos UCPEL, Mestre em Sociologia UFPEL, Graduado e Professor de Direito na URCAMP, vilmar@urcamp.edu.br

Com a decadência do plano fordista, encerramento da era industrial, percebe-se, como o início do século XXI aponta para dias de significativas transformações onde a tecnologia, a economia globalizada e os processos de flexibilização do trabalho, acentuaram o cenário de instabilidade social e de fortalecimento do capitalismo, isso porque o capital novamente procura uma forma de se reproduzir.

Para Bauman (2011), o trabalhador pós-moderno ou da modernidade líquida ou ainda fluída, está jogado a sua própria sorte de buscar uma condição mais satisfatória, de deixar para trás a situação em que se encontra, pois, o bem-estar do indivíduo não é mais um empreendimento coletivo.

Por sua vez, na última década, surgiram novas formas de ocupações e de contratos de trabalho atípicos, configurados pela lógica da flexibilização produtiva, requerendo mudanças estruturais e institucionais, bem como verificou-se uma maior heterogeneização do trabalho (BARBOSA, 2011).

Vasapollo e Arriola Palomares apud Antunes (2011) argumentam que vivemos uma erosão do trabalho contratado e regulado, pois o trabalho tradicional está sendo substituído por outras formas como o empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário e trabalho atípico. Estas novas formas, para esses autores, representam ocultação de trabalho, em um contexto neoliberal de reestruturação produtiva, precarizando o trabalho e uma sociedade salarial.

2. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada na pesquisa será qualitativa método dedutivo, com o levantamento bibliográfico para captar o entendimento da doutrina, mais precisamente dos autores conhecidos pela academia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil vem passando uma das suas maiores crises de desemprego², que segundo os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 14,1%, da população brasileira, ou seja, 14,4 milhões de brasileiros.

O alto índice de desemprego pode ser causa ou consequência das diversas metamorfoses que vem sofrendo o mundo do trabalho, a crise do capitalismo tem alterado as bases construídas nas lutas geradas pela revolução industrial entre essas mudanças estão: a inclusão de todos os lugares do planeta a globalização; a difusão de novas tecnologias; e o aumento da flexibilização das normas laborais.

² O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego (IBGE, 2021).

Os governantes do país nos últimos vinte anos, apoiados em fundamentos neoliberais da economia, tem apostado como solução para o desemprego o discurso do empreendedorismo. Proliferam na mídia de exemplos de indivíduos que apostaram em ter o seu próprio negócio em detrimento da busca de um emprego formal.

Por sua vez, a flexibilização dos direitos já conquistados ou a ideia de que o indivíduo deva ser empreendedor de si mesmo no cenário social atual são produzidas pela fragilização do Estado como esfera pública garantidora dos direitos sociais constitutivos da condição salarial (BARBOSA, 2011).

Para autores como Bendassoli (2007) e Bauman (2011), na modernidade o dinheiro passou a ser a principal força motivadora da ação, pelo qual estaríamos testemunhando o deslocamento da subjetividade da esfera do trabalho para a esfera do consumo, ou seja, a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores.

Sennett (2012) salienta que esta nova cultura, que transforma o trabalhador em um consumidor ávido por novidades, principalmente aquelas que espantam o fantasma da inutilidade, é o motor das mudanças no mundo do trabalho. Aliás, as mudanças tecnológicas também são fatores determinantes na cultura do novo capitalismo, uma vez que investir em máquinas é mais lucrativo do que pagar pessoas para trabalhar.

Nesse sentido, Fontenelle (2008) afirma que estamos vivendo um processo de transição, de novos modelos e teorias para dar conta a crise indenitária reflexo da crise da sociedade baseada no trabalho.

Através dos autores citados é possível verificar uma virada ontológica, porque o Estado e a própria sociedade não estão mais voltados para a geração de postos de trabalhos formais, mas uma responsabilização do indivíduo de conquistar um lugar no concorrido mercado de trabalho, assim o direito ao trabalho deixa de ser uma responsabilidade coletiva e passa a ser individual, ou seja, a gestão de si mesmo.

Uma alternativa para romper as ideias do neoliberalismo é a autogestão, pois se o neoliberalismo prega um Estado menor, menos interventivo, o que deixa espaço para o protagonismo do individual, do privado, para combater esse pensamento é necessária uma alternativa de privilegie o coletivo, que se fortaleça através da união dos seus participantes.

Se no capitalismo a regra é concorrer, na autogestão a proposta é cooperar, as organizações de trabalho associado surgiram como estratégia de resistência a exploração da revolução industrial (sec. XIX), no início na modalidade de cooperativas de trabalhadores e com o passar do tempo foram surgindo outras modalidades, o que se pode verificar que o capitalismo tende a criar organizações de trabalho associado e o nosso momento de forte iniciativas neoliberais são propícias para o

protagonismo do trabalho associado, em razão do agravamento das condições de vida e trabalho (VIEITEZ; DAL RI, 2010).

Como falávamos o capitalismo é uma competição, seja para a venda de um produto, da qual a melhor empresa vende mais, aumenta os lucros e cresce (vencedores) e o que não vendem fecham (perdedores), seja pela disputa de um emprego com numerosos pretendentes. Essa forma de viver capitalista gera consequências sociais, o que acontece com os perdedores? Os que não são se enquadram nas engrenagens desse moinho satânico? Para Singer (2002) para evitar uma sociedade desigual gestada pelo capitalismo seria preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva.

O trabalho associado, está comprometido com uma mudança social, um novo paradigma para o trabalho, com a uma mudança social, surge como forma de alterar a apropriação do excedente econômico do empreendimento e na viabilização de uma democracia real ou o socialismo (VIEITEZ; DAL RI, 2010).

Segundo Singer (2002) “Os participantes de uma atividade econômica deveriam cooperar e não competir”, por isso a distribuição de poder e riqueza é uma determinante básica para o trabalho associado.

Para Guilherm e Bourdet (1976) a autogestão é muito mais do a designação da forma como administrar uma empresa, para a real implantação da autogestão seria necessária uma revolução radical na sociedade com nova forma de ver a economia, política e a vida social.

Se a autogestão demonstra-se bem mais favorável aos trabalhadores, porque ela preterida em relação ao empreendedorismo, talvez encontremos a resposta no estudo de Tibira (2002) quando ela começa lembrando que no Brasil os trabalhadores tem em média três anos e meio de escolaridade, o que dificulta o conhecimento dos empreendimentos associativos.

Outro ponto é o sistema capitalista que nega o conhecimento de gestão, pois no empreendimento autogestionário o trabalhador terá os meios de produção, mas não saberá administrá-lo pela falta de conhecimento, fazendo muita falta aqueles anos de escola negados (TIBIRA, 2002).

No empreendedorismo, a gestão de si mesmo também não foi ensinada na escola, mas na vida, isso porque não é um empreendimento coletivo, complexo, mas uma mistura de empreendimento e vida privada na luta pela sobrevivência, que o trabalhador privado dos meios de produção aprende desde a mais tenra idade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado atual mergulhado nas ideias neoliberais se desvencilha da responsabilidade de gerar os postos de trabalhos necessários para a obtenção de renda dos brasileiros, aposta no empreendedorismo como uma solução para o desemprego. Assim o Estados abandona uma obrigação

coletiva de organização do trabalho para uma proposta individual, quando quem se responsabiliza pela sua formação e lugar no mercado de trabalho é o indivíduo.

As empresas autogestionárias poderiam ser um substituto do trabalho formal negado, mas esbarra na falta de educação dos trabalhadores para gerir um empreendimento coletivo, portanto que resta é que o Estado invista na Educação dos brasileiros para que possam enxergar um horizonte mais igualitário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, A. M. S. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.

BENSASSOLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**. Aparecida: Idéias & Letras 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes 2005.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13ª ed. São Paulo: Loyola 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Desemprego**, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acessado em: 16/09/2021.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado e mudança social**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010 (Introdução + p. 67-96).

TIRIBA, Lia. **Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego**. 2002. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nesth/IIIseminario/texto4.pdf>>. Acesso em: 26 setembro. 2021.

**PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO PELA MINERAÇÃO NO QUILOMBO LAGOAS,
IMPACTOS E MODOS DE VIVER¹**

Eduardo Rodrigues Santos²

RESUMO: O presente trabalho é derivado da pesquisa de mestrado em andamento ligada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, cujo tema está relacionado às conexões entre as/os quilombolas de Lagoas, no sudeste do Piauí, e a terra. Durante o trabalho de campo, foram constantes nas falas dessa população os relatos de preocupação sobre um tema: o receio sobre a iminente exploração de minério de ferro no território quilombola pela SRN Mineração. Percebeu-se então a necessidade de conciliar os objetivos iniciais da pesquisa com as demandas apresentadas pelo quilombo. Desse modo, foi analisado o EIA/RIMA do empreendimento, mais especificamente os 21 impactos diagnosticados nos estudos de impacto ambiental. Para basear a interpretação sobre esses impactos, considera-se algumas avaliações das/os quilombolas durante as entrevistas em relação aos modos de viver destas/es. Durante o EIA/RIMA, entre outras coisas, a mineradora se coloca como a única alternativa de desenvolvimento para a região, diagnosticada como um lugar estagnado. Assim, o objetivo aqui é dialogar entre essa promessa de desenvolvimento da região por meio exclusivo da mineração como protagonista, os impactos potenciais dessa atividade e os modos de viver quilombola como estratégias biointerativas em contraposição a mineração.

1. INTRODUÇÃO

Um tema que vem mobilizando esforços de compreensão em uma parte das ciências sociais que se dedica em relação às populações tradicionais é a questão dos grandes empreendimentos, como hidrelétricas e mineradoras, entre outros casos. Entre agosto e outubro de 2021 realizei trabalho de campo no quilombo Lagoas, a quarta maior comunidade quilombola do país em termos de extensão territorial e populacional (INCRA, 2016), sendo o maior quilombo da caatinga. A princípio, o tema girava em torno das conexões das/os quilombolas e a terra, e complementarmente, nesse período, foi possível aprofundar as observações sobre a questão da mineração no território.

Uma situação recorrente nesses meses em que estive em Lagoas foi a pessoa com quem conversava em algum momento relatar preocupação com tal empreendimento, sendo muitas vezes nem preciso questionar sobre esse tema. No final de agosto de 2021, a SRN Mineração, empresa que há anos realiza estudos tendo no horizonte a exploração de minério de ferro, recebeu do governo no Piauí a licença prévia para dar início ao projeto. Essa situação gerou uma onda maior de preocupação e insegurança nas/os quilombolas. Nesse momento, já havia iniciado a leitura do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)³. Foi decidido então debater os impactos que os estudos apontam como consequências da mineração na região com algumas pessoas da região. Foi das conclusões desses encontros que derivam as próximas páginas.

¹ Este trabalho é fruto de pesquisa em andamento para o mestrado em Sociologia do PPGSOL/UnB.

² Mestrando, UnB, eduardors329@gmail.com.

³ O acesso a esses documentos, aparentemente, foi por um golpe de sorte. Em algum momento de 2020 entrei no endereço eletrônico da SEMAR-PI e obtive acesso ao EIA/RIMA. Mas depois de alguns dias este não estava mais disponível e em conversa com seu Cláudio, liderança do quilombo Lagoas, ele informou que a comunidade nunca teve acesso ao RIMA.

E essas contribuições são atravessadas, teoricamente, pelo conceito de biointeração em Santos (2019).

Mas antes de entrarmos nesses termos, é preciso fazer uma série de ressalvas. Há, por parte da SRN Mineração, uma conduta que preza pela falta de transparência em relação aos seus objetivos e procedimentos para com o quilombo Lagoas, o que acarreta em algumas situações. Primeiro, não houve o processo de consulta prévia, livre e informada com a comunidade, logo, é desconhecida pelas/os quilombolas os resultados advindos dos estudos de impacto ambiental. Segundo, há uma dificuldade em acessar as informações sobre o andamento do processo de licenciamento ambiental, o que faz alertar sobre a possibilidade do EIA/RIMA utilizado para análise aqui, datado de setembro de 2019, ter sido substituído por outros estudos atualizados. Terceiro, e talvez o mais importante, o EIA/RIMA possui informações flagrantemente incorretas, como a conclusão de que não há comunidade quilombola na área de influência do empreendimento. É preciso realizar essas ressalvas para que se tenha em mente de onde está partindo as informações que foram discutidas com parte das/os quilombolas.

2. METODOLOGIA

As reflexões e resultados apresentados aqui fazem parte da pesquisa para a realização de dissertação de mestrado. Desse modo, os métodos utilizados foram o trabalho etnográfico, entrevistas com quilombolas de Lagoas e a análise dos EIA/RIMA com essas pessoas. Essa análise foi realizada individualmente, ou seja, não foi possível fazer uma construção em grupo em uma reunião por conta das medidas de distanciamento em relação à prevenção contra a Covid-19. Mas mesmo construindo essa análise de pessoa por pessoa, pode-se falar em construção coletiva de análise sobre os impactos da mineração no quilombo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma geral, toma-se como pressuposto o entendimento de Rist (1997) sobre a força do discurso do desenvolvimento, quando ele diz que:

A força do discurso do ‘desenvolvimento’ vem de seu poder de seduzir, em todos os sentidos do termo: encantar, agradar, fascinar, colocar sonhos, mas também abusar, se afastar da verdade, enganar. Como alguém poderia resistir à ideia de que há uma maneira de eliminar a pobreza que nos perturba?
(RIST, 1997, p.1, tradução nossa)⁴

A possibilidade de afastar a pobreza que nos atormenta aparece como irresistível. Olhando para os EIA/RIMA do empreendimento da SRN Mineração, percebe-se algumas conexões sobre como se dá essa força do discurso do desenvolvimento de forma prática. São diversos os aspectos que podem ser levantados em relação ao Estudo de Impacto Ambiental (2019) proposto para análise aqui, mas devo situar alguns pontos para que a discussão não se alongue. Primeiramente, em diálogo com Rist (1997) em relação à promessa de acabar com a pobreza como instrumento de sedução, percebe-se o diagnóstico por parte da empresa do estado de pobreza e estagnação econômica da região. Nota-se isso quando se lê:

⁴ The strength of ‘development’ discourse comes of its power to seduce, in every sense of the term: to charm, to please, to fascinate, to set dreaming, but also to abuse, to turn away from the truth, to deceive. How could one possibly resist the idea that there is a way of eliminating the poverty by which one is so troubled? (RIST, 1997, p.1)

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA 17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

nas condições vigentes o quadro de desenvolvimento econômico e social da região está estagnado e com poucas perspectivas de alavancagem da economia local devido os reduzidos índices de desenvolvimento econômicos e sociais, sendo este um cenário socialmente injusto e economicamente frágil para a região, na condição sem o projeto da SRN Mineração.

(SRN MINERAÇÃO, 2019, p. 290)

Pode-se perceber como a SRN Mineração se coloca em uma posição de protagonismo ao pontuar que a região está estagnada, apontando o caminho da operação da mineração como condição para o desenvolvimento da região. Ou seja, constata-se o problema e conclui-se que essa é uma situação injusta. Essa articulação é necessária para tornar o discurso do desenvolvimento potente no sentido de, nos termos de Rist (1997), ser capaz de seduzir pelo encanto e pela fuga dessa realidade não agradável constatada. Com isso, há um cenário interessante para aplicar promessas, o que sustenta o desenvolvimento.

Mas é preciso tomar cuidado com essas promessas, pois elas estão escritas em uma forma incompatível com os significados quilombolas, ou seja, esses estudos de impacto ambiental marginalizam os modos de viver das/os quilombolas. Santos (2019) faz esse alerta ao apontar que os EIA/RIMA podem não analisar os impactos socioculturais e ambientais mas servir como instrumento de recolonização. Desse modo, a intenção agora é identificar alguns impactos socioculturais e ambientais a partir de impactos presentes no EIA/RIMA, por vezes ausentes nestes, a partir da percepção de quilombolas de Lagoas.

Uma categoria recorrente nas falas no quilombo é o modo de viver. Essa categoria é lembrada quando as pessoas relatam seu cotidiano, as formas de trabalho, como as técnicas de criação de bode, suas roças, etc., suas religiosidades, os festejos tradicionais, e as técnicas envolvidas para a realização dessas atividades. Desse modo, ao se tratar dos modos de viver lagoanos aqui, entende-se as práticas, técnicas e condições que ao serem acionadas, agem na direção de constituir a existência no quilombo.

Outro conceito importante é a noção de biointeração em Santos (2019). Esse conceito é o contraditório da noção de desenvolvimento sustentável. A biointeração está em uma posição de contra-colonização em relação ao desenvolvimento sustentável, pois ao biointeragir, são criadas condições de superar a expropriação e o discurso sustentável do desenvolvimento colonizador a partir da reedição dos recursos naturais. Desse modo, os modos de viver apontados podem ser entendidos como fundamentados pela biointeração. Ou seja, os modos de viver em Lagoas são fundamentados pela biointeração, pelo saber orgânico.

No EIA/RIMA do empreendimento são listados 21 impactos que a atividade poderá causar na região, durante as fases de planejamento, implantação e operação. Estes são classificados como potenciais impactos em três meios, o físico, o socioeconômico e o biológico. Desse total de 21 impactos, 17 são negativos e 4 classificados como positivos.

É listado apenas um impacto na fase de planejamento, sendo este a geração de expectativa na população local, posto no grupo socioeconômico. Este é classificado como positivo a partir da justificativa de que “o projeto de exploração mineral da SRN tem aceitação pela maioria dos moradores da região” (SRN MINERAÇÃO, 2019, p.183). Mas durante os meses em que estive presencialmente em Lagoas, absolutamente todas as pessoas que em algum momento conversaram comigo sobre a mineração demonstraram preocupação com a possível exploração de minério de ferro, sendo que tal empreendimento realmente está gerando expectativa, mas de forma negativa nesse recorte das/os quilombolas que tive contato nesse período.

Nas fases de implantação e operação há outros impactos. A escolha aqui é de iniciar por alguns impactos classificados como positivos. Como por exemplo a criação de empregos, citado nas fases de implantação e operação. Na primeira, são apresentados 28 empregos, sendo muitas dessas

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

vagas para mão de obra especializada já presente no corpo da mineradora. Nas outras vagas, as que possuem uma média salarial mais elevada é a de pedreiro, com seis postos de trabalho. Levando em consideração que o salário médio dessa categoria é de aproximadamente R\$ 1.800⁵, e tomando esse valor para seis pedreiros, são aproximadamente 130 mil reais que podem ser adquiridos por essas seis pessoas juntas em um ano. Mas, por outro lado, em conversa com Júlio Paes, um dos representantes da apicultura no território quilombola Lagoas, em outubro de 2021, ele informa que pelo menos no grupo de apicultores do São Vitor⁶, há uma média de 100 colmeias por apicultor. Em um ano de chuvas regulares, é possível produzir de 40 a 50 quilos de mel por colmeia, sendo vendidos entre 14 e 15 reais com base no preço de 2021. Isso significa que essas mesmas 6 pessoas, em um cenário sem mineração e com apicultura nesses termos expostos, teriam capacidade de adquirir juntos aproximadamente 330 mil reais, quase três vezes mais do que trabalhando na mineração. Ele também informou que os apicultores costumam contratar ajudantes e pagar boas remunerações, pois a lucratividade nessa atividade é alta, ou seja, a produção de mel gera empregos para além dos apicultores.

Já em relação a impactos classificados como negativos no EIA/RIMA, pode-se destacar alguns que podem atingir algumas das atividades centrais para essa população, como a **agricultura familiar, a caprinocultura e a apicultura**. Destaca-se, entre outros, a redução da cobertura vegetal, a alteração na qualidade do ar, assoreamento e turbidez das águas superficiais e a contaminação do solo. Ou em outros termos, respectivamente, o descaatingamento, a poluição do ar, eliminação da potabilidade da água e degradação de funções do solo.

Esses fatores têm a capacidade de impactar o modo de viver lagoano em múltiplas direções. Em um cenário de descaatingamento, por exemplo, o período aproximadamente de novembro a julho, em que as criações de bode podem se alimentar pela caatinga — colaborando com a população quilombola que não precisa arcar com os custos de ração por grande parte do ano e podem ampliar seus rebanhos — fica comprometido. Além disso, outros fatores como a poluição do ar podem trazer poeiras tóxicas que podem ser armazenadas nas plantas, contaminando a caatinga e os animais que se alimentam nela. A poluição do ar também tem potencial para desestabilizar a tradicional e potente produção de mel do quilombo Lagoas. A apicultura local se caracteriza por produzir mel orgânico, vendido para o mercado interno e externo. É possível ter esse tipo de mel pelas condições de preservação da caatinga, de agricultura familiar sem o uso de agrotóxicos, entre outros fatores, ou seja, a poluição do ar, o descaatingamento, a geração de ruídos, podem impactar decisivamente nos sentidos de impossibilitar a produção de mel por desarticular o ambiente das abelhas, ou na melhor das hipóteses, impossibilita parcialmente, retirando o status de orgânico desse mel, o que enfraqueceria as vendas. Segundo seu Cláudio, liderança histórica de Lagoas, a apicultura é atualmente a principal atividade econômica. Para se ter noção da dimensão da apicultura quilombola, São Raimundo Nonato é atualmente o sexto maior produtor de mel do país entre todos os municípios, com 533 toneladas⁷, e essa posição de destaque se deve em grande parte por Lagoas. Além dessas atividades, pode-se destacar ainda o caso da Cova da Tia, espaço de religiosidade situado em um morro ao lado de um dos pontos de exploração mineral por parte da SRN Mineração. A exploração mineral coloca em risco esse espaço físico importante para o quilombo.

⁵ “Um Pedreiro (Mineração) ganha em média R\$ 1.776,26 no mercado de trabalho brasileiro para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais de acordo com pesquisa do Salario.com.br junto a dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web com um total de 698 salários de profissionais admitidos e desligados pelas empresas no período de Setembro de 2020 a Agosto de 2021.” Disponível em:

<<https://www.salario.com.br/profissao/pedreiro-mineracao-cbo-715225/>>. Acessado em: 20/10/2021.

⁶ Uma das 119 comunidades que formam o território quilombola Lagoas, situada onde era a sede da Fazenda São Vitor, principal fazenda escravista dessa região.

⁷ Pesquisa da Pecuária Municipal 2020 - IBGE. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>>

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

A agricultura para subsistência, a apicultura como gerador de renda, a Cova da Tia como espaço de religiosidade, a criação de bodes, galinhas, entre outros animais, para a alimentação e para gerar renda também, entre outros diversos aspectos constituem o modo de viver quilombola em Lagoas. Esse modo de viver está fundamentado na biointeratividade. Ou seja, essas atividades descritas estão em consonância com a preservação ambiental. Isso quer dizer que as atividades desempenhadas pelas/os quilombolas estão para além, ou em alternativa, ao projeto de desenvolvimento neoliberal caracterizado principalmente na imagem do empreendimento de exploração de minério de ferro.

Aqui, chega-se à formulação conceitual de Bem Viver em Acosta (2016), sendo esse conceito que vai ao encontro da construção coletiva de novas formas de vida, somando práticas de resistência ao colonialismo que convivam em harmonia com a natureza. Essa proposta político-conceitual vem com proposições de um sistema econômico que possa levar adiante o Bem Viver, sendo esta uma economia ambientalmente sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há a necessidade de repensarmos a fronteira entre os meios socioeconômico e cultural e o meio natural. Fica evidente uma contraposição no EIA/RIMA do empreendimento entre o ser humano e a natureza. São tratadas como coisas diferentes e afastadas. A experiência e o modo de viver quilombola aproxima essa dupla. Nos estudos de impacto ambiental, há o diagnóstico de alguns impactos na natureza, mas a partir de uma promessa de geração de empregos e de desenvolvimento econômico da região, parece chegar-se à conclusão de que estes compensam as perdas ambientais.

O quilombo Lagoas aponta em outra direção. Seus modos de viver estão assentados em saberes orgânicos, ou seja, as fronteiras entre ser humano e natureza são menos visíveis. O ser humano é parte da natureza. Algumas das atividades principais executadas no território quilombola estão entrelaçadas entre as ações humanas e não humanas. E o entendimento dessa redefinição nessas fronteiras tem potencial para se pensar para além do caso dos EIA/RIMAs, mas também nas próprias ciências sociais. Esse texto não rompe com essas fronteiras mas aponta uma agenda.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Tradução: Tadeu Breda.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>>

RIST, G. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. London: Zed Books, 1997.

SANTOS, A. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Ayô, 2ª edição, 2019.

SRN MINERAÇÃO. **Estudo de Impacto Ambiental da Extração e Beneficiamento de Ferro Magnetítico**. Teresina, WR - Consultoria e Planejamento, 2019.

**EX-PARAÍSO DEGRADADO:
DANOS AMBIENTAIS E O TRABALHO DE MARISQUEIRAS EM SEPETIBA,
RIO DE JANEIRO.**

Bruno dos Santos Telles

RESUMO: Este trabalho objetiva verificar como o resultado da implementação de projetos de desenvolvimento na baía de Sepetiba impactam a vida de catadores de mariscos que sobrevivem da pesca artesanal nas águas do mar que banha o bairro de Sepetiba, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Foi realizada uma pesquisa na região afetada, demanda que buscou ouvir dos próprios atores sobre os problemas enfrentados em seu cotidiano. O ângulo privilegiado no presente trabalho buscou compreender a dimensão dos diversos impactos ambientais gerados por um tipo de exploração extrema dos recursos naturais, verificar como o uso de métodos arcaicos para elevar a margem de lucro de empresas modernas que se vendem como sustentáveis e a desigualdade social subsequente. Para capturar parte da realidade enfrentada por duas comunidades habitadas por marisqueiras em Sepetiba foram utilizados ao longo de todo o texto conceitos que vão desde acumulação por espoliação, acumulação primitiva, desigualdade ambiental e racismo ambiental. Para apresentar a realidade local foi necessário resgatar o enredo contado em textos, fazer o levantamento de documentos que registraram o passado e somar este material a artigos que contam parte da história da degradação ambiental na baía de Sepetiba. Esta pesquisa também utilizou material oriundo de visitas, entrevistas e depoimentos para dar forma e cor aos problemas sociais que se originam dos conflitos ambientais estabelecidos no bojo do desenvolvimento vicioso.

Palavras chave: Acumulação por Espoliação; Acumulação Primitiva; Desigualdade Ambiental; Racismo Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Quando o pré projeto começou a ganhar vida pareceu que seria interessante estudar uma comunidade quilombola que fica na Restinga de Marambaia. Entender como viviam aquelas pessoas e que tipo de conflitos os habitantes enfrentam é muito relevante. Seria necessário enfrentar grandes dificuldades para alcançar esse objetivo, aquela é uma área restrita que é controlada pelas três forças armadas. Depois de alguma sondagem o alvo mudou para uma localidade vizinha da Marambaia, partiu para a baía de Sepetiba. Apesar de habitar a zona Oeste do Rio de Janeiro não é fácil obter informações corretas sobre a poluição naquelas águas, esses fatos se materializaram de forma consistente após algumas visitas investigativas, apuração que permitiu o contato com as questões relativas à vida de marisqueiras que habitam em duas comunidades do bairro de Sepetiba.

Marx (2013) aponta com precisão as características de um dos famosos arquétipos da figura do burguês que habitava a cidade, para o autor a gênese do burguês que emergiu dos restos do mundo feudal estava ligada ao comércio de longa distância que surgiu com as grandes navegações. Como nos lembra Polanyi (2000) este tipo de comércio era pouquíssimo ético e carregava a lógica do inimigo, partia da fraude, do roubo e da violência empregada por europeus contra os povos subjugados. Esses fatos ajudam a explicar o surgimento do capital necessário para forjar as fábricas da revolução industrial, o capital necessário para alavancar o fenômeno veio do novo mundo, após um longo e violento processo.

Para visualizar melhor a relação entre os elementos que foram citados nesse texto é importante fazer conexões entre nosso entendimento sobre a chamada acumulação primitiva e as formas de espoliação entendidas como contemporâneas. Um pensamento que considero importante para as comparações feitas aqui declara relevantes os conflitos que ocorrem neste território rico em recursos e amplamente disputado que é o Brasil. Existem razões que explicam a morte de ambientalistas e os massacres perpetrados contra trabalhadores do campo por todo o país. Aqui ocorrem conflitos com frequente participação de agentes do Estado em ações que são em muitos casos ilegais. O Es-

tado brasileiro age de forma direta em muitos casos, sob o pretexto de mediar um conflito, em outros casos agentes paramilitares protagonizam barbáries. A relação existente entre assassinatos brutais e a exploração de recursos naturais no país é bem documentada, a ONG Global Witness compila e publica constantemente seus relatórios sobre a violência contra quem resiste à destruição de biomas no país.

Observo que toda a baía é atingida pelos efeitos “colaterais” do processo produtivo, mas ressalto a importância de compreender detalhes sobre a atividade das catadoras de mariscos de Sepetiba como parte de um esforço para complementar estudos anteriormente realizados na região. Sepetiba é um exemplo de como os conceitos de desigualdade, racismo e justiça ambiental podem ser devidamente empregados para apontar a realidade do desenvolvimento selvagem que modela nossas relações de produção desde a base da cadeia. Este texto parte da mesma baía atingida pela atividade industrial que outros trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas, escritos que de certa forma inspiraram o autor desta monografia e versam sobre o impacto socioambiental dos empreendimentos produtivos, mas o conteúdo deste trabalho foi confeccionado principalmente através do contato com mulheres que habitam em duas comunidades pesqueiras e que trabalham majoritariamente com a cata de mariscos no mar que banha o bairro de Sepetiba .

2. METODOLOGIA

Para construir minha análise da melhor maneira possível, busquei certa influência da observação de perto e de dentro (*Magnani, 2002*). Este resumo tem por base meu trabalho de conclusão de curso que foi erigido através de visitas, conversas, entrevistas gravadas com a permissão das entrevistadas e pela análise de textos ao longo da pesquisa bibliográfica. Comecei a ouvir catadoras, moradores, pescadores e ativistas do bairro no ano de 2018, época em que começava a desenhar as linhas gerais para uma pesquisa na região. As entrevistas base foram feitas com catadoras de mariscos, moradoras da Guarda e do Ipiranga. Estas entrevistas tiveram o áudio parcialmente gravado e ocorreram entre abril e maio do ano de 2021. Os nomes das principais figuras foram alterados para preservar a identidade destas personagens. A busca pelas fontes que orientaram este trabalho e sua leitura foram primordiais no início da pesquisa e se estendeu por todo o processo, já que o objeto precisou de constante lapidação de acordo com alguns elementos encontrados em campo.

Entrevistar pessoas durante a pandemia foi um dos desafios deste trabalho. O retorno ao bairro de Sepetiba aconteceu após meses de espera por uma oportunidade, depois de aguardar inocentemente pelo fim da fase mais crítica da infestação que nos assolou e que infelizmente segue ceifando vidas no país.

Ao longo da pesquisa foi possível verificar que além dos mariscos e da experiência com as mesmas águas poluídas, outro fator une essas mulheres. Nas entrevistas feitas com ambos os grupos as marisqueiras falaram espontaneamente sobre as dificuldades para se encaixar no mercado de trabalho formal ao mesmo tempo em que se viram obrigadas a recorrer com mais frequência a essa opção. A poluição atinge as espécies da baía e resulta em períodos de mortandade cada vez mais frequentes, ano após ano os mariscos morrem sem qualquer explicação, fato que impossibilita a atividade marisqueira em qualquer ponto da baía.

Esclareço que essa pesquisa foi orientada por uma visão de mundo que contempla os limites apresentados por um modelo de crescimento em riste que ameaça a todas as formas de vida, sejam elas consideradas biológicas ou sociais. E apesar de não ter elementos para sustentar que essa monografia se trata de um trabalho etnográfico, que de fato não é, deixo claro que meu trabalho em campo teve como norte certas concepções típicas de etnografias e operou sob influência de tal método.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o bairro de Sepetiba é banhado pelo mar, da baía de Sepetiba. Essa baía se comunica por meio de duas passagens com o oceano Atlântico. O bairro de Sepetiba fica entre Santa Cruz e Itaguaí, e está fisicamente distante de grandes centros (cerca de 70 quilômetros da baía de Guanabara).

Uma das comunidades onde vivem as marisqueiras é conhecida como Guarda e fica em uma área humilde do Bairro de Sepetiba. A Guarda é uma comunidade pesqueira muito antiga, que segundo contam seus habitantes, ocupava uma região adjacente à praia até que a aeronáutica removeu a população para a construção de um grande radar no morro posicionado logo à frente da praia. A comunidade da Guarda está atrás deste morro e desde então os pescadores usam seus barcos para acessar o mar através de um canal que fica a pouquíssimos metros atrás das casas da comunidade. Já as catadoras de mariscos fazem uma longa jornada, elas andam para cruzar o leito barrento do canal para ter acesso a ilha da pescaria, local que era privilegiado pela presença de pedras onde se reproduziam os mariscos. A outra comunidade que abriga catadoras de mariscos é o Ipiranga, localidade que também está situada no bairro de Sepetiba. Essa comunidade fica em uma área acidentada, na beirada do mar. Seus moradores vieram de outras partes da zona Oeste para ocupar uma porção de terra desabitada que posteriormente foi dada como parte do patrimônio das forças armadas e entrou em disputa. No Ipiranga as marisqueiras usufruem de fácil acesso ao mar e alugam barcos para catar mariscos em outros pontos da baía de Sepetiba.

Em concreta oposição à atividade das marisqueiras temos a exploração em escala industrial de alto valor produtivo. Os insumos de vários setores passam por portos localizados na baía e são transportados para todo o mundo. Várias das empresas que estão instaladas nas proximidades do bairro de Sepetiba tem sua própria estrutura portuária e terminais para escoar a produção. Aqui estão presentes empresas como CSA, CSN, Vale (terminal Guaíba e CPBS terminal de minérios), Porto Sudeste (antiga MMX), USIMINAS (assumiu o passivo ambiental da falida Ingá Mercantil), Usina Termelétrica de Furnas a gás natural, Gerdau Cosigua, White Martins, Votorantim e Casa da Moeda. Existe na região a presença de empresas menores na zona industrial de Santa Cruz e do principal porto da região, o Porto de Itaguaí (ex Porto de Sepetiba), localizado no município de Itaguaí (cidade vizinha ao bairro de Sepetiba). As águas da região também recebem materiais oriundos do Distrito Industrial de Campo Grande, que é uma região produtiva com algumas empresas instaladas, entre elas a Ambev, que está localizada à beira do rio Guandú. Além da combinação da atividade industrial com a portuária temos a presença do arco metropolitano que liga o porto de Itaguaí e a zona Industrial de Santa Cruz a municípios estratégicos como os de Duque de Caxias e Itaboraí.

O desenvolvimento que prometia gerar empregos e desenvolver a região parece entregar o oposto para a sociedade, ele tem potencial para gerar exclusão e conflitos através dos impactos causados ao meio ambiente. Se por um lado existe a possibilidade da criação de empregos para trabalhadores com mão de obra especializada, mão de obra que no geral vem de outras regiões do estado ou mesmo do mundo. Por outro é retirado o direito daqueles que necessitam de um ecossistema equilibrado para retirar seu sustento. Pude perceber que é possível usar o quadro de Sepetiba para esclarecer que os danos ambientais não são simplesmente socializados, mas eles aparecem como efeito da desigualdade ambiental, atingindo uma parcela empobrecida da sociedade que é invisível e mais vulnerável. Enquanto alguns perdem tudo nesse jogo do “meio ambiente injustamente dividido” (ACSELRAD;MELLO;BEZERRA,2009,p.76), outros acumulam privilégios.

Quem vive do mar em Sepetiba sobrevive nos pontos onde restam recursos naturais. As marisqueiras do Ipiranga, por exemplo, vieram de outras partes da zona Oeste para trabalhar onde existiam mariscos em abundância, isso permitiu que fugissem da insegurança do mercado de trabalho formal. Ironicamente estas famílias foram empurradas para lá pelo mesmo progresso que hoje parece querer retirá-las. Selene Herculano defendeu que o racismo ambiental atinge

essencialmente populações indígenas, negras e pobres como em seu texto “O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental”. O entendimento do conceito de justiça ambiental permite a análise da forma como vivem esses dois grupos de mulheres, identifiquei que as catadoras são as personagens mais atingidas pela degradação da baía de Sepetiba. Essas mulheres que relatam ter experimentado certa abundância no passado têm hoje sua renda extremamente comprometida pela escassez. É claro que as condições adversas da baía atingem a todos no bairro, mas de formas diferentes. Pescadores e suas embarcações são atingidos, o comércio local é outro exemplo, assim como a ausência de um setor turístico que absorveria parte da mão de obra ociosa de forma eficiente, diferente dos grandes empreendimentos instalados na região. O bairro de Sepetiba com seu conjunto de praias em condições de balneabilidade atrairia um público relevante.

As mulheres que trabalham com a coleta de frutos do mar sofrem com os efeitos da poluição na baía. Como ressaltou dona Lara, experiente marisqueira: “O povo todo daqui vive pela pesca, quando não tem passamos sufoco. Só não passamos mais dificuldade pelos mantimentos que o povo está enviando, cesta básica, senão estava pior ainda. Se acabou a pesca acabou tudo. Nós vivemos da pesca, mas temos que procurar outra coisa para fazer. Caça daqui, caça dali e não tem nada para fazer. Muitos catam ferro velho para não passar necessidade”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alvo desta investigação é a íntima relação entre a industrialização da baía de Sepetiba e os efeitos causados pelos danos ao meio ambiente e como esse impacto se manifesta na vida das marisqueiras da região. Petrobrás, Vale, Porto de Itaguaí, Nuclep, Gerdau, Porto Sudeste, Ingá/Usiminas, Prosub, TKCSA/Ternium e o Arco Metropolitano são alguns dos investimentos que transformaram o ambiente marinho, os afluentes e rios da região em cenários degradados.

A vida no pacato bairro de Sepetiba foi afetada pelos efeitos das intervenções implementadas por grandes empresas nas baías de Sepetiba e Angra. Tudo aconteceu sob a tutela do estado através do pretexto de promover o crescimento econômico. Selene Herculano explica que “entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis”. (HERCULANO, 2002, p. 143).

É comum que traduzam “a assim chamada acumulação primitiva” discutida por Marx como um fenômeno oriundo de um imperialismo antigo que empreendeu através da pirataria, do roubo e da avidez sem limites. Mas é importante visualizar que existe uma permanência desta via no mundo moderno, como denuncia David Harvey em “O novo Imperialismo”. O trabalhador camponês pré-capitalista foi expulso da terra e subordinado aos novos proprietários dos meios de produção. O trabalho que era voltado para a vida das comunidades passou a alimentar a valorização do capital. A destruição do bioma marinho em Sepetiba é tão severa que ameaça inviabilizar totalmente o modo de vida das entrevistadas por este projeto. As marisqueiras que vivem em Sepetiba estão diante de um modelo de expropriação a que foram submetidas pela dinâmica de um processo econômico parasitário. Considero que essa pesquisa obteve sucesso ao verificar a realidade de uma fração dos habitantes do bairro de Sepetiba para descobrir como a poluição das águas afeta seu cotidiano e principalmente quais os desafios enfrentados por marisqueiras em sua relação com o mar extremamente poluído de Sepetiba.

Por fim, o material obtido por essa pesquisa permite a análise dos problemas enfrentados por catadoras de mariscos de Sepetiba que sofrem com os efeitos do grave processo de degradação ambiental. As trabalhadoras ouvidas experimentam o sabor de uma estrutura social injusta no próprio ar que respiram. As marisqueiras da Guarda e do Ipiranga são atingidas pelas bruscas alterações na paisagem, elas e suas famílias sofrem com o impacto que atravessa suas memórias e ameaça seu futuro. Considero que além dos problemas ambientais e da pressão econômica oriunda da escassez de recursos, as catadoras de mariscos sofrem com um cenário onde a ausência de

direitos plenos perpetua a precariedade enfrentada pela população para privilegiar grandes empreendimentos em uma localidade tornada invisível pela injustiça ambiental extremada que curiosamente encontra sua origem no progresso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **“O que é justiça ambiental”**. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.

ACSELRAD, HENRI, Henri. **“Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental”**, 2010 p 112).

HARVEY, David. **“O Novo Imperialismo”**, 2005, São Paulo, SP. Edições Loyola. 2º Edição.

HERCULANO, Selene. **Ambiente Urbano, Pobreza e Desenvolvimento Sustentável**, 2000, Revista Nação Brasil, Rio de Janeiro, v.122, n.4, p. 38-40.

HERCULANO, Selene. **“Desastres ambientais, vulnerabilidade social e pobreza”**. Revista Nova América, 2006, Disponível em: <http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Desastres_ambientais__v4_vulnerabilidade_e_pobreza.pdf>. Acesso em: 22/06/2019.

HERCULANO, Selene. **“Resenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da rede brasileira de justiça ambiental”**, 2002, Revista desenvolvimento e meio ambiente. UFPR, Rio de Janeiro, n.5, p. 143-149.

HERCULANO, Selene. **“O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental”**, 2008, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3, n.1, p.1-17.

LUXEMBURGO, Rosa. **“A Acumulação do Capital”**, 1984, São Paulo: Nova Cultural.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **“De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”**, 2002, Rev. Brasil. Ci. Soc., vol.17, n.49, pp.11-29.

MARX, Karl. **“A Assim Chamada Acumulação Primitiva”**, 2013, In: O Capital - livro 1 - capítulo 24. Rio de Janeiro, Editora Boitempo.

NUNES, Eloí ; GARCIA, Marina. **“Marisqueiras do Recanto do Ipiranga: A Pesca Artesanal Como Prática de Resistência da Vida e Autonomia Das Mulheres”**, 2019. Revista Khora, v.6 n7.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **“Olhar, Ouvir, Escrever”**, 1996, Revista de Antropologia, Volume 39, Número 1, p 13-37. www.jstor.org/stable/41616179 . Acesso em 20/05/2020.

POLANYI, Karl. **“A Grande Transformação”**, 2000, Rio de Janeiro, RJ. Editora Campus.

SHIVA, Vandana. **“Recursos Naturais”**. In: SACHS, Wolfgang (editor). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 300-316.

**MULHERES CAMPONESAS: RESISTÊNCIA NA LUTA PELA A TERRA E O
EMPODERAMENTO NO TERRITÓRIO**

Alessandra da Conceição Moraes

RESUMO:

O presente trabalho traz como tema, **MULHERES CAMPONESAS: RESISTÊNCIA NA LUTA PELA A TERRA E O EMPODERAMENTO NO TERRITÓRIO**, onde enfatiza a questão das lutas travadas por essas mulheres pela a posse da terra e território. É um trabalho que está em andamento para a conclusão de mestrado o qual objetiva identificar as formas de resistências realizadas pelo os camponeses e principalmente com as mulheres camponesas, tanto para obter a posse da terra como para permanecer nela no Assentamento Oziel Alves, município de Porto Franco – MA, a pesquisa será realizada em dois período de 2003 – 2020, período esses que essas mulheres camponesas vivenciaram diversos conflitos para obter a posse da terra e que ainda hoje lutam para manter uma estrutura de vidas assentadas bem melhor. As mulheres camponesas permaneceram em grande invisibilidade, inclusive, não sendo consideradas sujeitos políticos. Dentre várias lutas travadas pelos os trabalhadores camponeses, percebe-se nas leituras a presença feminina ocupando alguns espaços, nesse campo de luta, político, econômico, etc. No Brasil, elas tornam-se evidentes basicamente após a década de 1970, e, isto se deu grandemente pela força organizativa dos Movimentos populares. São tempos de lutas vividos pelos os camponeses e camponesas, que trazem em sua memória, lembranças de momentos difíceis, mais também que lhe deram grandes resultados, a conquista da terra. No Brasil as lutas camponesas são feitas através de sindicatos, entidades, associação e movimentos sociais. E a luta do MST é uma das mais significativas, a qual os camponeses têm se mostrado que também são capazes de resistir a dominação das relações capitalistas, diversas formas, por exemplo, através de manifestações e ações públicas. A luta pela a terra é uma luta por direitos, por sobrevivência, por uma vida melhor, mais digna, mais justa. Onde não possa haver opressor e nem oprimido e que os sem-terra possam ser herdeiros da terra. O trabalho abrange as dinâmicas de organizações das mulheres camponesas, observando como elas constroem ações coletivas que provocam mudanças nas relações de poder dentro do Movimento, no processo da luta para conquistar a terra e também para permanecer nela. Como método para obtenção de dados, utilizaremos história oral para construir conceitos de narrativas orais de história de vida com base nas memórias das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres que estão presente no movimento desde a época de acampadas. Na trajetória das mulheres camponesas do Assentamento Oziel para obter a posse da terra, ocorreram diversos momentos difíceis, acontecimentos desconhecidos para a sociedade, como diz Bosi (1979) “momentos ainda não aprisionado pela a escrita”, e que através da história oral podemos resgatar, florescer os momentos vividos, as experiências de vida de cada mulher camponesa entrevistada. Dentro desse contexto, o trabalho respalda um pouco sobre a questão da memória coletiva e individual das mulheres camponesas que estiveram presente nas lutas, pois para Halbwachs (1990) a memória por mais pessoal que possa ser é construída socialmente. “Diríamos voluntariamente que que cada memoria individual é um ponto de vista coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51). A partir de suas lutas e resistências, buscam, no acesso à terra, a possibilidade de mudança no horizonte de suas vidas.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trabalha a questão da mulher camponesas na luta pela a terra e território, onde enfatiza a questão das lutas travadas por essas mulheres pela a posse da terra e território, o qual objetiva identificar as formas de resistências realizadas pelo os camponeses e principalmente com as mulheres camponesas, tanto para obter a posse da terra como para permanecer nela no Assentamento Oziel Alves, município de Porto Franco – MA. São mulheres que carregam em suas memórias, lembranças de uma trajetória vivida carregada de medo, angustia, lutas, mas no final veio a vitória, a posse da terra que lhes tem proporcionado uma vida melhor, uma renda, uma casa, um lar.

Falar de resistência é entrar em uma densidade de contextos históricos vivido pelo o Brasil a muito tempo, como a luta dos indígenas que vêm sendo expulsos de suas terras desde o período colonial, as lutas quilombolas durante a escravidão são exemplos da resistência camponesa. Também podemos citar nesse contexto de resistência camponesas a revolta do Contestado e de Canudos e também as ligas camponesas em 1950. Para sustentar a pesquisa faz uso dos autores Oliveira (1994), Perrot (2012) e Scott (1992), são autores que retratam a luta das mulheres camponesas não só no campo mais também pelo seu reconhecimento dentro da sociedade, da política da educação, da saúde, etc.

A pesquisa busca identificar as formas de resistências realizadas pelo os camponeses e principalmente com as mulheres camponesas, tanto para obter a posse da terra como para permanecer nela no Assentamento Oziel Alves, município de Porto Franco – MA e investigar as formas de resistências das mulheres camponesas na luta pela terra e território no processo de territorialização no Assentamento Oziel Alves; para melhor compreensão da pesquisa traremos Bosi (1994) que fala que a através da memória podemos compreender melhor a história dessas mulheres camponesas.

Se observarmos o contexto histórico das lutas travadas pelos os camponeses em prol da terra e pela a permanência dela, percebe-se que as mulheres estão presentes nesses enfrentamentos ao lado do homem, enfrentando policiais, fazendeiros, na resistência de ocupação de terra, no processo de montagem e desmontagem dos barracos, nos bloqueios de estradas e também nas reuniões com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São diversas formas de resistência de luta que os camponeses utilizam para obter o território.

A pesar da invisibilidade de sua história as mulheres são verdadeiras protagonistas, no processo de luta e resistência para a terra conquistada. Como relata Perrot (2012) sobre a história das mulheres, antes sua invisibilidade era muito grande, mas mulheres lutaram por seus direitos e reconhecimento do seu papel na sociedade.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas

para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. (PERROT, 2012, P. 15).

Hoje temos mulheres como grande exemplo de resistência na luta pela terra, na política, na educação, na saúde, dentre outros espaços, mais ainda existe muito a vencer. A cada dia as mulheres lutam por seus direitos e reconhecimento.

2. METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos presentes nesse estudo baseiam-se na metodologia de pesquisa qualitativa, que “se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. (MINAYO, 2010, p. 21). Nesse sentido, o método qualitativo melhor se situa acerca da compreensão e discussão do tema debatido neste projeto, em razão de que os fenômenos sociais não se quantificam, e que a abordagem qualitativa melhor se aprofunda acerca das ações e relações humanas.

A partir dessas narrativas orais, pretendo destacar as histórias de vida das mulheres assentadas, com ênfase na sua participação na luta pela terra conquistada. Buscando compreender a trajetória de vida de assentadas, a partir das suas narrativas os desafios e conflitos enfrentados na conquista deste território.

Como instrumentos de pesquisa utilizo do roteiro de entrevistas, buscando estruturar todos os objetivos e problemáticas levantadas nesse estudo, em que se realizarão por meio de 5 entrevistas com as moradoras dessa comunidade, que tem uma representatividade dentro do assentamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2. O acampamento: espaço de lutas das mulheres camponesas e organização pela a terra

Quando surge um acampamento, se forma novas regras, objetivos, novas estratégias, normas de convivência, onde muitos não os tinha como prática no seu dia a dia, constituindo-se em uma ruptura, de certo modo, com o modo de vida anterior à ocupação. Nesse processo, a luta cotidiana assume a forma coletiva. É dentro da coletividade que as relações sociais são construídas e reconstruídas. Dentro desse processo de coletividade Scott (1992) relata que devemos dá mais visibilidade para as mulheres.

Amplia o foco das histórias das mulheres, cuidando dos relacionamentos macho/femea e de questões sobre como o gênero é percebido, que processo são esses que estabelecem as instituições geradas e das diferenças que a raça, a classes, a etnia, a sexualidade produzem nas experiências históricas das mulheres. (SCOTT, 1992, P. 88)

Mesmo o acampamento não tenha sido o início da luta, mas está e sempre esteve inserido na trajetória de vida das mulheres e homens bóias-frias, meeiros, posseiros, pequenos agricultores, arrendatários e desempregados do campo e da cidade como estratégia de sobrevivência, mas também como um espaço de coletivização, onde as famílias acampadas, lutam para manter no espaço ocupado

e se estruturarem, passando de acampados para assentadas, mas dentro desse processo existem diversos fatores para alcançar a posse da terra. Essas formas buscam sobreviver o dia a dia dentro de uma ordem que se conformou como dominação.

Nessa trajetória vivida pela os camponeses, o acampamento e a ocupação é um dos principais instrumentos realizados na luta e dentro de todo esse processo, adquirem aprendizados, conhecimentos e mudanças em si mesmas. As mulheres do assentamento Oziel Alves ao rememorar esses momentos de experiências e aprendizagem, fazem – se uma junção com o passado e presente, vendo o que passaram, vivenciaram e hoje tem consigo a posse da terra.

A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vívidas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. [...]. Continuando a escutar, ouviríamos o outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito (BOSI, 1994, p. 39).

Bosi (1994) nos mostra que a imagem-lembrança são momentos únicos, que tem data, refere-se a uma situação individualizada e O acampamento é, praticamente, o primeiro exercício de luta coletiva e possui um caráter pedagógico. No acampamento, os sem-terra se organizam em grupos de famílias de acordo com afinidades tais como origem das famílias, regiões de procedência, parentesco, etc.

As mulheres do assentamento Oziel Alves vivenciaram essas reuniões em núcleos no período de acampadas, os grupos são divididos por famílias, em torno de 10 famílias por grupos e cada um tem um representante para se responsabilizar. Foram momentos em que essas mulheres camponesas contemplaram uma serie de emoções, medo, alegria, angustia, coragem, para obter a terra e hoje poder lhe chamar de sua, com a conquista da terra passaram a lutar por uma estrutura melhor para o assentamento, luz, agua, escolas, posto de saúde e dentre outras coisas, ou seja, hoje estão em busca de novos objetivos e conquistas.

2. O assentamento e a resistência de permanecer na “terra livre”

Em todo assentamento, todo grupo do MST, existe um líder, um representante responsável, para manter uma organização, definir regras, divisões de núcleos dentre outras demandas. Para definir um lugar para se territorializarem, eles visualizam a terra, analisam como se dá o meio de produção, como ocorrerá vida dos moradores naquele local. Dentre outros o assentamento nasce de enfrentamentos com políticos, fazendeiros, de uma disputa e da mobilização dos movimentos de luta pela a terra.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter

à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 18).

Para as mulheres não cabiam a elas o direito a obter a terra, pois há muito tempo já vem sendo excluídas da reforma agrária. É necessário entender os mecanismos que fazem com que as mulheres fiquem em uma posição inferior aos homens em diversos aspectos.

Portanto, a vida dos camponeses assentados é marcada por uma trajetória de lutas, a qual muitas se iniciam no acampamento, que são uns dos primeiros passos na luta pela terra. Os camponeses trabalham-se em coletividade para alcançar seus objetivos, essa parecia de comunhão entre os camponeses continua até mesmo depois de assentados. As mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves estiveram na parceria ao lado do marido desde o acampamento ao assentamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência camponesa se tornou algo importante quando foi realidade no interior do movimento, tornando os movimentos sociais como paradigmas nas lutas tanto no campo como na cidade. Os movimentos sociais se tornaram públicos como uma das formas principais de resistência, reivindicando por melhores condições de vida, por uma sociedade mais justa. A ideia é que pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos.

As mulheres lutaram por seus direitos e hoje ocupam diversos espaços que antes eram destinados pela sociedade apenas para homens, após assentadas as mulheres ocupam os espaços nos serviços doméstico e na roça ao lado do marido e nos espaços políticos as mulheres camponesas encontram dificuldades para obter uma representatividade dentro do assentamento, na associação ocupam como secretária e tesoureiras, mas na parte de representante do próprio assentamento ainda não ocuparam esse espaço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. Conflitos e Violência. Movimentos Sociais e Resistência. A “Nova República” e a Reforma Agrária. São Paulo: Contexto, 1994.

PERROT, M. **Minha História das mulheres**. Tradução Angela, M. S. Côrrea. 2 ed. Contexto: São Paulo, 2012.

SCOTT, J. W. **História das Mulheres**. In: BUKE, Peter. (org). A escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992.

MINAYO, C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONARO

Israel Aparecido Gonçalves¹

Amélia Maria Motta da Hora²

Aline Prado Atassio³

RESUMO: Este texto tem o objetivo de refletir a precarização do trabalhador da agricultura familiar no Brasil, no ano de 2020 para o primeiro trimestre de 2021. A metodologia está na leitura de livros, artigos e da legislação sobre a temática estudada, ou seja, é uma obra de revisão da literatura. A pandemia envolvendo o novo Coronavírus trouxe consequências inimagináveis e intensas a toda a população brasileira, afetando diversos setores da economia que dependiam da forma de como a população estava anteriormente articulada. Este trabalho foi elaborado no ano de 2021 e foi realizada uma análise de matérias de jornais (Brasil de Fato, Valor, Nexo, DW Brasil, FOLHAPRESS, Folha Uol) os quais foram lidos ao todo 30 matérias e selecionados 4 que versam sobre a temática estudada. Foram retiradas as entrevistas usadas nestas entrevistas, artigos científicos, sites institucionais (CONTAG, CONTRAFBRASIL/CUT e do Governo Federal) e analisado a legislação federal sobre a agricultura família: LEI Nº 11.326/06 e o DECRETO Nº 9.064/17. Nesse estudo destacamos as consequências sofridas por um setor que dependia de como a população estava organizada anteriormente a pandemia, que é o caso dos agricultores familiares. O isolamento social necessário para conter os avanços do vírus, fechou circuitos importantes de comercialização dos produtos dos agricultores familiares, que sofreram desde a dificuldade de escoar a produção que ficou retida em suas propriedades.

Palavras-chaves: Trabalhadores; Agricultura familiar; Governo; Bolsonaro

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, existe um contingente expressivo de agricultores/as familiares que são responsáveis por mais de 5 milhões das propriedades agrícolas, e que representam cerca de 77% dos estabelecimentos rurais. Sendo responsáveis por 23% do valor da produção, mesmo com apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários existentes no território Nacional, mas ocupa 67% da mão-de-obra existente no campo, cerca de 10,1 milhões de pessoas (IBGE, 2017).

A agricultura familiar tem significativa importância no contexto agropecuário brasileiro, consequência, principalmente, do papel desempenhado pelo segmento na produção de alimentos, na geração de empregos e na preservação ambiental, setor estratégico para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, uma vez que é responsável por 70% dos alimentos consumidos no país (RAMBO, TARSITANO, LAFORGA, GILMAR, 2016; DIVERNO, PASSADOR, DI MARCO, 2020).

A crise socioeconômica agravada pelo novo coronavírus tem afetado as famílias dos agricultores que se veem fragilizadas com o fechamento de feiras e centros de comercialização, suspensão de contratos de compra direta, paralização das políticas públicas, dificuldades de escoar a produção, redução na renda, os baixos preços dos produtos e sem apoio compensatório do governo para superar a crise (JUNGES, apud SAMPAIO, 2020).

¹ Mestre em Ciência Política pela UFSCar, doutorando em Sociologia pela UFSC. E-mail: educa_isra@yahoo.com.br

² Graduada em direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Assessora Jurídica da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAFBRASIL/CUT. E-mail: amelia.hora@gmail.com

³ Dra. Em Ciências Sociais pela UFSCar. E-mail: alineatassio@yahoo.com.br

As medidas emergenciais propostas para apoiar a agricultura familiar foram simplesmente desprezadas, a exemplo o Projeto de Lei 735/2020, que previa um conjunto de ações emergenciais e de médio prazo para proteger o segmento e potencializar suas atividades produtivas, foi esquartejado pelo veto presidencial sem nenhuma reação do Congresso Nacional (DE AQUINO, SCHNEIDER, 2021). Sem crédito e apoio efetivo, por parte do governo, que segue privilegiando o agronegócio em detrimento da agricultura familiar (PACKER, apud SAMPAIO, 2020). Os agricultores vivem um futuro de incertezas, de como organizar a plantação, estimar produção, garantir emprego e renda das famílias que trabalham no campo. O objetivo deste trabalho é analisar a situação socioeconômica do trabalhador da agricultura familiar no Brasil.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado no ano de 2021 e tem como base a análise de matérias de jornais (Brasil de Fato, Valor, Nexo, DW Brasil, FOLHAPRESS, Folha Uol) os quais foram lidos ao todo 30 matérias e selecionados 4 que versam sobre a temática estudada. Outras fontes foram usadas, como artigos científicos, sites institucionais entre eles: CONTAG, CONTRAFBRASIL/CUT e do Governo Federal, e obras relacionadas a temática do estudo.

A legislação vigente federal sobre a agricultura família também foi considerada, destaca-se a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, regulamentada pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados da Secretaria de Agricultura de São Paulo em pesquisa com 1.166 pequenos produtores familiares de 640 municípios entre os dias 11 e 14 de maio de 2020, revelam que 52% das famílias sofreram com o impacto da pandemia na sua atividade no período. Muitos (18%) tiveram dificuldades para escoar a produção. A interrupção das vendas para prefeituras atingiu diretamente 13% das famílias produtoras, boa parte das quais forneciam para a merenda escolar (SALLES, 2020).

O justificado fechamento das instituições de educação não foi acompanhado de contrapartidas para as famílias que produzem e fornecem merenda escolar aos órgãos públicos, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Situação que se agravou porque o encolhimento do mercado consumidor ocorreu de forma simultânea com o fechamento de cozinhas industriais, restaurantes, bares e feiras livres (SALLES, 2020).

A queda dessa demanda atendida pela produção familiar foi imediata e imensa, em especial por alimentos perecíveis. Estancada a comercialização, evidencia que a agricultura familiar passou conviver com um cenário de incertezas em relação às suas demandas.

Cabe destacar que a agricultura familiar atende essencialmente ao consumo interno, produz alimentos *in natura* e orgânicos em escala. Diferentemente do agronegócio, que exporta e vive de suas *commodities* e tem apoio efetivo do governo (PACKER, apud SUDRÉ, 2020). A agricultura familiar comercializa sua produção por outros mecanismos, como cooperativas, agroindústrias, intermediários, venda direta ao consumidor final ou em mercados locais e regionais.

Enquanto o agronegócio aumentou seus ganhos entre 10% e 4% com as exportações durante a pandemia (MACHADO, 2021). A agricultura familiar sofreu com os bloqueios à circulação de suas mercadorias, sem um apoio efetivo e justo, afirmou Larissa Packer, advogada especialista em Direito Ambiental e integrante da organização não-governamental Grain América Latina (SUDRÉ, 2020).

Dados da Pesquisa feita pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) revelam que 52% dos agricultores entrevistados enfrentaram dificuldades com os meios de transportes para que suas mercadorias chegassem aos pontos de venda durante a pandemia (FOLHAPRESS, 2020).

Segundo DEL GROSSI (2020) no mês de julho/2020, metade dos agricultores familiares do país (51%) relataram que perderam em média, 35% da renda bruta familiar mensal habitualmente

auferida. Em áreas rurais da região metropolitana de São Paulo, onde atuam cerca de 7.000 produtores, a queda nas vendas foi estimada em até 80% (NARCISO, 2020).

Outro aspecto relevante na queda de rendimentos foi a suspensão dos contratos de compras diretas da agricultura familiar por parte dos órgãos governamentais. De acordo com o cadÚnico, 64% dos agricultores familiares cadastrados em programas governamentais de fornecimento de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tiveram uma renda mensal máxima de R\$ 2.862,00 (ROCHA, 2020), o que evidencia a fragilidade financeira desses trabalhadores, que dependem desses circuitos para obtenção de renda.

Verificou-se também forte redução das compras diretas do PNAE para alimentação escolar, apesar da liberação de crédito em caráter excepcional para aquisição e distribuição de gêneros alimentícios via PNAE às famílias dos alunos, por meio Resolução n.02/2020 do Ministério da Educação (MEC). Os agricultores foram surpreendidos com a posição adotada por alguns gestores municipais, que optaram por obter produtos de grandes redes de varejo ou por substituir o fornecimento por um “auxílio merenda”, destinando valores em espécie para que as próprias famílias adquirissem seus alimentos (SCHNEIDER, CASSOL, LEONARDI, MARINHO, 2020).

Em atendimento de reivindicação do setor, foi apresentado e aprovado o PL 735/2020, que estabelecia assistência financeira aos agricultores familiares para diminuir os impactos socioeconômicos durante a pandemia da covid-19, mas foi vetado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Os vetos atingiram pontos relevantes da matéria, como:

- (1) a extensão do auxílio emergencial a agricultores familiares que não receberam o benefício;
- (2) a criação de um programa de fomento para apoiar a atividade produtiva de agricultores familiares durante o estado de calamidade pública, aos que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- (3) a concessão automática do benefício Garantia-Safra a todos os agricultores familiares; e
- (4) a autorização de renegociação de operações de crédito rural relativas a débitos de agricultores familiares até 30 de dezembro de 2021 (AGÊNCIA SENADO, 2020).

A decisão interfere diretamente na vida das famílias e das agricultoras, como Sônia Costa, da zona rural do município de Francisco Santos (PI), e Maria Nice Machado Aires, que lidera 4.500 mulheres quebradeiras de coco de babaçu, no Maranhão (PONTES, 2020). Conforme a matéria veiculada no Brasil de Fato, ao qual a agricultura Costa afirma que: “a importância de um auxílio emergencial pras mulheres é fundamental porque, na hora em que falta a comida em casa, quem se preocupa mais são elas” (COSTA, SONIA apud SAMPAIO, 2020). Aires ressalta “quando a gente não pode trabalhar em grupo, você diminui a sua produção. Está muito difícil. Nós, quebradeiras, não temos nenhuma renda, nenhuma contribuição que possa nos apoiar” (PONTES, 2020).

Segundo dados do Ministério da Agricultura, o ministério recebeu cerca de 200 chamados com algum tipo de problema de comercialização devido à pandemia, através de um canal específico para registrar demandas desse grupo (PONTES, 2020). Embora o governo descarte riscos de desabastecimento, os agricultores questionam: “se o produtor não consegue comercializar seus produtos e escoar, ele não vai conseguir produzir para os próximos anos e nem ter recurso para investir na produção”, diz o agricultor Fukunaga sobre os impactos a médio prazo (PONTES, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social necessário para conter os avanços do vírus, fechou circuitos importantes de comercialização dos produtos dos agricultores familiares, que sofreram desde a dificuldade de escoar a produção que ficou retida em suas propriedades. Outras dificuldades são a redução de contratação de mão de obra, baixos preços, e até mesmo suspensão de contratos de compra direta com instituições governamentais, desencadeando uma crise socioeconômica ainda maior.

Outro aspecto que deixou os agricultores mais fragilizados, foi a falta de incentivo governamental. O governo federal, como apontado no estudo com vetos e cortes de programas de auxílio,

redução de políticas públicas e volumes de recursos destinados ou investidos para a agricultura familiar ainda é menor que os investimentos destinado ao agronegócio.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Atividade Legislativa: Projetos e Matérias. **Agência Senado**, Brasília (DF): 08, junho de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143587> Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 9.064, de 31 de maio De 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília (DF): mai. 2017. [On-line]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília (DF): jul. 2006. [On-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em: 18 jun. 2021.

CONTAG. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Plano Safra 2020/2021 não agrada a CONTAG: serão somente R\$ 33 bilhões para o Pronaf**. CONTAG, data: 17, jun. 2020. [On-line]. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=14008&mt=1&nw=1> Acesso em: 19 jul. 2021.

DE AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. **Brasil debate**, data: 27, abr. de 2021. [On-line]. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-papel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual> Acesso em: 18 jul. 2021.

DIVERNIO, Matheus Henrique, PASSADOR, Claudia Souza, DI MARCO, Claudio Augusto Ferreira. A Agricultura Familiar e a pandemia do novo Coronavírus: um estudo de caso da Cooperativa de Agricultores Familiares de Itararé (COAFAI). **XXII ENGEMA – Anais**, 2020 Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod_trabalho=273 Acesso em: 18 jul. 2021.

FOLHAPRESS. Pandemia pode afetar distribuição de alimentos na América Latina, aponta pesquisa. **Diário de Pernambuco**, data: 28, jul. de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://www.folhapse.com.br/economia/pandemia-pode-afetar-distribuicao-de-alimentos-na-america-latina/148709/> Acesso em: 26 jun. 2021.

IBGE. Censo Agropecuário. **Censo Agro**, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Acesso em: 18 jun. 2021.

NARCISO, Bruna. Produtor rural destrói toneladas de alimentos no cinturão verde de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 18, abri. de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/produtor-rural-destroi-toneladas-de-alimentos-no-cinturao-verde-de-sao-paulo.shtml> Acesso em: 25 jun. 2021.

PONTES, Nádia. Pandemia sufoca agricultura familiar no Brasil. **Deutsche Welle**, São Paulo: 31, mai. de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-sufoca-agricultura-familiar-no-brasil/a-53639109> Acesso em: 18 jun. 2021.

RAMBO, J.R, TARSITANO, M.A.A; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14 n. 1 (2016). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/view/1415/139> Acesso em: 25 jun. 2021.

SALLES, Marina. Pandemia afeta mais de metade dos pequenos produtores de SP. **Valor Econômico**, São Paulo: 18, jun. de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/06/19/pandemia-afeta-mais-de-metade-dos-pequenos-produtores-de-sp> Acesso em: 23 jun. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Com pandemia e queda nas vendas, agricultores amargam prejuízos e pedem incentivo. **Brasil de Fato**, Brasília (DF): 22, jun. de 2020. [On-line], Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/22/com-pandemia-e-queda-nas-vendas-agricultores-amargam-prejuizos-e-pedem-incentivo> Acesso em: 29 jun. 2021.

SCHNEIDER, S., CASSOL, A., LEONARDI, A., MARINHO, M. de M. Impactos da pandemia Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Impactos da pandemia Estud. av. 34 (100), Sep-Dec 2020**. Data: 11 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP/?lang=pt> Acesso em: 25 jun. 2021.

SUDRE, Lu. Sem apoio, agricultores perdem produtos enquanto populações vulneráveis passam fome. **Brasil de Fato**, Brasília (DF): 28, abr. de 2020. [On-line]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/28/sem-apoio-agricultores-perdem-produtos-enquanto-populacoes-vulneraveis-passam-fome> Acesso em: 21 jun. 2021.

“A GENTE GOSTA DE SUBIR NO PAU BURITI E, TIBUNGO! LÁ NO FUNDO DO BREJO”: SOBRE TERRITÓRIO VITAL E OS ASPECTOS CONFLITIVOS EM DUAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, RIBEIRINHA E INDÍGENA, DO ALTO MÉDIO DO GURGUÉIA-PI

Lorena Veras Mendes¹
Leudiane Oliveira Lima²
Caroline Alves dos Santos³

RESUMO:

Este trabalho discute experiências vividas durante uma incursão antropológica em comunidades tradicionais no cerrado Piauiense que constituem riquezas hídricas, atraindo setores do agronegócio e especuladores imobiliários; são elas: Comunidades Ribeirinha e Brejeira Brejo do Miguel (Gilbués-PI) e Indígena Akroá-Gamela (Baixa Grande do Ribeiro-PI). Tais experiências se concentram no fazer antropológico de compreensão dos recursos vitais na caracterização e reconhecimento desses espaços habitáveis e de seus recursos territoriais. A partir de expressões de atores comunitários, procuramos chamar a atenção para a necessidade de compreender o que é território vital no traquejo entre as ciências sociais, geografia, ecologia, antropologia, história econômica e política regional em função de evidenciar complexidades sócio-naturais e rotina observacional no trabalho do antropológico (cf. LITTLE, 2006). Demonstramos como dimensões simbólicas dos recursos biofísicos podem ser evidenciadas no discurso de atores sociais, tais como “*A gente gosta de subir no pau buriti e, tibungo! lá no fundo do brejo [sic]*” – sentimento expressado por uma criança moradora da região – e sugerem que os recursos hídricos dão continuidade e produzem existências e modos de vida no espaço em que habitam. Neste sentido, levantamos um debate sobre o fazer antropológico em contextos conflituais cujas formas de representações nos obrigam a lidar com a exploração de recursos hídricos em comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; recursos hídricos, territorialidades; território vital.

1. INTRODUÇÃO

Diante das experiências vivenciadas no cerrado piauiense espacializado no sudoeste, este trabalho concentra-se em refletir sobre o trajeto do fazer antropológico direcionado para os estudos sobre territorialidades e comunidades tradicionais. Trata-se de reflexão sobre dado trabalho antropológico que tem como lócus duas comunidades tradicionais localizadas no alto médio do Gurguéia – PI. Tais comunidades – identificadas como ribeirinha Brejo do Miguel e indígena

¹ Licenciatura em Ciências Sociais, Mestranda em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI), e-mail: lorennavm@ufpi.edu.br.

² Mestranda em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI), e-mail: leudi@ufpi.edu.br

³ Bacharelado em Ciências Sociais, Mestranda em Ciência Política (PPGCP/UFPI), e-mail: carolineas@ufpi.edu.br

Akroá-gamellas – constituem aspectos conflitivos socioambientais em comum: abundância de recursos hídricos que tem sido alvo de latifundiários.

Paralela à problemática supracitada, esse trabalho configura-se como a introdução de um relato de experiência antropológica em que se evidenciam algumas noções de caracterização territorial a partir de fragmentos de discursos dos povos residentes nas comunidades mencionadas. Posto isto, é de fundamental importância mencionar certa discussão crítica a cerca de algumas noções sobre território, suas complexidades sócio-naturais e a continuidade e permanência dos povos residentes naqueles espaços.

O cerrado piauiense, bem como consta na literatura geográfica, possui a maior reserva de água subterrânea do nordeste. Isto tem atraído interesses de setores como o agronegócio e outras empresas, resultando em empreendimentos que contribuem para uma série de danos ambientais e conflitos, os quais impactam a subsistência e existência de seus modos de vida e ameaçam os territórios de escassez hídricas. Com isso, atores comunitários narram o valor de seus recursos, para manutenção vital do ecossistema no qual estão inseridos.

2. METODOLOGIA

Este estudo está fundamentado no método etnográfico (cf. Malinowski, 1984), e, por intermédio deste buscou-se investigar e compreender dois grupos e suas representações simbólicas, valores, saberes, estilo de vida e sua organização social.

A partir de etnografia sobre a identidade étnica e caracterização do grupo indígena Akroá-Gamela – residente nas proximidades do município de Baixa Grande do Ribeiro-PI – e comunidade ribeirinha Brejo do Miguel – localizada em Gilbués – PI – chegamos à realização deste trabalho. Operacionalizou-se o levantamento de dados e informações a partir das memórias compartilhadas por grupos de moradores sobre as trajetórias de vida individuais e coletivas naqueles espaços. Desta forma foi possível identificar alguns elementos de imensa relevância para a vida cotidiana nas comunidades acima citadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As noções sobre território tem ganhado atenção especial nos estudos antropológicos com enfoque nas comunidades tradicionais e tem chamado a atenção para a compreensão das mais

variadas questões, sejam elas, simbólicas ou físicas, que abarcam as experiências de usufruto de um território vital.

Para tanto, buscamos conceituar território em sua multiplicidade e sob cruzamentos que se dão em torno da ocupação socioespacial dispostos ao longo do tempo, que contemplam o espaço físico de sentimento e significado (cf. Little, 2002).

A movimentação de pessoas externas à comunidade dentro do território em busca das fontes de águas cristalinas e das belezas naturais presentes nos territórios causa certa preocupação dos moradores com a preservação dessas fontes de água, pois essas compreendem seus meios produção e subsistência.

Desse modo as comunidades buscam preservar suas fontes na medida do possível, restringindo o acesso às essas fontes para pessoas de “fora”, visto que para acessá-las os visitantes precisam percorrer as moradias, roças, criações e pomares. Em outras palavras, penetrar nestes territórios dessa forma, é entrar na “casa” alheia. Neste sentido, o termo “casa” abrange os domínios territoriais marcados pelos usos das comunidades.

Desse modo, a proximidade das moradias, estradas roças e os cursos de água faz parte de estratégias de uso, conservação, vigilância das áreas ocupadas e dos recursos naturais dos quais dependem seus modos de vida e de sustento. Essas características das comunidades em questão denotam o que Paul Little (2002) denomina de “condutas territoriais” de uma comunidade, que encerra as movimentações internas em defesa de seu território.

Tais condutas compreendem comportamentos e valores capazes de unir um grupo de pessoas dentro de uma mesma comunidade com um sentimento de orgulho e pertencimento local. Em vista disso, salientamos que a produção do território se dá pelas relações sociais que o atravessam e os modos como seus moradores vivem se organizam, ou seja, cambiam entre si e como estes expandem suas visões de mundo (cf. Little, 2002).

As comunidades tradicionais do cerrado piauiense compreendem um ambiente biofísico composto por rochas, uma área de influência de chapadas, brejos, a formação de lençóis de águas. Neste cenário, as comunidades de que trata a presente reflexão encontram-se na microrregião do alto médio do Guruguéia Piauiense. Identificadas como Comunidades Ribeirinha e Brejeira Brejo do Miguel (Gilbués-PI) e Indígena Akroá-Gamela (Baixa Grande do Ribeiro-PI) elas apresentam notável destaque para o agronegócio no Estado do Piauí. Isto porque em sua área de influência encontra-se um dos municípios que contabiliza a maior produção de grãos do estado (cf. Rufo & Sobrinho, 2015).

Neste contexto, tanto a comunidade ribeirinha quanto a indígena apresentam em sua geodiversidade um conjunto de nascentes, fontes, brejos e olhos d’água e seus territórios

manifestam um complexo rico em termos de biodiversidade da fauna e da flora. Além disto, é notável a percepção de que a organização social dessas comunidades está fortemente ligada a esse complexo geoambiental, bem como, os usufrutos dos recursos naturais locais e de sua preservação. Com isto, as comunidades investigadas usam de estratégias coletivas para ocupar, usufruir e conservar seu ambiente biofísico, transformando este em seu território vital (cf. Sack, 1986:19).

Durante as observações junto às comunidades foi possível constatar que as propriedades onde são desenvolvidos alguns projetos de agronegócio tem tido seus modos de vida nos espaços habitáveis significativamente afetados de forma negativa. Isto se reflete no discurso e nas práticas representativas da vida cotidiana daqueles povos, em vozes que ecoam de todos os moradores, inclusive das vozes das crianças.

Cabe mencionar, como exemplo de tal representação, o seguinte fragmento do depoimento de uma criança residente em uma das comunidades: *“a gente gosta de subir no pau buriti e, tibungo! lá no fundo do brejo”*.

Percebe-se por meio de tal fragmento a urgência do reconhecimento daqueles territórios como espaços ameaçados. Isto é, nota-se, através da voz daquela criança, um brejo ameaçado pela seca e desmatamento provocados pelos confrontantes vizinhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se desenvolveu a etnografia aqui pincelada, notou-se que as comunidades Ribeirinha e Brejeira Brejo do Miguel (Gilbués-PI) e Indígena Akroá-Gamela (Baixa Grande do Ribeiro-PI) são constituídas por fortes elementos de identidade ligados ao território habitado e toda biodiversidade que o compõe. Revelando formas específicas de usos dos recursos naturais, de ocupação e produção do território, da organização social e familiar nas comunidades.

Diante do que foi exposto, destacamos que a autonomia dessas comunidades tem sido constantemente afetada nos últimos anos, em razão do impulso dos projetos de agronegócio nas proximidades de seus territórios, consequentemente afetando na produção da agricultura familiar local, e, na qualidade de vida das famílias residentes nestas comunidades.

Assim a sensibilidade de compreensão de território vital está para além de suas demarcações geográficas, espaço-territoriais. Ela deve envolver esforço crítico sobre contextos e complexidades sócio-naturais, danos ambientais, memórias, vida cotidiana e as relações humanas em que tais elementos estão inseridos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. **Marcas toponímicas em solo piauiense: seguindo as trilhas das águas**. 2012. 331f. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Letras). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia n. 322, UNB: Brasília. 2002.

MACAMBIRA, Dalton Melo. **A experiência da revitalização de bacias do semiárido**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, outubro de 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52580453-Semar-secretaria-do-meio-ambiente-e-recursos-hidricos.html>. Acessado em: 02 jan. 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**/ Bronislaw Malinowski; prefácio de Sir James George Frazer; tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça revista por Eunice Ribeiro Durham. – 3.ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

RUFO, Tiago Fernandes; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. **O processo histórico de formação territorial do estado do Piauí e as transformações recentes na Mesorregião do Sudoeste do Piauí**. Espaço & Geografia, v. 18, n. 1, p. 121-160, 2015.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CÁRCERE FACE ÀS MEDIDAS TOMADAS PELO ESTADO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Josilene Ribeiro de Oliveira¹
Rosilene Oliveira Rocha²

RESUMO:

Neste trabalho, discutimos como a dimensão de gênero é disposta nas medidas definidas e implementadas pelo Estado brasileiro para prevenir a propagação do Coronavírus entre a população carcerária, a partir da vivência das mulheres presas em uma unidade penal na Paraíba, durante a Pandemia de Covid-19. Toma-se como pressuposto que a realidade das mulheres encarceradas é atravessada e marcada pela naturalização de violências e desigualdades, principalmente econômicas, raciais e de gênero, fazendo com que elas as incorporem como intrínsecas e inalteráveis. A noção de interseccionalidade e suas variações quanto a margem de agência dos sujeitos é empregada para entender as interações entre raça, classe e gênero desencadeiam outras formas de violência, presentes nas práticas do sistema carcerário e do sistema judiciário como agentes de poder do Estado. Trata-se de uma pesquisa em andamento, suportada pelo método qualitativo e o levantamento de dados secundários junto ao Conselho Nacional de Justiça, ao Departamento Penitenciário Nacional e à Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba, os quais embasam uma análise sobre as encruzilhadas e os becos marginais da crise atual, nos limites do invisível, porque a violência contra os corpos e a morte sob situação de aprisionamento são percebidas frequentemente como normais; e do indizível, pois nem mesmo os parentes que não as abandonaram podiam entrar nos presídios para lhes prestar assistência.

1. INTRODUÇÃO

Como as interseccionalidades entre classe, raça e gênero têm impactado a vivência de mulheres encarceradas durante a Pandemia? Como a dimensão de gênero é disposta nas medidas definidas e implementadas pelo Estado brasileiro para prevenir a propagação do Coronavírus entre a população carcerária? Quais marcadores sociais (classe, raça, gênero) favoreceram ou prejudicaram a obtenção dos benefícios previstos para protegê-las do risco de contaminação pelo Coronavírus dentro do presídio?

Distante da ilusão de que a prisão seja exclusivamente uma maneira de reprimir os delinquentes, com Foucault (1987) reconhecemos que em sua materialidade o cárcere é um instrumento de poder que se originou de uma tecnologia política do corpo, ao passo que o submete e violenta pela separação, exclusão, silenciamento e abandono. Com efeito, o cárcere implica, de um lado, isolamento social; e do outro, o convívio forçado com pessoas, em geral, com trajetórias e experiências de vida marcadas pela marginalização, pobreza e discriminação, ou seja, pela violência sobre e em função do corpo e da origem social.

Nesse sentido, o encarceramento cotidiano de pessoas pretas, pardas e pobres é uma expressão clara das desigualdades no Brasil. Assim, grades e muros reproduzem, reforçam e constituem fronteiras, em sentido processual e relacional e de ordem simbólica, que têm como marcadores e ponto de clivagem a classe social, o gênero e a noção de raça. Reforçando tal argumento, relatórios de inspeção do sistema penitenciário realizadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/CNPPC, em função da CPI do sistema carcerário, em 2008, ressaltam que “as prisões seguem destinadas a pobres,

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: josilene.ribeiro@academico.ufpb.br

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rosilene.ufpe@gmail.com

negros e desvalidos e se assemelham às masmorras medievais”, apontam Barros, Reis Barros e Máximo (2020, p. 272). Segundo as autoras, as prisões “*simbolicamente constituem-se em depósito de detritos, do que é desprezível, degradante e como locais destinados a tratar dos resíduos da sociedade*”. Em síntese, o encarceramento parece se constituir um instrumento legal para resolução de conflitos gerados pela sociedade e que ela não pode resolver, tais como: desigualdade, injustiça social e negação de direitos básicos. Trata-se, portanto, da exclusão da vida social daquelas pessoas que já são excluídas e discriminadas por diversas razões (PERANO, 2019).

É certo que a realidade das mulheres encarceradas é atravessada e marcada pela naturalização das desigualdades, principalmente econômicas, raciais e de gênero, fazendo com que elas as incorporem como intrínsecas e inalteráveis. O Estado, no movimento da longa duração, desde seu surgimento, tem colaborado diretamente para isso, tendo em vista que suas leis e suas políticas são sempre a expressão do poder presente nas formas sociais que lhe constituem, logo, longe de ser o poder do conjunto dos cidadãos iguais perante a lei (ELIAS, 2006). No caso do sistema prisional, o próprio Estado induz a marginalização de certos grupos, em benefício da manutenção de uma certa ordem social que privilegia o poder da elite, perpetuando a discriminação e a subordinação de segmentos populacionais historicamente oprimidos. Especialmente ao dirigir um olhar criminalizante aos pobres, pardos e negros, estabelecendo fronteiras socioespaciais segundo a cor da pele e as condições econômicas.

A dimensão da classe social sozinha é insuficiente para explicar as desigualdades sociais, ainda mais no caso do encarceramento de mulheres (GONZALEZ, 2018). A esse respeito, Seyferth (2002) traz a raça como dimensão fundamental para organização das fronteiras internas. Ela lembra que raça se constitui um conceito que toma a diversidade humana como sinônimo de desigualdade, servindo para “desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos” (SEYFERTH, 2002, p. 28). Conforme esta autora, todos os modelos de classificação aplicados até o presente à humanidade contêm pressupostos de superioridade ou inferioridade, tendendo ao reducionismo de pensar a diferença como sinônimo de desigualdade. De forma que os marcadores sociais de raça, bem como de gênero e classe social são tomados individualmente ou em conjunto nas classificações que negativam certos grupos em oposição a outros que são percebidos positivamente. Não por acaso, historicamente as minorias resistem ao preconceito, assumindo posição de desigualdade frente aos dominantes, sendo sempre tutelados por estes e pelo Estado, que frequentemente lhes nega o direito a diferença.

Nesse contexto, a noção de Interseccionalidade, especialmente aquela discutida por Kimberlé Crenshaw, parece bastante frutífera para pensar o encarceramento feminino no Brasil, considerando-se o perfil das detentas. De acordo com dados do INFOPEN Mulheres, cerca de 62% das mulheres sob pena privativa de liberdade são negras. Pimentel (2020) sugere inclusive que a condição de vulnerabilidade antecede o próprio cárcere no caso das mulheres, considerando-se que a população carcerária feminina no país é constituída predominantemente por mulheres com baixa escolaridade, pobres, negras e pardas.

Este breve ensaio traz algumas reflexões preliminares a respeito das questões apresentadas, a partir das noções de interseccionalidades entre raça, classe e gênero, observando também as medidas definidas pelo Poder Judiciário e implementadas para evitar a disseminação do vírus e o agravamento da Pandemia dentro do Sistema Prisional no estado da Paraíba. Trata-se não de respostas definitivas, mas, sim, de hipóteses de trabalho aplicada à pesquisa em andamento.

2. METODOLOGIA

Trata-se da primeira etapa de uma pesquisa suportada pelo método qualitativo, incluindo revisão bibliográfica e o levantamento de dados secundários junto ao Conselho Nacional de Justiça, ao Departamento Penitenciário Nacional e à Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba. A próxima etapa prevista compreende a aplicação de questionários, conforme uma amostragem por conveniência. Na segunda etapa será realizado um grupo focal, ocasião em que iremos realizar a observação direta, com anotações e registro observacional para posterior análise. No terceiro

momento realizaremos as entrevistas semiestruturadas (gravadas) com a direção da unidade e profissionais que trabalham no local, o que permitirá aprofundar e complementar as informações levantadas com a aplicação dos questionários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro das prisões, mulheres e homens, geralmente separados a partir do sexo biológico, convivem em celas minúsculas, compartilhadas com várias outras pessoas, ficando privados de informação e contato com o mundo exterior e a liberdade de se comunicar com os familiares e amigos. Entretanto, diferente do que ocorre com os homens, para as mulheres a prisão tem um caráter duplamente punitivo: penaliza a mulher pelo crime cometido e por não corresponder ao papel que lhe é socialmente imputado. Dessa forma, o cárcere apresenta para as mulheres um viés moralizante que faz com que sua pena seja mais cruel. Exemplificando, observa-se que nos estabelecimentos penais femininos mantém-se um controle extremamente excessivo sobre o comportamento das detentas quanto à continuidade do relacionamento que tinham antes da reclusão e dos que se iniciaram após o aprisionamento (SILVA, 2015).

Além disso, a entrada delas no cárcere é motivo de vergonha e desonra para suas famílias, que em muitos casos as abandonam e deixam de visitá-las no presídio, diferente do caso dos homens, para os quais há sempre uma mãe, uma irmã ou uma esposa/companheira que o visita regularmente. Ocorre que “a sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira” (VARELLA, 2017, p.38). Não por acaso, vários estudiosos apontam que as mulheres presas enfrentam mais desafios que os homens, devido ao abandono da família, ao estigma social de ‘mulher bandida’ e à insalubridade dos presídios, posto que não são planejadas para elas, mas, sim, o resultado de adaptações de prisões masculinas (QUEIROZ, 2015; FLORES e SMEH, 2018; VARELLA, 2017; PERANO, 2019; PIMENTEL, 2020).

No caso das mulheres presas, o silenciamento causado pela ausência e a impossibilidade de participar dos pequenos e grandes momentos da vida de filhas, filhos, netos e netas, pais e avós tem um peso crescente ao longo do tempo, constituindo parte da violência cotidiana vivida durante e após o cárcere. Vale destacar que o tempo na prisão é para elas um tempo roubado delas e de seus familiares, e que significa silenciar suas vozes e subtrair sua autoridade. Isso porque quando voltam a suas casas já não encontram o mesmo lugar, nem as mesmas pessoas, porque elas tão pouco são as mesmas: os filhos e netos cresceram (sem elas), as mães e avós envelheceram e em muitos casos adoeceram (e elas se sentem culpadas por isso também). Elas são agora mães desautorizadas, são mulheres ‘sem marido’, posto que comumente abandonadas pelos companheiros e maridos, e a partir de então marcadas pelo estigma de ex-presidiárias, cujas vozes não serão mais ouvidas da mesma forma. O silêncio perdura como forma de violência difusa, que ultrapassa o período de encarceramento, afetando a produção da subjetividade e da identidade dessas mulheres.

Sabe-se que a identidade de mulheres e homens presos é afetada pela experiência da prisão e quanto mais longa for a pena, mais forte é efeito da prisonização (CLEMMER, 1966). Como afirma Polak (1992, p. 5), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Ainda com relação às mulheres, deve ressaltar a passagem pela prisão, em muitos casos, fratura a autoimagem, os laços afetivos e as memórias afetivas, visto que elas passam se culpar pela ausência e a memória familiar acaba por ser marcada e construída não pela lembrança delas, mas pelo período de ausência. Que teoricamente poderia ser minimizado pelas visitas na prisão. Porém, mesmo em condições de ‘normalidade’, frequentemente, o direito à visita de familiares não se concretiza, pois as famílias de muitos(as) apenados(as) não têm condições financeiras para arcar com os custos do deslocamento até a unidade prisional, que, muitas vezes, fica distante de seus locais de residência.

Tal situação se agravou em função da Pandemia de coronavírus, no ano de 2020, quando as visitas de familiares e cônjuges foram suspensas, como medida preventiva para impedir a propagação

do vírus causador da COVID-19, uma doença caracterizada pela insuficiência respiratória e que provoca complicações graves à saúde humana, que vem causando milhões de mortes ao redor do mundo. Considerando que o “isolamento social” (distanciamento social) e as práticas de higienização frequente de ambientes, das mãos, dos corpos, das roupas etc. tornaram-se as medidas preventivas mais eficazes à propagação do vírus e à doença, é preciso se perguntar como pessoas que, dia após dia, ano após ano, não tem um espaço próprio e não podem escolher com quem estar, o que comer e aonde ir, estão lidando com a Pandemia. Vale lembrar que para estas pessoas o isolamento (no cárcere) não é uma escolha voluntária, mas, sim, uma pena imposta pelo Estado, e que não assegura a preservação da saúde ou a manutenção do distanciamento mínimo necessário recomendado pelos órgãos de saúde para a situação de Pandemia.

Conforme dados coletados em campo, em março de 2020, antes do Governo do Estado da Paraíba decretar situação de emergência e de calamidade pública, o que aconteceu respectivamente em 14 de março por meio do Decreto nº 40.134 e no dia 20 do mesmo mês, havia em média 210 mulheres reclusas na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, em Mangabeira, em João Pessoa. Um ano depois, esse número caiu para 120 mulheres (SEAP, 2021). Ocorre que, seguindo às diretrizes da Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020 (dos Ministérios da Saúde e da Justiça e Segurança Pública), e às determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), expressas na Recomendação n. 62, de 17 de março de 2020 (posteriormente atualizada pela Recomendação n. 68 de 17/06/2020 e cujo prazo de vigência foi dilatado pela Recomendação No 78, DE 15 de setembro de 2020) e pela Recomendação nº 70, de 4 de agosto de 2020, muitas mulheres beneficiaram-se e tiveram direito à suspensão ou remissão da pena, substituição da pena de regime fechado para meio aberto e saída antecipada.

Salientamos que, em conformidade com as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como parte das medidas de prevenção à propagação da COVID-19, no mês de março de 2020, 1.528 pessoas que estavam detidas (em toda Paraíba) foram liberadas para cumprir pena domiciliar, sendo apenas 55 destas mulheres, que passaram a ser monitoradas com tornozeleiras eletrônicas.

Deve-se destacar que a criação de leis que permitem a concessão do benefício da liberdade às presas mães, independente da Pandemia, é uma conquista recente, como resultado de uma luta de décadas, diante de denúncias da violência a que eram submetidas tais mulheres, contando inclusive com relatos de presas grávidas que tiveram seus filhos algemadas, de crianças crescendo dentro da prisão junto com suas mães ou de bebês retirados do colo/peito de suas mães sem o consentimento destas (SILVA, 2015; VARELLA, 2017), tudo isso em nome da Lei e de um modelo de família que o Estado legitima e defende. Esse modelo de família seguiria a lógica patriarcal, segundo a qual toda mulher já vem ao mundo com um lugar subalterno definido na sociedade. Subalternidade e inferiorização que também se expressa na negação da diferença quando se trata de oferecer absorventes para as presas, que muitas vezes chegam a usar até miolo de pão como absorvente interno (QUEIROZ, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas ações e políticas do estado, indiferença, afirmação e negação da diferença se sucedem de modo a perenizar as desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, como hipótese inicial, entendemos que, ao supostamente privilegiar as mulheres no acesso às medidas preventivas a Covid-19 com a liberação destas da prisão, o Estado brasileiro mais uma vez torna a diferença um equivalente de desigualdade de gênero, classe e raça. Isto porque para “fazer valer os direitos” (VIANNA, 2013) as presas dependem de uma rede de apoio externa que inclui familiares e agentes mediadores do direito (advogados e/ou defensores etc.) que possam levar e apresentar suas demandas (de forma correta) aos representantes do Estado – defensorias, defensores públicos e juízes em fóruns criminais. Bem como dependem do acesso a informações do mundo exterior e da capacidade de compreensão de seus direitos e de condições objetivas para buscar efetivá-los. Ou seja, um conjunto de disposições e

competências que implicam a posse de um capital cultural, econômico e simbólico, que são variáveis segundo a classe, a trajetória e a origem social de cada presa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. **Processos de formação de Estados e construção de nações**. In: NEIBURG; WAIZBORT (org.). *Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 2006
- CLEMMER, Donald. **The prison community**. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
- FLORES, Nelia Maria Portugal; SMEH, Luciane Najar. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28(4), e280420, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> Acesso em: 8 abril 2020.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes. 1987.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020
- GOVERNO DA PARAÍBA; SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DA PARAÍBA. **Plano de Contingência para o novo coronavírus (covid-19) no Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/> Acesso em: 08 Ago 2020.
- GOVERNO DE ESTADO DA PARAÍBA. **Revista Seap em Ação**. Ano I. Edição Especial, Ju/Ago 2020.
- INFOPEN. **Levantamento de Informações penitenciárias**. Thandara Santos (Org.). Ministérios da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional. 2ª Edição. Brasília, 2017.
- PERANO, Jorge. (Neo) Liberalismo y Control Socio Penal. Algunas reflexiones. **Revista Pensamiento Penal** [digital], 2019.
- PIMENTEL, Elaine. Aprisionamento de mulheres em tempos de pandemia de Covid-19. In: Guimarães, Ludmila de Vasconcelos M. ; Carreteiro, Teresa Cristina ; Nasciutti, Jacyara Rochael (Orgs.) **Janelas da Pandemia - Belo Horizonte** : Editora Instituto DH, 2020.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992
- SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002
- SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- SLOKAR, Alejandro W; TAGLE, Fernando Tenorio; ZAFFARONI, E. Raúl. **MORIR DE CÁRCEL: Paradigmas jushumanistas desde el vírus de nuestro tempo**.
- QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.
- VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: _____ (Org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: LACED; Museu Nacional; E-papers, 2013.
- VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ângela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre "moradores de favelas" e "refugiados". In: **Revista Ciência e cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 46-50, June, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?> Acesso em: 13 Jun 2021

RESUMO EXPANDIDO¹

PENSANDO A CIDADE DE CAUCAIA, CEARÁ: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DA VIOLÊNCIA URBANA

Erick Cruz Padilha de Oliveira²
Francisca Erica Silva Aragão³

RESUMO: o objetivo geral é refletir sobre a complexidade das relações entre cidade e violência a partir de uma breve pesquisa sobre a cidade de Caucaia, a qual foi classificada em recente pesquisa do IPEA como a segunda mais violenta do Brasil e a mais violenta do estado do Ceará. Visando trazer respostas com base em reflexões que demandam tempo e tendo como referência também as limitações de espaço de um trabalho como este, nos concentraremos em três objetivos específicos: (i) entender como a cidade de Caucaia está situada em uma espécie de mapa da violência, percebendo-a como parte de um problema complexo; (ii) compreender a violência em Caucaia através do levantamento de características mais específicas da mesma, tanto mediante busca de dados referentes a aspectos que podem incidir mais indiretamente sobre o problema (populacionais, geográfico, econômicos), quanto mediante coleta detalhada de informações sobre a violência que ocorre no seu interior considerando variáveis importantes com relação às vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); (iii) analisar em que medida a atual conjuntura política onde está situada Caucaia indica a possibilidade de divergentes grupos políticos superarem suas diferenças e cooperarem desenvolvendo formas conjuntas de solucionar o problema do crescimento da violência no município.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Caucaia é parte da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará, estado da federação localizado na região nordeste do Brasil, que é geograficamente o maior país da América Latina. Recentemente Caucaia se tornou mais conhecida no Brasil com a divulgação da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme DUARTE (2021). Ela foi classificada como segunda cidade mais violenta do país e a mais violenta do Ceará, estado que mais se destacava na mesma pesquisa supramencionada negativamente pelo número de municípios que faziam parte dos 15 mais violentos do território brasileiro. O objetivo geral do presente artigo é refletir, de modo introdutório, sobre a complexidade das relações entre cidade e violência a partir de uma breve pesquisa sobre o município de Caucaia. Visando trazer respostas com base em reflexões que demandam tempo e tendo como referência também as limitações de espaço de um trabalho como este, nos concentraremos em três objetivos específicos: (i) entender como a cidade de Caucaia está situada em uma espécie de mapa da violência, percebendo-a como parte de um problema complexo; (ii) compreender a violência em Caucaia através do levantamento de características mais específicas da mesma, tanto mediante busca de dados referentes a aspectos que podem incidir mais indiretamente sobre o problema (populacionais, geográfico, econômicos), quanto mediante coleta detalhada de informações sobre a violência que ocorre no seu interior considerando variáveis importantes com relação às vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); (iii) analisar em que medida a atual conjuntura política onde está situada Caucaia indica a possibilidade de divergentes grupos políticos superarem suas diferenças e cooperarem desenvolvendo formas conjuntas de solucionar o problema do crescimento da violência no município.

¹ Este documento foi criado com base no resumo expandido adotado pela UFPEL no Encontro de Pós-Graduação no SIIPE 2021.

² Doutorando em sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: erick.cruz.po@gmail.com.

³ Especialista em administração pública municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: ericasilvaragao@gmail.com.

2. METODOLOGIA

Diante do primeiro objetivo deste artigo, optamos por problematizar o tema da violência urbana realizando uma contextualização de Caucaia a partir de uma espécie de afunilamento. Mediante uma revisão de literatura, dialogamos e colocamos em relação resultados de pesquisas anteriores, procedimento que ajudou a pensar como o fenômeno da violência urbana tem se apresentado na América Latina, no Brasil, no nordeste brasileiro, no estado do Ceará e, por fim, no município de Caucaia. Utilizamos ainda dados de algumas reportagens e uma análise de conteúdo com base em dados divulgados pela última pesquisa do IPEA, publicada em 2021, que apresentou os quinze municípios mais violentos do Brasil. Para o segundo objetivo, visando em um primeiro momento refletir acerca de fatores específicos do município que podem ter relação com o crescimento da violência em Caucaia, pesquisamos alguns dados produzidos nos últimos onze anos sobre esta cidade pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para isso, consideramos uma variedade de aspectos, como os econômicos, populacionais, educacionais etc. Em um segundo momento, usamos como fonte dados publicizados no painel estatístico da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP/SSPDS/CE), elemento disponibilizado na página virtual da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE). Assim, conseguimos obter informações mais detalhadas sobre como tem ocorrido de forma mais específica a violência em Caucaia em comparação com os dados apresentados de forma mais geral pelo IPEA, através de um levantamento dos assassinatos que ocorreram na cidade de 2018 a 2020 (o recorte temporal corresponde ao mesmo triênio analisado pelo IPEA). Procuramos dar ênfase a comparações entre os totais de CVLI no estado do Ceará e na cidade de Caucaia, à natureza dos fatos, aos tipos de armas utilizadas pelos agressores, aos sexos e faixas etárias das vítimas. Por último, a partir de um levantamento de conteúdos de jornais de grande circulação que trazem notícias que se relacionam com a violência na cidade, procuramos observar características da conjuntura política do biênio 2020/2021. O ano de 2020 porque este tanto corresponde ao último ano de coleta de dados da última pesquisa do IPEA, como foi também aquele em que foi eleito um novo prefeito no município de Caucaia prometendo mudanças. Já o segundo ano desse biênio foi escolhido porque corresponde ao ano da publicação desta pesquisa do IPEA e também o da produção deste artigo. Fizemos leituras atenciosas e análise de discurso. Com base neste esforço, apresentamos na terceira sessão uma análise sobre possíveis entraves para a realização de intervenções políticas no sentido de enfrentar o problema do crescimento da violência na cidade de Caucaia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 SITUANDO CAUCAIA NO MAPA DA VIOLÊNCIA

Na América Latina se encontram os índices de violência mais alarmantes do planeta, o que ocorre mais intensamente nas áreas urbanas, embora seja sentido de forma diferente em diferentes cidades (BRICEÑO-LEÓN, 2005). Ainda assim, mesmo com as diferenças de realidade que se encontram em diferentes espaços urbanos do território latino-americano, vale ressaltar que é possível concluir que dois países se destacam negativamente pelos altos números: Brasil e Venezuela (BRICEÑO-LEÓN, CAMARDIEL, 2021). Além de o Brasil ser destaque na violência na América Latina, a forma como a violência se configura em nosso país passa por mudanças. Uma delas, típica dos primeiros anos do presente século é um certo deslocamento do crescimento da violência urbana de cidades que fazem parte de estados da região sudeste para cidades que estão localizadas no norte e no nordeste do território brasileiro (NSOESIE et al; 2020). Analisando resultados da pesquisa que o IPEA divulgou em junho de 2021 na qual apresentou naquele momento os dados mais atuais possíveis sobre as 150 cidades brasileiras mais violentas, é possível perceber que não há um problema de

crescimento de violência ocorrendo de forma isolada no município de Caucaia, embora os números revelem um destaque desta (SENA, 2021).

3.2 ESPECIFICIDADES DE CAUCAIA

A partir da análise de dados publicizados no painel estatístico da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP/SSPDS/CE) e da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE) referentes ao mesmo período considerado pela pesquisa do IPEA supramencionada (triênio de 2018 a 2020) concluímos que: quando o número de Crimes Violentos Letais Intencionais diminuiu ou aumentou no estado do Ceará a tendência de queda ou crescimento também ocorreu em Caucaia, o que sugere que as ações de enfrentamento à violência devem ser pensadas de forma a contemplar territórios estaduais para além das fronteiras caucaienses; a imensa maioria das mortes foram registradas apenas como homicídio doloso. Isto também é um pouco preocupante porque, por exemplo, o fato de não se encontrar uma única morte registrada como feminicídio pode sugerir não apenas que não tenha ocorrido este tipo de crime em Caucaia, mas que as investigações dos assassinatos sejam tão rapidamente concluídas que não se pense o quanto se deveria sobre as motivações dos mesmos e, sem se pensar profundamente nestas distinções, influências de aspectos culturais sobre a violência urbana como o machismo podem passar despercebidas; há uma necessidade clara de concentração de esforços de prevenção contra a utilização e o acesso às armas de fogo no município; morrem muito mais homens do que mulheres em Caucaia; políticas de escolarização, profissionalização e ocupação para públicos específicos com base na faixa etária poderiam ser uma boa opção para se fazer diferença na redução da criminalidade no município.

3.3 POLÍTICA: ENTRE DIVERGÊNCIAS E DESAFIOS PARA ENFRENTAR O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE CAUCAIA

Embora tenha se colocando na disputa pela prefeitura de Caucaia no ano de 2020 como oposição ao candidato que era apoiado pelo governador do estado do Ceará em um cenário de forte polarização ideológica (como tem ocorrido com frequência pelo Brasil), o prefeito Vitor Valim, eleito pela maioria dos caucaienses, não se enclausurou em seu grupo político e no decorrer de 2021 procurou estabelecer diálogos com o governo do estado para construir parcerias contra a violência. O próprio governo do estado tem destacado essas parcerias demonstrando na imprensa preocupação com o município, tendo ocorrido inclusive visitas do próprio secretário de segurança ao município para melhor conhecer a realidade de alguns bairros em situação crítica e pensar estratégias de intervenção (BARBOSA, 2021). Esse movimento recíproco de tentativa de diálogo aponta para certo nível de consciência de ambos os lados de que o combate e a prevenção à violência precisam ser resultado de um trabalho conjunto entre diferentes esferas do poder público. Nesse sentido, é válido salientar também que entre os objetivos da pesquisa do IPEA divulgada em 2021, está o de fornecer dados para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) que sirvam de referência para o Programa Nacional de Enfrentamento de Homicídios e Roubos. Assim, desde o governo federal já se elaborariam estratégias de combate mais eficazes à violência a partir do mapeamento mais detalhado das cidades mais problemáticas do Brasil, grupo onde Caucaia se destaca (SENA, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cidades do norte e do nordeste do Brasil, mais do que em outras regiões do país, têm sofrido com o crescimento da violência, mas isso não indica apenas a necessidade de maior planejamento por parte de governos estaduais dessas regiões, haja vista que a responsabilidade do governo federal deve ser repensada também, não apenas porque os números altos de homicídios no Brasil sejam um problema nacional de destaque na América Latina, mas também porque cabe a ele pensar políticas de longo prazo e que sejam criadas com base em estudos que permitam traçar estratégias mais eficazes

diante do problema. A própria pesquisa IPEA divulgada em 2021 pode e deve servir como um norte para se pensar ações com base em especificidades de cada realidade. Por mais que números apontem diferenças entre municípios no país e sejam necessários o planejamento e o desenvolvimento de estratégias e de atitudes do poder público municipal, o fenômeno da violência urbana não deve ser visto e tratado apenas como um problema específico de uma cidade em um território estadual. Vimos que os números do estado do Ceará são altos há bastante tempo e a violência vem se concentrando sobretudo na região metropolitana da capital Fortaleza. Se hoje Caucaia é o maior destaque, outras cidades da região metropolitana cearense também estão na lista do IPEA. Percebemos ainda que índices altos ou mais baixos de Caucaia no triênio que analisamos têm variado junto com uma flutuação dos índices de violência no estado do Ceará. Esses fatores indicam necessidade de mais reflexão e ações estratégicas por parte da gestão estadual e apontam ainda para a demanda de um melhor trabalho de organização e comunicação envolvendo diferentes cidades, sobretudo da região metropolitana da capital deste ente federativo localizado no nordeste brasileiro. Um estudo mais detalhado e específico sobre os desafios de Caucaia nos leva a perceber que existem muitas variáveis dentro de suas fronteiras que também precisam ser pensadas. Políticas precisam ser elaboradas com base em estudos focados em marcadores que demonstram o perfil das pessoas que têm sido mais vitimadas pelos Crimes Violentos Letais Intencionais nos últimos anos no município. Por fim, podemos afirmar que não existem soluções fáceis e pontuais para o problema da violência urbana. A conjuntura política, nesse sentido também precisa ser pensada, já que se percebe a necessidade de se desenvolver políticas públicas de forma conjunta, integradas, para dar conta de um problema que é complexo. O foco em discursos populistas pode até atrapalhar esse processo, haja vista que já começam por não cooperarem para a identificação real do problema, servindo muito mais para tentar simplificá-lo e utilizá-lo em disputas eleitoreiras do que para criação de medidas eficazes de segurança pública, por exemplo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRICEÑO-LEÓN, R. (2005) Urban Violence and Public Health in Latin America: A sociological explanatory model. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 6, pp. 1629-1664, Nov-Dez, 2005.

BRICEÑO-LEÓN, R Y A. CAMARDIEL (2021) El impacto de la violencia en la cohesión social. **Espacio Abierto**, v. 30, n.1, pp. 169-185, Enero - Marzo, 2021.

BARBOSA, Lucas. Após aumento da violência motivado por conflito entre facções, secretário visita bairros de Caucaia. 16 de jun. 2021. **Jornal O POVO** [online]. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2021/06/16/apos-aumento-da-violencia-motivado-por-conflito-entre-faccoes--secretario-visita-bairros-de-caucaia.html>. Acesso em: 25 de ago. 2021.

DUARTE, Júlia. Pesquisa: Caucaia é a 2ª cidade mais violenta do País e mais 3 do Ceará estão na lista. **Jornal O POVO** [online]. 24 de jun. 2021. Disponível em: [https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/06/24/pesquisa--caucaia-e-a-segunda-cidade-mais-violenta-do-pais--ceara-tem-outras-tres-cidades-na-lista.html#:~:text=A%20s%C3%A9rie%20de%20ocorr%C3%AAs%20violentas,Juazeiro%20do%20Norte%20\(8%C2%BA\)](https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/06/24/pesquisa--caucaia-e-a-segunda-cidade-mais-violenta-do-pais--ceara-tem-outras-tres-cidades-na-lista.html#:~:text=A%20s%C3%A9rie%20de%20ocorr%C3%AAs%20violentas,Juazeiro%20do%20Norte%20(8%C2%BA)). Acesso em: 23 de ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 09 de ago. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 16 de ago. 2021.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

SENA, Lena. Quatro cidades do Ceará estão entre as 10 mais violentas do país; Caucaia é a 2ª no ranking. **G1**. 23 de jun. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/06/23/quatro-cidades-do-ceara-estao-entre-as-10-mais-violentas-do-pais-caucaia-e-a-2a-no-ranking.ghtml>. Acesso em 19 de ago. 2021.

NSOESIE et al. Mapping disparities in homicide trends across Brazil: 2000–2014. **Injury Epidemiology** [online], v.7, n. 47, pp. 1-11, 2020. Disponível em:

<https://injejournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40621-020-00273-y>. Acesso em 13 de ago. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUPESP/SSPDS/CE). Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2-3/>. Acesso em 10 de ago. 2021.

**SEM DIREITO À VIDA: O PAPEL DO ESTADO NOS CONFRONTOS LETAIS EM
COMUNIDADES FLUMINENSES E A MORTE DAS GESTANTES PERIFÉRICAS**

Suellen Cristina dos Santos Souza¹

Débora Cristina Ribeiro²

Amanda Neves Fiusa Dias³

RESUMO:

Neste trabalho, pretendeu-se elaborar análises, a priori, sobre as operações policiais no estado do Rio de Janeiro, quantificando-as e estabelecendo prerrogativas quanto à eficácia dessas operações, a fim de relacioná-las com o alvejamento das gestantes periféricas em questão. Além disso, cabe salientar a importância do objetivo de compreender a não-exceção quanto aos casos das gestantes baleadas e, em alguns casos, mortas pelas balas obtidas por meio do aval do Estado. Para tanto, tornou-se imprescindível problematizar a baixa eficácia das operações policiais, no que diz respeito à segurança da população fluminense e a consequência delas para as mulheres grávidas. Nesse sentido, a hipótese levantada parte de uma justificativa elitista e racista, em que a polícia militar é formada a fim de privilegiar alguns em detrimento de outros. Os resultados dessa pesquisa mostraram que a maioria das vítimas dessa política de segurança foram mulheres negras e periféricas. Por fim, foram utilizados os dados obtidos pelos relatórios produzidos pelo grupo Geni, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e também pela plataforma Fogo Cruzado, que promovem dados sobre segurança e operações policiais. Em específico, analisou-se os dados sobre as grávidas alvejadas por balas “perdidas”.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de uma pesquisa da área de Sociologia Criminal e Segurança Pública, o qual se propõe examinar os objetivos, as consequências e a eficácia das operações policiais no estado do Rio de Janeiro, considerando o sistema atual utilizado pelas corporações policiais, por meio de uma observação estatística dos eventos ocorridos e divulgados pela mídia, relacionando com os casos de alvejamento de gestantes periféricas em decorrência da chamada “guerra às drogas”, conceito estadunidense utilizado pelos profissionais de segurança pública no território brasileiro. Utilizando conceitos como “necropolítica” e o debate sobre as “experiências contemporâneas de destruição

¹ Graduanda de Ciências Sociais, UFRJ, souzasuellen cristina@gmail.com.

² Graduanda de Ciências Sociais, UFRJ, deribeiro999@gmail.com.

³ Graduanda de Ciências Sociais, UFRJ, amandafiusa8@gmail.com.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

humana” (MMBEMBE, 2018), este trabalho aponta para o autoritarismo estatal na formulação de políticas públicas, as quais privilegiam classes altas e a população branca em detrimento dos habitantes da periferia, majoritariamente negros. Sendo assim, a luta contra o tráfico de drogas passa a simbolizar uma criminalização da pobreza (WACQUANT, 2009). Nesse sentido, com essa pesquisa se objetiva levantar os dados sobre as operações policiais no Rio de Janeiro, analisando sua eficácia e também, as consequências que a população fluminense sofre a partir dessa política de segurança, em especial as mulheres em fase gestacional. Desse modo, a hipótese prévia é que as populações marginalizadas, sendo elas moradores de periferias, negras e pobres, são as que mais padecem com esse projeto de segurança que atua numa lógica racista, desumanizadora, que classifica essas pessoas como criminosas a partir da sua cor, classe social e local de residência.

2. METODOLOGIA

Para esta pesquisa, foram utilizados os dados obtidos pelos relatórios produzidos pelo grupo Geni, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e também pela plataforma Fogo Cruzado, que promovem dados sobre segurança pública e operações policiais. Em específico, foram analisados os dados sobre as grávidas alvejadas por balas “perdidas”. Dessa forma, tornou-se possível analisar quantitativamente, sobre as operações policiais e, em especial, sobre os números específicos de mulheres grávidas que foram mortas nessas ações no estado do Rio de Janeiro. Por fim, serão apresentadas informações sobre casos específicos dessas gestantes baleadas que aludem à questão proposta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a plataforma fogo cruzado, desde o ano de 2017 até 2020, quase 700 mulheres foram atingidas por balas disparadas advindas de armas de fogo no Rio de Janeiro e destas, 258 foram mortas. Um dado importante para essa análise é que, deste total de mulheres atingidas, de acordo com a mesma plataforma, 14 estavam grávidas (7 naturais da capital do Rio de Janeiro) e 7 morreram. Dentre esses 14 casos, 8 bebês não resistiram.

Além disso, também foram apresentadas as motivações para os disparos, sendo as “balas perdidas” o maior causador. Em segundo lugar, a execução/homicídio e em terceiro, roubo ou tentativa de roubo. Desse modo, é possível perceber que os confrontos policiais advindo das operações contribuem para que essa letalidade de mulheres grávidas se mantenha. No dia 8 de junho de 2021, mais uma mulher entrou para essa triste estatística, contabilizando 8 grávidas mortas por armas de fogo. Kathlen Romeu, de 24 anos, grávida de 14 semanas, morreu vítima de bala perdida durante um confronto entre criminosos e policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Lins. A

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA 17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

designer de interiores, mulher negra e influenciadora digital, já tinha escolhido o nome para seu filho que iria nascer, sendo Maya ou Zayon. Sua morte gerou comoção e repercussão nas redes sociais, com a hashtag #Kathlen, como também protestos marcados para o dia seguinte da execução, dia 9 de junho, no Palácio Guanabara, sede do governo estadual, em Laranjeiras, Zona Sul da capital, reivindicando mudanças na política de segurança que vem sendo colocada em uso pelo governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, durante a pandemia da Covid-19.

Como apresentado por meio dos dados fornecidos pela Plataforma Fogo Cruzado, Kathlen Romeu não é a única mulher grávida alvejada em operações policiais. Em reportagem do Jornal Online, G1 e também pela plataforma Fogo Cruzado, estão destacadas algumas informações das vítimas dessa triste estatística. É perceptível que, em maioria, essas mulheres alvejadas eram negras e moradoras de zonas periféricas do estado do Rio de Janeiro, zonas consideradas à margem da sociedade. Essas pessoas ditas marginalizadas, perdem seus postos de cidadãs, como apontado por Wacquant, de forma a existir uma criminalização da pobreza, quando o Estado recreativo coloca essas pessoas que estão na margem em uma situação rigorosa, em relação a renda, status, família, etc, sendo separadas do restante da sociedade, as colocando em uma posição de segunda classe (Wacquant, p. 22, 2003).

Por fim, também pode ser apontado que exista uma desumanização de corpos negros, em especial de mulheres negras, pautada por Patrícia Hill Collins (2016), que argumenta que ideologias racistas e sexistas vão ao encontro ao tratar grupos dominados, como objetos, de modo a retirar sua subjetividade humana, como se não estivessem presentes no lugar em que habitam. Com esses dados apresentados, pode-se entender que haja um direito de morrer destinado a essas pessoas que são, em maioria negras e moradoras de comunidades periféricas, sendo então descartáveis (Mbembe, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados e suas problematizações propostas, faz-se possível traçar algumas conclusões. Em primeiro lugar, é necessário problematizar as operações policiais como único meio de combate ao crime organizado, seu modo de operar e suas ações violentas, derivadas também da militarização, principalmente em periferias da grande Rio. Como foi demonstrado, por meio dos relatórios produzidos pelo grupo Geni/UFF, as operações policiais não são eficazes e, ao mesmo tempo, são um dos motivos pela alta letalidade dos cidadãos fluminenses. A exemplo disso, observamos os efeitos da promulgação da ADPF 635, em que no ano de 2020, as operações policiais tiveram uma queda e, consequentemente, os números de também caíram.

Com a morte da influenciadora Kathlen Romeu, o tema das gestantes alvejadas ganhou destaque nas mídias sociais. Entretanto, pode-se afirmar que sua morte não se configura como um

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

caso isolado, uma vez que desde 2017, 8 (oito) grávidas foram mortas no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, porém, mesmo que seja um número relativamente pequeno, é algo que deve ser questionado e refletido pois, essas vítimas são em maioria negras e moradoras de periferias e, nessa guerra proposta pelo Estado, essas mulheres são as mais desumanizadas (COLLINS, 2016) de modo que, elas e seus filhos se tornam descartáveis (Mbembe, 2014). Em um país como o Brasil, o qual luta pelo direito à vida, torna-se um tanto quanto contraditório que antes mesmo de nascer, na fase de vida intrauterina, periféricos sejam impedidos de nascer, interrompendo sonhos e projetos de famílias pobres e negras, submetidas a diversos tipos de opressões diretas e indiretas, físicas e psicológicas. São rastros do período escravocrata que violentam essas populações, sendo as mulheres negras vítimas de uma “tripla exclusão” naturalizada alimentada pelo elitismo e machismo presentes na sociedade brasileira, o que impede uma vida plena e saudável (KAZAN, 2020, p. 145), até mesmo na hora de planejar o futuro da sua existência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, No 1 Janeiro/Abril 2016.

DaMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

HIRATA, Daniel. Et all. Apresentação ao relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as Operações Policiais na Região Metropolitana do RJ. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-11.

_____. Aumento das operações policiais: Caracterização e Impactos. GENI.UFF, 2021.

_____. Medindo a eficiência das operações policiais: Avaliação e monitoramento. GENI. UFF, 2021

KAZAN, Evelyn Medeiros. Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. São Paulo: Antígona, 2014.

_____. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. n-1 edições, 2018

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a Solidariedade: dilemas da política e cidadania no Rio de Janeiro. RBCS, Rio de Janeiro, 2000.

MUNIZ, Jaqueline. Mandato Policial. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil. LIMA, RATTON e

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

AZEVEDO (Org). São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Nalayne e **OBERLING**, Alessandra. Reflexões sobre as representações da mídia no debate de drogas. Problematicando a “epidemia do crack” e a exploração do punitivismo. Editora Fundação Perseu Abramo.

SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. Pensando a Segurança Pública. Ministério da Justiça Vol 5, Brasília, DF, 2014.

SUTHERLAND, E. Crime de colarinho branco. Rio de Janeiro, Revan, 2015.

WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

Documentos eletrônicos:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22-08- 2021.

Grávida de 24 anos é morta em confronto no Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <Grávida de 24 anos é morta em confronto no Lins, na Zona/ Cidades (brasildefatorj.com.br)>. Acesso em: 22-08-2021.

Kathlen Romeu não é exceção: 15 grávidas foram baleadas no Rio desde 2017. Veja Rio, 2021. Disponível em: <Kathlen Romeu não é exceção: 15 grávidas foram baleadas no Rio desde 2017 | VEJA RIO (abril.com.br)>. Acesso em: 22-08-2021.

Maternidade no alvo: em 3 anos, 14 grávidas foram baleadas no Grande Rio. Relatório Fogo Cruzado, 2020. Disponível em: < Maternidade no alvo: em 3 anos, 14 grávidas foram baleadas no Grande Rio – Fogo Cruzado>. Acesso em: 22-08-2021.

Região Metropolitana do RJ teve quase 700 mulheres baleadas desde 2017; 15 estavam grávidas, segundo Fogo Cruzado. G1 Rio, 2021. Disponível em:< Região Metropolitana do RJ teve quase 700 mulheres baleadas desde 2017; 15 estavam grávidas, segundo Fogo Cruzado | Rio de Janeiro | G1 (globo.com)>. Acesso em: 22-08-2021.

Violência no Rio já vitimou 682 mulheres desde 2017, com 15 grávidas. Rede Brasil Atual, 2021. Disponível em:< Violência no Rio já vitimou 682 mulheres desde 2017, com 15 grávidas (redebrasilatual.com.br)>. Acesso em: 22-08-2021.

ENSAIOS SOBRE AS MASCULINIDADES DESEJADAS DAS FACÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Roberta do Prá Alano¹
Simone da Silva Ribeiro Gomes²

RESUMO: O trabalho discute alguns aspectos relativos à construção de masculinidades no crime organizado, notadamente em facções criminosas, na América Latina, com o foco no Brasil, El Salvador e México. O mesmo é um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica, em andamento, que problematiza efeitos subtematizados de coletivos criminais. A metodologia foi qualitativa, com a seleção de 89 artigos, de um total de onze periódicos. Faremos uso da definição - relacional - de Connell (1995) de masculinidades, como produções específicas de uma forma cultural. Esta relação foi abordada por Zaluar (1994) na figura do *ethos guerreiro*, identificação frequente entre jovens envolvidos com o crime, manifestado em forma de virilidade, domínio e independência. Para Pimenta (2014), expressões de violência são emblemáticas da necessidade de reconhecimento que, por vezes, não é experimentada em outras dinâmicas de sociabilidade. Segundo a autora, a conquista do respeito nas facções requer demonstrações de “hombridade” e “coragem”. Reunimos referências que demonstram como as masculinidades integram os repertórios do crime, atuando, especialmente, como um elemento aglutinador que conduz as relações de ordem social e poder no interior das organizações. Nos resultados, sinalizamos uma negligência da narrativa hegemônica em compreender contextos e possibilidades de ação, reconhecendo a existência de múltiplas masculinidades que atuam simultaneamente.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento das facções criminosas na América Latina é frequentemente atribuído a determinantes socioeconômicos. BAIRD (2018) aponta que a violência política presente na região durante o século XX transicionou para uma violência social, que elevou os níveis de criminalidade na região. De acordo com relatório global sobre homicídios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o crime organizado é um dos principais impulsionadores das altas taxas de homicídio na América Central e do Sul. A organização destaca que o desenvolvimento socioeconômico não é suficiente para explicar os níveis abismais de violência nas Américas, onde diversos países demonstram um aumento de homicídios concomitantes ao crescimento econômico. Neste sentido, Pimenta (2014) sugere que as dinâmicas de sociabilidade das organizações criminosas também estão sujeitas às redes de relações sociais e aos fatores subjetivos referentes à individualidade dos agentes, como as masculinidades.

O presente estudo integra uma pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulada “Sociologia das associações criminosas”, coordenada pela professora Simone da Silva Ribeiro Gomes. A proposta da pesquisa, ainda em andamento, é identificar efeitos e análises insuficientemente exploradas sobre a sociabilidade das organizações criminosas latinoamericanas - sobretudo, em El Salvador, México e Brasil. De caráter exploratório, este recorte pretende reunir as expressões das masculinidades no crime, a partir da definição de CONNELL (1995), e identificar as implicações das mesmas nas dinâmicas criminais. A escolha do termo “facção”, frente a outros modelos de associações, corresponde à forma usual que os coletivos criminais são abordados

¹ Graduanda, Universidade Federal de Pelotas, roberta.alano@ufpel.edu.br.

² Doutora, Universidade Federal de Pelotas, simone.gomes@ufpel.edu.br.

na língua portuguesa. As facções são entendidas como coletivos, transpassadas por conflitos e relacionamentos, comprometidos em “fazer o crime” (PAIVA, 2019).

CONNELL (1995, p.188) define a masculinidade como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”, compreendida dentro de distintas conjunções e formas de atuação. Enquanto categoria social, o gênero é entendido como um “estruturador das relações entre homens e mulheres” (PIMENTA, p. 716). Há uma narrativa convencional de como as masculinidades são construídas e alteradas de acordo com sua cultura local, a partir de condutas e sentidos atribuídos aos homens. Connell destaca, no entanto, como generalizações de modelos de masculinidade não são exclusivas ao sexo masculino. Afinal, configurações de práticas não devem ser entendidas como imutáveis, tampouco como projetos unicamente coletivos ou individuais. Neste sentido, as masculinidades observadas aqui baseiam-se em padrões de gênero latinoamericanos que prevaleceram entre 1990 e 2020 - relacionados aos atributos de um “*macho man*”.

2. METODOLOGIA

O estudo foi feito a partir de uma metodologia qualitativa, tendo como instrumento de pesquisa a revisão da literatura sobre o tema das associações criminosas - em especial, as gangues, facções, *pandillas* e cartéis da América Latina. Na revisão bibliográfica, foram selecionados 89 artigos de revistas, nacionais e internacionais, expressivas no âmbito das Ciências Sociais. Os periódicos brasileiros escolhidos foram: Civitas - Revista de Ciências Sociais; Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social; Tempo Social; Revista Brasileira de Ciências Sociais; Novos Estudos - CEBRAP; Cadernos CRH e Sociologias. A seleção de revistas internacionais incluiu a *Latin America Research Review*; *Latin American Studies*; *Latin America Perspectives* e a *Current Sociology*. Quanto ao intervalo de tempo investigado, a pesquisa detém de um recorte temporal de trinta anos, selecionando textos publicados entre 1990 e 2020. O projeto está vinculado a um grupo de estudos com autores fundacionais do campo, referências contemporâneas e debates negligenciados pela literatura. Para este recorte, foram resgatados dados quantitativos coletados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização das Nações Unidas (ONU), somados à coleta de materiais hemerográficos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura sociológica, encabeçada por ZALUAR (1994), evidencia a presença do *ethos guerreiro* - um conjunto de ações e costumes que desencadeiam atitudes extremamente violentas nos jovens que integram o crime. Este arquétipo é entendido como a busca de afirmação em ambientes hostis, de disputa pelo monopólio da violência e negligência do Estado (GRILLO, 2019). Assim, a adesão de jovens às facções está associada à conquista de um lugar e *status* social que lhes é reiteradamente negado. A figura do “homem de sucesso” é vinculada aos estereótipos do gênero, alcançando valores simbólicos como virilidade, poder, independência e honra por meio de atividades ilegais. Nesses espaços de conflito e ostentação, a masculinidade hegemônica é desafiada por um “estilo marginal” que substitui o lugar ocupado pelo trabalho e propriedade tradicionais (BARCELLOS e ZALUAR, 2013). As masculinidades, entretanto, podem ser observadas além do âmbito individual. Para CONNELL (1995), múltiplas masculinidades conseguem ser manifestadas simultaneamente em um mesmo contexto social. Nas facções criminosas, elas permeiam normas de conduta de grupos, definem relações de gênero e sexualidade, guiam padrões de sociabilidade e se estabelecem como fortes mecanismos de cooptação.

Por meio de grupos focais com jovens das cinco regiões brasileiras, PIMENTA (2014) constatou que pessoas do sexo masculino sofrem uma pressão maior para consumirem drogas e participarem de atos violentos. Para defender a “honra”, os membros das facções tendem a aceitar qualquer desafio e alimentar rivalidades, manifestando o arquétipo do guerreiro. De acordo com o relatório do UNODC (2019), homens jovens (entre 15 e 29 anos) correm mais riscos de se tornarem

vítimas de homicídio no continente americano, onde há a predominância de facções. Em 2017, cerca de 81% das vítimas eram homens e meninos - uma medida que encontra variações conforme a região, mantendo uma margem mais expressiva na América Latina e Caribe. Em contrapartida, 90% dos suspeitos em casos de homicídio em 2014, 2015 e 2016 também eram do sexo masculino. Os dados do UNODC revelam ainda que ferimentos por armas de fogo são a causa mais frequente de morte. Neste caso, o valor cultural das masculinidades é materializado através das armas de fogo e outros instrumentos de violência. ZALUAR (1994) chama as armas de “símbolos fálicos”; uma extensão do corpo, utilizada para ostentar a hombridade.

Embora as vítimas de homicídio sejam predominantemente do sexo masculino, o número de assassinatos de mulheres por facções aparece em alta nos últimos anos. O Ceará registrou o homicídio de 114 meninas, entre 10 e 19 anos, em 2018 - um aumento de 322% quando comparado a 2016 (COM..., 2020). A causa suspeita para o número elevado é o conflito entre facções, que proíbem as jovens de se relacionarem sexual e afetivamente com membros de grupos rivais. O processo de dominação dos territórios estende-se aos corpos femininos, contribuindo para um aumento brutal dos casos de feminicídio. PAIVA (2019) destaca que a execução de mulheres é ainda mais violenta e, ao contrário dos homens, não se restringe ao “acerto de contas”. Antes de serem mortas, meninas são estupradas e torturadas. A fragilidade associada ao feminino faz da execução de mulheres uma demonstração de coragem e força.

O número de mulheres presas por envolvimento com facções no Ceará também aumentou 61,5% entre 2020 e 2021 (SISNANDO, 2021). Ainda assim, a literatura tende a enfatizar o lugar de vítima e o papel influenciador dos parceiros afetivos ao tratar das mulheres envolvidas com o crime. De acordo com BARCINSKI e CÚNICO (2016, p.60), “os discursos hegemônicos situam homens e mulheres em pólos opostos no que se refere à possibilidade de engajamento destes em atividades violentas”. Segundo os autores, as teorias têm concentrado esforços nas dimensões psicológicas e/ou biológicas para justificar a baixa incidência de crimes femininos. Entretanto, PIMENTA (2014) destaca que a cultura da violência não é uma prática exclusiva do sexo masculino. Nas gangues *Barrio 18* e o *Mara Salvatrucha 13*, presentes em El Salvador, Guatemala e Honduras, as mulheres são fundamentais para o desenvolvimento das atividades ilícitas. Embora o número de integrantes do sexo feminino ainda seja pouco expressivo, elas ocupam multitarefas dentro das organizações: são iscas nos ataques a inimigos, roubam, matam, planejam ações, cuidam das casas e dos filhos (VENTAS, 2017). Todavia, além de raramente ocuparem cargos de chefia, a experiência de poder das mulheres nas facções é limitada pela necessidade de negociação constante e, por vezes, adoção de signos masculinos para obtenção de respeito.

A heteronormatividade é outro aspecto evidenciado nas dinâmicas criminosas, sobretudo, nas facções prisionais (NASCIMENTO; MARQUES; OSTERNE, 2020). As representações masculinas heterossexuais ditam as relações de poder e hierarquia nos coletivos. No cárcere, a população LGBTQIA+ tem as expressões individuais ainda mais cerceadas pelas regras impostas pelas facções: não podem deixar o cabelo crescer ou usar roupas consideradas femininas, também não compartilham utensílios e ambientes com os demais detentos (SOUZA, 2019). As travestis são privadas de fluxos de objetos performatizados e proibidas de adotar comportamentos considerados femininos. As condutas são fundamentadas pela crença em uma “superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais” (NASCIMENTO; MARQUES; OSTERNE, 2020, p.301), que resulta na discriminação e exclusão daqueles que não se submetem à heteronormatividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, ainda em desenvolvimento, sinaliza que a produção de práticas violentas em contextos expostos ao crime organizado está entrelaçada com as subjetividades que moldam sujeitos e condutas. As masculinidades, como sugere CONNELL (1995), estão presentes em múltiplas dimensões - de estímulos para a adesão de comportamentos irascíveis aos níveis brutais de homicídio na América Latina. Ao contrário do que as perspectivas exclusivamente binárias insinuam, as práticas

de dominação e subordinação não são particulares das relações entre homens e mulheres, como também se apresentam, de homem para homem, na disputa entre masculinidades hegemônicas (PAMPLONA, 2020). Evidentemente, a misoginia que funda as relações sociais, acentuada pelo modelo capitalista, reflete nas dinâmicas dos comandos, que intensificam os atos de crueldade diante de corpos femininos (PAIVA, 2019). Esse conjunto de hábitos e posturas ainda é imbricado por relações históricas, geográficas e raciais.

O debate que une as masculinidades ao crime organizado não é recente; contudo, as contribuições das Ciências Sociais acerca do tema ainda carecem de aportes teóricos que dialoguem com a complexidade do fenômeno social da violência na contemporaneidade. Ademais, os números crescentes de adesão às facções e os novos papéis assumidos pelas mulheres, que antes eram restritas a narrativas de vitimização (BARCINSKI, M. e CÚNICO, 2016), indicam outras ramificações a serem exploradas pela literatura. Há, ainda, uma preocupação em frear as taxas de homicídio que perpassam pelas tensões de gênero. GRILLO (2019) frisa que as ações policiais, totalitárias e indiscriminadas, nutrem o sentimento de revolta dos faccionados, que, por sua vez, performam a hombridade como demonstrações de poder. Pensar em alternativas para a violência imposta pelo crime organizado implica, necessariamente, em discutir os padrões de gênero aceitos culturalmente pela sociedade e na compreensão das masculinidades em variadas formações.

Por fim, as configurações históricas e políticas que estruturam a América Latina, do colonialismo aos regimes ditatoriais, alteraram o modo como os sujeitos interpretam o mundo social e reagem a ele. Para BAIRD (2018), as masculinidades violentas adotadas pelos jovens latino-americanos nas facções estão subjacentes ao desejo de se tornarem homens produtivos e valorizados, uma vez que os meios legais para se alcançar reconhecimento ou aderir a outros tipos de *ethos* masculinos não são viabilizados em contextos de pobreza e repressão. À vista disso, os coletivos criminais representam um espaço de emancipação, *status* social e orgulho. Em uma perspectiva pós-colonial e interseccional, como sugere PAMPLONA (2020), ainda é possível interpretar que a violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+ não se restringe a uma manifestação do poder, como é também uma reação a diminuição da propriedade masculina. Desse modo, o machismo não deve ser entendido como um elemento particular e proeminente da cultura latina, mas uma postura sexista nutrida pelas relações de violência e submissão impostas ao Sul global.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRD, A. Becoming the 'Baddest': Masculine trajectories of gang violence in Medellín. **Journal of Latin American Studies**, vol. 50, ed. 1, pp. 1-28, 2018.

BARCINSKI, M.; CÚNICO, S. D. Mulheres no tráfico de drogas: Retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, vol. 16, n.1, pp. 59-70, 2016.

Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml>>para no CE - 05/01/2020 - Cotidiano - Folha (uol.com.br)>. Acesso em 14 de dez. 2021.

CONNELL, R. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

GRILLO, C. C. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, pp. 62-92, 2019.

NASCIMENTO, F.; MARQUES R.; OSTERNE, M. Relações e relacionamentos de pessoas LGBT em prisão masculina: Entre normas e limites dentro e fora da prisão. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol.13, n.2, pp. 297-316, 2020.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v.32, n.85, pp. 165 - 184, 2019.

PAMPLONA, R. S. “Pintando as masculinidades latino-americanas pela perspectiva pós-colonial e interseccional”. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

PIMENTA, M. M. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, v. 7, n. 3, pp. 701- 730, jul./ago./set. 2014.

SISNANDO, J. Número de mulheres presas por envolvimento com facções criminosas sobe 65,1% no Ceará. **O Povo**, 5 de de. 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/12/06/numero-de-mulheres-presas-por-envolvimento-com-faccoes-criminosas-sobe-651-no-ceara.html>>. Acesso em 14 de dez. 2021.

SOUZA, F. Discriminação nos presídios: Com pratos marcados e rejeitados por facções, presos LGBT sofrem com rotina de segregação. **BBC News Brasil**, 27 de mar. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47376077>>. Acesso em 14 de dez. 2021.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). **Global study on homicide**. Vienna: 2019. Disponível em <<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>>. Acesso em 13 de dez. 2021.

VENTAS, L. "Piensan que somos más débiles, pero matar, matamos igual": el peligroso doble papel de las mujeres en las pandillas de Centroamérica. **BBC News**, 12 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-42239755>>. Acesso em 17 de dez. 2021.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C.. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 28, nº 81, fev., 2013.

ZALUAR, A. Teleguiados e chefes: juventude e crime. In: _____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ. pp. 100-116, 1994.

“SANGUE, VIDAS E GLÓRIAS, ABANDONO, MISÉRIA, ÓDIO”: O DIA 2 DE OUTUBRO DE 1992, O RAP E O INFERNO

Stephanie dos Santos Silva¹

RESUMO:

“1º de Outubro de 1992”.

Assim começa a história contada na música dos Racionais Mc 's “Diário de um Detento”, e no dia seguinte, termina a história de 111 presos que foram mortos no massacre na penitenciária do Carandiru.

Nesse sentido, investiga-se a relevância da arte dentro do ambiente social; a música como instrumento capaz de divulgar a barbárie que ocorre legitimada pelo aparato estatal, e que contraria a promoção de igualdade.

A metodologia central para o desenvolvimento do projeto basear-se-á na construção narrativa de “Diário de um Detento”, compreendendo a narrativa utilizada como discurso capaz de oferecer as dimensões sobre as experiências e se tornando fonte de empiria. O papel metodológico da arte se traduz na reflexão e releitura da realidade, especificamente, na abordagem da 1ª arte, deslocando-a do papel exclusivo de entretenimento para que seja vista como um diálogo construtor do *efeito do real*.

A arte, entretanto, não se limita a ponte metodológica, constrói-se como cerne e justificativa através de uma nova ótica da narrativa cotidiana, com as histórias e prosas daqueles que, através da intencional omissão estatal, tiveram suas vozes amordaçadas e passam a ser porta-vozes de quem nunca foi ouvido. Além disso, utilizar-se-á como aliados na investigação sobre as controvérsias do Direito Penal, a revisão bibliográfica, a partir da literatura acadêmica, na qual ganhará contornos qualitativos, avaliando, com o auxílio da música, o desenho normativo positivado e como ele se estabelece na vida das pessoas privadas de liberdade.

Em síntese, espera-se extrair como resultado: a reflexão crítica sobre a pena utilizando a música como objeto e, portanto, estabelecendo a relação interdisciplinar com o direito. Assim, o rap é responsável pela mudança de narrativa que, no Diário de Detento, é um relato de um *sobrevivente do inferno*.

Dia 03 de outubro. Mais um dia no cotidiano do detento.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasce inspirado no relato de Josemir José Fernandes Prado, coautor da música “Diário de um Detento”, através de uma narrativa em primeira pessoa, descreve os elementos do sistema carcerário e, em específico, do Massacre do Carandiru. A letra representa uma clara denúncia a um sistema que não ouve as apelações, expõe e se contradiz na incoerência de afirmar que combate o crime quando, na verdade, forma um novo detento com a mistura de “Sangue, vidas inglórias, abandono, miséria, ódio”² (BROWN; PRADO, 1997).

Das rimas do rap à prosa cotidiana, a pesquisa questiona se o rap, atuando como um elemento artístico popular, é capaz de romper com os antolhos sociais responsáveis por normalizar as violências do Direito Penal.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: stephaniedossantossilva@hotmail.com

Entende-se que, protagonizadas pelas escrituras³ do cotidiano, o rap se torna um estilo político que, através da sua linguagem coloquial e acessível descoloniza a intelectualidade e pode ser instrumento de denúncia do aparato estatal que provoca a barbárie (seja por ação ou omissão). Com isso, Mariane Lourenço (p.06, 2010) observa:

Sua arte ganha então um sentido político pleno, na medida em que desejam através dela atuar, questionar, criticar e intervir no âmbito da vida pública, na cidade, e no Estado. A arte do Movimento, através do *rap*, do *break*, do grafite, do trabalho dos *Dj's* e *Mc's*, lhes garante visibilidade, constituindo-se em um novo *locus* público, propiciando um discurso próprio sobre a periferia, onde reivindicam melhores condições de vida e organizam-se “como uma forma alternativa de se fazer política, distante dos espaços historicamente encarregados instituídos dessa prática como o Estado.

Nesse ínterim, é estabelecida a hipótese de que o rap é uma ferramenta de denúncia e informação do Massacre do Carandiru, das suas consequências e manutenção da utilização do aparato governamental e do cárcere para promoção do genocídio, além da retomada de teorias higienistas e violência institucionalizada.

Ainda, é preciso salientar que ao abordar sobre cárcere e, em específico, o Massacre do Carandiru, dois elementos serão importantes dentro da discussão. O primeiro é a memória, o Presídio do Carandiru foi fundado em 2002 e seu massacre ocorreu em 1997, desse modo, o estudo se dará no pretérito, mas com alusão ao presente, compreendendo que estes serão responsáveis pela formação do futuro como será melhor descrito posteriormente.

Além disso, o segundo ponto dar-se-á na compreensão de que ainda que a data do Massacre do Carandiru seja o dia 02 de outubro de 1992, o terreno responsável por protagonizar as cenas de barbárie em São Paulo foi projetado ainda na sua construção estrutural ideológica. Assim, para compreender o que aconteceu no massacre do Carandiru é necessário retomar a função da pena, como os presídios se tornam ambientes propícios para formação de rebeliões e qual o objetivo do estatal na manutenção do *status quo*.

Por conseguinte, propõe-se investigar a relevância da arte dentro do ambiente social; a música como instrumento capaz de divulgar a barbárie que ocorre legitimada pelo aparato estatal, e que contraria a promoção de igualdade prevista na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal. De modo específico, objetiva-se compreender o massacre do Carandiru e as suas consequências na morfologia do sistema carcerário; além disso, investigar as narrativas presentes na música “Diário de um Detento”, e analisar as denúncias que a compõem; por fim, estudar a legislação e dogmática penal a partir do que é descrito pela música e com auxílio da criminologia crítica e cultura.

Em síntese, a pesquisa busca reconstruir os seguintes elementos:

De quem é o *sangue* derramado?

Quais são as *vidas* encarceradas?

E quais as *Glórias* esquecidas?

Por que o *abandono* e a *miséria*? É sistêmico?

Ódio!

Segundo Brown, esses são os ingredientes para formar um detento.

2. METODOLOGIA

A arte representa uma ferramenta responsável por, através do seu olhar subjetivo, ser um objeto de reflexão e releitura da realidade. Dentro da filosofia, Nietzsche analisa a música como “a arte mais elevada, estando munida da capacidade de atingir o sentido da vida em si mesma, pois a estrutura trágica da arte musical é análoga à estrutura trágica da existência do mundo.” (BOHMANN, 2011, p. 02). Assim, a 1ª arte desloca-se a arte do papel exclusivo de entretenimento para que seja vista como um diálogo responsável por construir o efeito do real — ferramenta que cria e materializa a reflexão

³ Termo utilizado por Conceição Evaristo e que constrói a narrativa através da vivência e relatos da memória, ou seja, com mote da vivência do ponto de vista pessoal e coletivo dos africanos e seus descendentes no Brasil terão protagonismo (EVARISTO, 2017) através da reconstrução da própria imagem que, antes, recebia um olhar colonizado.

crítica através da união racional e a manifestação emocional denominada de interdisciplinaridade existencial e a humanização do indivíduo (OLIVEIRA, 2015).

Nesse sentido, o pilar metodológico para construção desse artigo é a narrativa, tendo em vista que esta poderá destacar a arte como cerne metodológico e trazer seu caráter de empiria, pois encontrar-se-á ao abordar a música brasileira, o rap como uma das manifestações culturais negra⁴ dentro do Brasil e se constrói através de uma nova ótica da narrativa cotidiana utilizando-se como instrumento estórias e prosas cotidianas daqueles que, com a intencional omissão estatal, tiveram suas vozes amordaçadas⁵ (CONTIER, 2015) – pois, “para o Estado é só um número e mais nada”⁶.

Com isso, utilizar-se-á como descrito por Sahagoff (2015), a metodologia utilizando como objeto de estudo as histórias narradas, nesse caso, por Josemir Prado e Mano Brown na letra de Diário de um Detento – sendo Josemir, através da escrivivência⁷, conta o relato como sobrevivente do inferno, portanto, a pesquisa utiliza os indivíduos compreendendo suas interações dentro do contexto, formando, um espaço tridimensional dentro desse método. Nesse ínterim, a música será uma fonte legítima de empiria.

Compreendendo este papel da música, o artigo propõe-se, como debruçado em linhas pretéritas, construir-se na premissa bourdieuiana de capital simbólico “que se constitui através de uma relação social de conhecimento e reconhecimento entre os pares-concorrentes” (SCARTEZIN, p. 30), que serão construídas no campo – penitenciária do Carandiru em 1992, mas perfazendo de uma análise da estrutura e morfologia carcerária – entrelaçadas no *habitus*.

Além disso, utilizar-se-á da negação ao “determinismo e estabilidade das estruturas, mas mantém a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as perfaz, senão ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam” (THIRY-CHERQUES, p. 29, 2006, apud, BOURDIEU et al., 1990:32). Essa construção de negação ao determinismo é endossada, pois, ao construir-se um artigo que se propõe a fazer uma reflexão criminológica, utilizar tal método remete às teorias racistas de Nina Rodrigues e Cesare Lombroso que ligava a existência do crime a um fenótipo.

Por fim, foi feita um levantamento bibliográfico nas plataformas: Scielo, TesesCapes e Google Acadêmico com objetivo de levantar produções que versam sobre a criminologia cultural, o cárcere no Brasil e o Massacre do Carandiru; bem como, realizada leitura de produções científicas e literárias dentro dessa temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Discutir sobre memória, um dos pilares dentro da construção desse artigo, perpassa pelos diversos sentimentos humanos, podendo ser no desejo de não esquecer aquele *Amor Bethânia* ou a recordação das palavras duras que foram ditas. Ainda, assume uma perspectiva coletiva na lembrança de conquistas e de passados repletos de torpeza. Nesse ínterim, Conceição Evaristo no Poema “Recordar é Preciso” proclama: “O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos/ A memória bravia lança o leme:/Recordar é preciso [...]” (2008, p. 9). Assim, a compreensão da memória evoca o ato de consolidar a consciência de si mesmo a partir das lembranças provenientes do mar em que ancora a ancestralidade, a história e a vivência.

⁴ Essa temática protagonizou a música de Baco Exú do Blues, rapper baiano e que, em música homônima ao nome do seu álbum, aborda sobre a demonização do rap por ser estilo musical pertencente a cultura negra norte-americana e, com sua popularização e apropriação do ritmo pela cultura branca, ele se tornou, assim como o jazz e o blues, ritmos comercializáveis. “Eu sou o primeiro ritmo a formar pretos ricos/ O primeiro ritmo que tornou pretos livres/ Anel no dedo em cada um dos cinco/ Vento na minha cara, eu me sinto vivo/ A partir de agora considero tudo blues/ O samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues/ O funk é blues, o soul é blues, eu sou Exu do Blues/ Tudo que quando era preto era do demônio/ E depois virou branco e foi aceito, eu vou chamar de blues”.

⁵ Nesse sentido, ressalta-se a música Triunfo do rapper Emicida que dialoga com a importância das vozes do rap ao proporcionar visibilidade: “Uns rimam por ter talento, eu rimo porque eu tenho uma missão/ Sou porta-voz de quem nunca foi ouvido/ Os esquecidos lembram de mim porque eu lembro dos esquecidos”.

⁶ Referência a música “Diário de um Detento” do grupo Racionais Mc’s e material de reflexão do presente trabalho.

⁷ Idem 3.

Desse modo, para que fique ainda mais claro esse conceito, compreende-se que o substantivo memória, originado do latim, tem como definição, segundo Dicionário Michaelis: “Faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente. [...]” (2020).

Nesse sentido, recuperemos a memória para o Brasil de 1997 que, dentro dos seus avanços, o verso e a manchete de 2021 serão homônimos com o qual o rap se configurar-se-á através da mudança de perspectiva e de narrativa⁸.

De modo objetivo, propõe-se a junção do estudo da criminologia cultura, bem como, a criminologia crítica para que, a partir da música, o cárcere possa ser visto com a retina de quem sentiu no corpo e na mente seus efeitos, inclusive, o maior massacre que ocorreu no Brasil – mas não único, o Carandiru se tornou mais um dentre Urso Branco 2002, Casa de Custódia de Benfica 2004, Pedrinhas 2010 e 2013, Compaj 2017.

Assim, a demolição em 2002 não foi capaz de voltar no tempo ou apagar a torpeza que acontecera, as marcas do maior massacre em penitenciárias no Brasil permanecem nas mãos, pais, filhos das vidas perdidas, mas também, nas consequências na morfologia do crime e no medo da sua constante repetição. Portanto, esse texto representa, a reafirmação de Conceição Evaristo “Recordar é Preciso” (2008, p. 09), ainda que seja a memória de sofrimento, pois, conforme as palavras de Ayo Shani “Sem seu passado você não sai do zero/ E é essa a estratégia pra manter a escravidão/ Se destroem a sua história você não tem direção/ Uma vírgula que seja já muda a intenção/ O ladrão vira a vítima e o herói o vilão”⁹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

29 anos. Esse é o tempo entre o dia do Massacre ocorrido no bairro de Santana na Zona Norte de São Paulo e a escrita desse texto. Nesse período, “os ossos dos nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje” (EVARISTO, 2017, p.17), seja em 1992 ou em 2021, nos campos de concentração brasileiros, “toda noite alguém morre, preto ou pobre por aqui” (CRIOLO, 2014).

Nesse sentido, a pesquisa busca entender de que forma o passado pode se tornar sinônimo do presente e como o rap é uma fonte de conhecimento fulcral para compreendê-lo, em específico, no estudo do cárcere e do sistema morfológico brasileiro do crime por ser uma genuína fonte de empiria. Com isso, entende-se que a manipulação do passado com os discursos oficiais que confrontaram a verdade, inclusive numérica no que tange ao número de vítimas; e, portanto, promove uma patológica amnésia coletiva, utilizando o esquecimento e a suposta inexistência do pretérito com objetivo de perder parâmetro de humanidade. Assim, segundo Fabiana Santos Dantas, quando se perde o referencial responsável por compreender e interpretar o mundo, proporciona-se a repetição de erros (2008). Esquecer é evidenciar uma sociedade em que o principal adereço é o antolho.

Na esperança de que os filhos desse Pindorama reverberem suas memórias e sejam ouvidos, Conceição Evaristo, em Poemas da Recordação e Outros Movimentos, proclama:

Todas as manhãs junto ao nascente dia/ ouço a minha voz-banzo, / âncora dos navios de nossa memória. / E acredito, acredito sim/ que os nossos sonhos protegidos/ pelos lençóis da noite/ ao se abrirem um a um/ no varal de um novo tempo/ escorrem as nossas lágrimas/ fertilizando toda a terra/ onde negras sementes resistem/ reamanhecendo esperanças em nós. (2008, p. 13).

Assim, que as novas vozes sejam semente e esperança. Como âncoras da memória, o rap, a música e a arte promovam espaços de resistência em que o diaspórico mar de sofrimentos e memórias não seja responsável pela rouquidão. O remédio amargo da amnésia crônica é a recordação. “Recordar é preciso” (EVARISTO, 2008, p.9).

⁸ Salienta-se que, por vezes, a identidade e representação cultural são feridas em detrimento da esmagadora cultura colonizadora que se perpetua e se institucionaliza através dos discursos e narrativas proferidos por órgãos e acadêmicos. Esse texto, portanto, também é uma ode às outras formas de conhecimento.

⁹ Trecho da música Sankofa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUES, B.E. **Bluesman**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/baco-exu-do-blues/bluesman/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

BOHMANN, K.J. **O sentido da música em F. Nietzsche**. Dissertação (Mestrado) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CRIOLO. **Convoque seu Buda**. Oloko Records, 2014.

DANTAS, F. S. **O Direito Fundamental à Memória**. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. p. 285. 2008.

EMICIDA. **Triunfo**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/1263813/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

EVARISTO, C. **Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural: depoimento**. Entrevistadores: Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TVBRASIL, 2017. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em 13 dezembro de 2020.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, C. **Poemas de recordação e outros movimentos**. 1 Ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

LOURENCO, M.L. **Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos**. Psicol. Am. Lat., México, n. 19, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 abr. 2021.

OLIVEIRA, M.R. **Cinema e Filosofia do Direito em Diálogo**. São Paulo. Edição do Autor. 2015.

SAHAGOFF, A.P. Pesquisa Narrativa: Uma Metodologia Para Compreender A Experiência Humana. In: **XI SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - SEPESQ CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS**, 5., Porto Alegre, 2015. IX Comunicações De Pós-Graduação, Centro Universitário Ritter Dos Reis. Disponível em: <http://cienciasecognicao.org/cec-nudcen/wp-content/uploads/2018/03/PESQUISA-NARRATIVA-UMA-METODOLOGIA.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2021.

SCARTEZIN, N. **Introdução Ao Método De Pierre Bourdieu**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 14 e 15, p. 25-37, 2012.

SCHANI, A. **Sankonfa**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ay-shani/sankofa/>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

THIRY-CHERQUES, H.R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 40(1):27-55. 2006.

NA PERIFERIA DA HISTÓRIA: ESTUDOS DE CULTURA URBANA¹

Wendell Marcel Alves da Costa²

RESUMO: Este trabalho problematiza os estudos de cultura urbana a partir de três trabalhos: *Na luta por habitação*, de João Carlos de Souza; *Nem tudo era italiano*, de Carlos José Ferreira dos Santos; e *Cultura, trabalho, meio ambiente*, de Maria Antonieta Antonacci. Nos estudos de cultura na cidade são muitas as vertentes empíricas e teóricas. As três pesquisas objetos deste trabalho articularam diferentes modos de pensar a cidade e os espaços em que acontecem disputas e ajuntamentos entre sujeitos. Em muitos casos, a prática cultural é regida por mecanismos de controle sob o indivíduo, revelando uma paisagem social dotada de obstáculos para ascensão social, sobrevivência, crescimento pessoal e identificação cultural. É preciso pensar cultura como produção, como algo comum e de fundamental coesão social. Nesses termos, identificamos na comunicação os seguintes tópicos: os movimentos de ocupação de território (1), formadores da história (2) e luta dos seringueiros (3). A proposta é evidenciar as nuances históricas, simbólicas e políticas das pesquisas dos autores e produzir um olhar teórico acerca das lutas sociais no espaço urbano.

1. INTRODUÇÃO

Como objeto de estudo, a cidade é imperativa nas reflexões epistemológicas contemporâneas. Cada vez mais não se pode compreender as dinâmicas urbanas sem arcar com modos de conhecimento diversos: Sociologia, Antropologia, História, Linguística, entre outros campos. Assim, estudar a cultura na cidade é dimensionar a amplitude temática e plural do contexto urbano, a magnitude singular dos relacionamentos, conexões, trocas, conflitos na cidade. Em se tratando de sociedades complexas, como pensam, moram, resistem, vivem e navegam no imaginário os sujeitos? A proposta é evidenciar as nuances históricas, simbólicas e políticas das pesquisas dos autores e produzir um olhar teórico acerca das lutas sociais no espaço urbano, iluminando as três perspectivas centrais dos estudos: Nesse cenário, a metodologia do trabalho se constitui como uma revisão bibliográfica de estudos que tratam do aspecto da cidade a partir de três perspectivas: os movimentos de ocupação de território (1), formadores da história (2) e luta dos seringueiros (3).

2. METODOLOGIA

“O estudo do cotidiano tem sido tão ou mais elucidativo das relações sociais de um sistema do que a análise dos grandes projetos econômicos, políticos e sociais propostos para uma nação, um movimento, uma classe etc” (VIEIRA, PEIXOTO, KHOURY, 2005, p. 19). Logo, cabe ao pesquisador da cultura na cidade se orientar dos movimentos, sociais e políticos, simbólicos e imaginários, que ocorrem no âmbito da cidade, nos bairros e comunidades. Estudos de cultura na cidade, principalmente aqueles dedicados a compreender as formas pelas quais as pessoas e grupos se organizam e reivindicam direitos de moradia, produzem interpretações sobre o aspecto das condições materiais e das forças produtivas que estruturam as relações sociais.

Portanto, quero dizer que estudos de cultura na cidade tratam da noção de *base* – nos termos marxistas –, que se configuram como “atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico” (WILLIAMS, 2005, p. 214). Assim, este trabalho se constitui como uma revisão bibliográfica de estudos que tratam da cidade como um lugar de contradições e lutas sociais.

¹ Este documento foi criado com base no resumo expandido adotado pela UFPEL no Encontro de Pós-Graduação no SIIPE 2021.

² Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo, marcell.wendell@hotmail.com.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de João Carlos de Souza refletiu a questão da base como modalidade persuasiva do Estado para modos de vida de ocupantes de terra na zona leste de São Paulo na década de 1990. Fruto de sua dissertação de mestrado em História apresentada na PUC-SP, a pesquisa centrou na investigação das experiências de vida dos ocupantes, tentando reconstruir o cotidiano dos sujeitos. Por meio da pesquisa de campo orientada por fontes documentais e entrevistas, o autor discutiu relações culturais de pessoas que criam estratégias de sobrevivência, assim como elaborou modelos comparativos da realidade social: diferenças entre o campo e a cidade, o trabalho formal e informal, força de trabalho e condições materiais, moradia e casa própria. Segundo ele, os acampamentos é a primeira forma de se estabelecer ao chegar a uma área, e em seguida, implementar a vigília para garantir a proteção do seu lar e a segurança do lar do vizinho (SOUZA, 1995).

Muitos são os problemas para assegurar a proteção do acampamento por parte dos ocupantes. Por exemplo, não se pode construir as casas a noite porque os policiais militares vigiam o local, a dificuldade no transporte de materiais, a burocracia para a obtenção de água e energia na região ocupada. No trabalho de levantar casas todos trabalhavam, existindo assim a ideia de mutirão, uma solidariedade entre amigos e familiares, uma relação de confiança e empatia entre os ocupantes. Outra questão emblemática é o lugar de fala dos ocupantes em relação a suas próprias identidades, negar a imagem de favelados e concretizar a concepção de ocupante, perfazendo a luta por respeito e direitos individuais e do grupo. No entanto, “no geral, a tendência é que o ponto de luta comum, que é a terra, vá se diluindo e divisões latentes passem a se estabelecer, por diferentes razões e motivos, de religiosos a políticos” (SOUZA, 1995, p. 101).

O movimento de ocupação de terras pesquisado por Souza (1995) identificou que havia uma forte inspiração política na teoria da libertação, o que colocava em pauta a luta pela terra como um direito destinado por Deus, o direito sobre a coisa pública, justificando as reformas agrárias e urbanas. Questionando a responsabilidade do governo sobre o não-uso da terra e sua destinação social, os ocupantes demandam a “propriedade de terra como um fim em si mesmo e nesse caso uma mercadoria como qualquer outra, conforme é pensada no sistema capitalista” (SOUZA, 1995, p. 119).

Como cita Chauí (1989, p. 57), “as classes subalternas de fato o são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes”. O trabalho *Na luta por habitação* buscou avaliar os estados em que se apresentavam as noções de si sobre trabalho, moradia e vida e as noções do outro sobre coletividade, grupo e luta de classes. Neste caminho, o que se visualizou entre os ocupantes dos terrenos é a busca pela conquista da cidadania, em parte pelas formações políticas promovidas pelas lideranças dentro dos agrupamentos da ocupação, tendo como iniciativas a representação política, os direitos e liberdades civis e a justiça social e econômica (CHAUÍ, 1989).

Nos termos centrais de representação, liberdade e participação supracitados, a cultura na ocupação se manifesta por intermédio de ações individuais e coletivas de manutenção da moradia, proteção e vigilância das casas, relações de confiança e, em outros casos, relações de conflito. No trabalho de Souza (1995), a cultura na cidade se apresenta nas expressões da fala, nos tempos cotidianos alcançados pela narração e no processo contingencial da relação pesquisador-interlocutor.

Por sua vez, o estudo de cultura na cidade na pesquisa *Nem tudo era italiano* buscou compreender “modos de vida e das maneiras pelas quais os nacionais despossuídos interagiram com as transformações” (SANTOS, 2008, p. 17). Mais uma vez, é dada ênfase ao contato das pessoas num contexto de mudanças no espaço urbano. A pesquisa de Santos (2008) evidencia a ideia de história como campo de possibilidades, na medida em que “desvendar as injunções de uma problemática vencida no passado, mas ainda presente hoje, é chamar a si a possibilidade de intervir no presente e no futuro”, pois “[...] o que se busca no passado é algo que pode até ter-se perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida” (VIEIRA, PEIXOTO, KHOURY, 2005, p. 43).

Querendo responder à pergunta “qual a participação dos da terra na formação social de São Paulo?”, em meados de 1890 a 1915, Santos (2008) procura nas fisionomias urbanas e culturais o

elemento da transformação social. Para isso, investiga a linguística dos sujeitos e as origens da composição étnica e cultural da população paulistana do século XIX. Ele descobriu que a população objeto de análise eram herdeiros culturais da escravidão e imigrantes qualificados. Isto posto, definiu que “por todos os lados fala-se mais o idioma de Dante que de Camões” (SANTOS, 2008, p. 36). Com esses dados, averiguou que se faz e se pensa uma cidade, neste caso São Paulo, inferiorizando os nascidos aqui, colocando padrões socioculturais desejados na tentativa de apagar figuras do passado indesejadas (SANTOS, 2008).

No decorrer do trabalho o autor desenvolve o comportamento e as representações dos nacionais pobres e indesejados. Como na pesquisa de Souza (1995), os sujeitos da pesquisa de Santos (2008) são estigmatizados por figuras de bêbados, vagabundos, viciosos, sem qualificação e especialização. Essa iniciativa busca desqualificar a atividade dos trabalhadores para justificar a baixa remuneração. Assim se constitui uma sociedade com a ausência do elemento nacional no processo produtivo do setor industrial.

Na virada do século passado, São Paulo passou por uma modernização conservadora, movida pela reestruturação do espaço urbano, como em outras capitais – Recife e Salvador, só para citar dois casos –, setorizando a cidade em bairros elegantes e reformados, bairros populares e sujos, e os centros da cidade, que conjugavam a modernidade e a tradição. Diante disso, “a modernização da cidade foi acompanhada da intenção de especializar os espaços e ao mesmo tempo estabelecer uma divisão entre os próprios trabalhadores e os que não eram encarados como tal” (SANTOS, 2008, p. 75).

Personagens como os trabalhadores caipiras, os curandeiros e as lavadeiras, são destacados por suas presenças no escanteio da história oficial, sendo secundarizados nas narrativas documentais. O exercício da hegemonia como ferramenta de dominação (WILLIAMS, 2005) se aplica a este caso, visto que estes personagens estão em um lado da história e não no centro dela. O discurso dos “vencidos” é posto na periferia da história, pois o controle das tecnologias da narrativa está nas mãos dos “vencedores”.

Em se tratando da cidade, “a tentativa de reurbanizar São Paulo [...] leva a entender a cidade como um palco de interações e de constantes lutas entre a ordem desejada e a experiência vivenciada no uso diário dos espaços” (SANTOS, 2008, p. 118-119). Como pôde ser observado em diversas situações urbanas, a reestruturação do espaço urbano não proporciona ajuntamentos, mas segregação entre classes sociais, fazendo do centro e dos “jardins” lugares de passeio, divertimento e entretenimento das classes médias e altas. A classe baixa é forçada a se dirigir para as periferias da cidade, ou quando não, criam resistências em formato de favelas e comunidades nos centros das metrópoles.

A pesquisa *Cultura, trabalho, meio ambiente* foi realizada no Acre nos anos de 1980 e 1990, mediante depoimentos e reportagens do famoso Jornal Varadouro, Maria Antonacci argumentou a respeito dos seringueiros e a defesa pelos espaços de vida. Baseando-se na análise cultural e na experiência social, a autora colocou que a depredação da culinária e do costume local pelos detratores impediam a apropriação do local de produção pelos seringueiros.

A presença política do Jornal Varadouro se mantém como documento histórico e fonte de pesquisa. Seu posicionamento a favor da cultura seringueira ameaçada, e a luta pela liberdade produtiva dos seringueiros enfatizou a resistência deste povo. Uma das formas de resistência noticiada foram os “empates”, que se configura como um mutirão para derrubar capoeiras e botar roçado. Sindicato de trabalhadores feito por uma mulher, movimento de alfabetização em 1979, dentre outros acontecimentos, foram as pautas divulgadas pelo Jornal, um elo de memória histórica.

Nas palavras da autora, “a força e o sentido desse movimento advêm de sua natureza como luta de emancipação de trabalhadores, que, do interior de suas culturas, organizam-se pela defesa do meio ambiente enquanto fonte dos seus meios de viver, de ser e de se expressar” (ANTONACCI, 1994, p. 267). O estudo de cultura neste trabalho congrega a defesa pelo território, apropriação e manutenção da própria cultura e o uso da terra como modo de sobrevivência e significação dos elementos culturais. Antonacci (1994) explorou aqui as narrativas e imagens produzidas por um veículo de comunicação, interpretando o discurso fabricado e ressignificando códigos expropriados na mensagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três pesquisas de estudos de cultura na cidade – duas em São Paulo e uma no Acre – apresentam particularidades que são próximas e distantes umas das outras. As proximidades são os temas da política e da resistência dos sujeitos e interlocutores, na primeira os ocupantes, na segunda os nacionais indesejados, e na terceira os seringueiros. Igualmente, pudemos perceber correlações como a busca pelo direito à cidade. As distâncias estão na singularidade de cada povo, na composição cultural, na configuração dos códigos e signos linguísticos.

Neste texto busquei apresentar estudos de cultura na cidade em três trabalhos que tratam pessoas e espaço urbano no painel da resistência e das identidades. A cultura como modalidade de expressão do povo e dos costumes, foi o foco para pensar ações de grupos e indivíduos. Assim, espera-se que esta reflexão dê abertura a uma compreensão mais ampla e comparativa dos estudos de cultura na cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONACCI, M. A. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. **Revista Brasileira de História**, vol. 14, n. 28, pp. 247-267, 1994.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- SOUZA, J. C. **Na luta por habitação**: a construção de novos olhares. São Paulo: EDUC, 1995.
- VIEIRA, M. P. A. PEIXOTO, M. R. C. KHOURY, Y. M. A. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- WILLIAMS, R. Base e estrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, 2005.

O CRIME COMO ASPECTO DA SOCIABILIZAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

Leonardo de Andrade Carneiro¹

RESUMO: A criminalidade é um campo específico do saber e tema importante dentro da área das ciências sociais. Este resumo destaca os conceitos de Bourdieu e a possibilidade da construção do “campo da criminalidade”. Entendemos que o comportamento criminoso advém da sociabilização e interação social e que essa conduta é determinada pelos valores, crenças, atitudes e influências da vida social. O agente aprende o comportamento criminoso, e esse conhecimento avança através das interações sociais. O indivíduo torna-se criminoso na prática se ele aceita e fortalece esses valores. Essas atitudes são aprendidas no dia a dia por meio das práticas e vivências diárias. Os conceitos de Bourdieu (2004; 2008) campo, espaço social ou *habitus* podem fornecer elementos importantes para o desenvolvimento de novas pesquisas. O campo seria um espaço simbólico que possui leis e regras específicas onde as estruturas sociais são formadas e preestabelecidas pelos agentes. Ele é um lugar de lutas, de busca por poder, reconhecimento e prestígio. O campo é um espaço social com regras, normas e valores próprios que são reproduzidos e praticados pelos agentes. Já o conceito de *habitus* diz respeito a como os agentes aprendem e reproduzem saberes ou conhecimentos que foram estruturados dentro das sociedades. Trata-se dos valores, regras e normas que foram adquiridos por meio da obediência às condições sociais. Desse modo, as sociedades/comunidades são formadas por *habitus* onde ocorrem interações sociais e o desenvolvimento de uma cultura. Em síntese, este resumo evidencia que é possível, com muito cuidado, trabalhar os conceitos de Bourdieu para o campo da criminalidade.

Palavras-chave: *Espaço social; habitus; campo; Bourdieu.*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir e apresentar os conceitos de Pierre Bourdieu, campo, espaço social e *habitus*, e a possibilidade da construção do “campo da criminalidade ou espaço social da criminalidade”. Além disso, este trabalho procura apresentar alguns princípios e circunstâncias que estão presentes neste espaço. Neste sentido, DURKHEIM (2000) nos faz refletir quando afirma que “nessas condições estamos presos à vida apenas por um fio muito tênue e que a cada momento pode ser rompido” (DURKHEIM, 2000, p. 314-315). Com essa afirmação, apontamos alguns autores e teorias que procuram demonstrar que o comportamento criminoso advém da sociabilização e interação social dos indivíduos. Outrossim, MATSUEDA (1988) e MALOKU (2020) afirmam que essa conduta é determinada por diversas conjunturas dos agentes como valores, crenças, atitudes e influências da vida social. Nesta perspectiva, a teoria da associação diferencial esclarece que o comportamento criminoso é aprendido e aperfeiçoado mediante as interações sociais entre os indivíduos, consequentemente as pessoas predispostas a transgredir as normas e valores utilizam-se desses fatores e justificativas para cometer atos delituosos (BERNARD, 2020).

Em síntese, a teoria da associação diferencial não evidencia nem demonstra por que alguém se torna delinquente, mas busca esclarecer como essa conduta ocorre. Portanto o indivíduo aprende o comportamento criminoso, aceita-o dos outros e esse conhecimento avança através das interações sociais. Por isso, o indivíduo torna-se criminoso se ele aceita e fortalece esses valores mediante desrespeito das normas e cultura tradicional. Igualmente, as práticas comportamentais do criminoso implicam em métodos e procedimentos que são relevantes para a aprendizagem como um todo (MALOKU, 2020). Edwin Sutherland (1939), sociólogo que desenvolveu a teoria da associação diferencial, destacou que o comportamento criminoso é aprendido. Ele é adquirido por meio da interação social, ocorre dentro das associações e o aprendizado é através de técnicas e atitudes delituosas e motivações por impulsos e orientações (BERNARD, 2020). Em resumo, o indivíduo

¹ Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas, Universidade Federal do Tocantins, leonardo.andrade@uft.edu.br.

desenvolve atitudes e práticas criminosas pautadas no exemplo e ações de pessoas do ciclo social. Essa teoria sustenta que atos delituosos são aprendidos por intermédio das interações sociais.

Acrescentando-se às ideias de Sutherland, o autor FERRO (2008) afirma que as justificativas, motivações e modo de se comportar são iguais para o “criminoso e o conformista [...] a distinção está no fato de que a perseguição dos objetivos, pelo primeiro, se faz com a utilização de meios ilícitos. A associação diferencial emerge, então, como produto de socialização no qual o criminoso e o conformista são orientados por muitos princípios idênticos” (FERRO, 2008, p. 148-149). Enfim, o comportamento criminoso, segundo esta teoria, é desenvolvido e aperfeiçoado por meio das interações sociais. A teoria da associação diferencial foi estendida dando origem à teoria do aprendizado social, que é compreendida por quatro saberes teóricos centrais: “associação diferencial, definições, reforço diferencial e imitação” (AKERS; JENNINGS, 2019, p. 231 - tradução nossa).

Consequentemente, a probabilidade de os indivíduos se envolverem em condutas delituosas aumenta quando os mesmos estabelecem vínculos com pessoas que se expõem e praticam atos delituosos e desviantes. O aprendizado criminoso e desviante pode ser aprendido no dia a dia da pessoa, sendo que este comportamento é formado pelas práticas e vivências diárias. Com este ponto de vista, este comportamento pode ser desenvolvido nos grupos sociais ou ambiente social em que o indivíduo está inserido onde são perceptíveis as atitudes criminosas e os desvios são acentuados (PRATT, et al., 2010; AKERS; JENNINGS, 2019). Porém devemos destacar que as pessoas não nascem com discernimento e compreensão de crenças, valores e normas. Esse processo é desenvolvido ao longo do tempo por meio das interações e vínculos sociais que ocorrem nos locais onde passa parte de sua vida. Nesse sentido, “as sociedades recorrem ao controle social, um conjunto de sanções negativas e positivas, especificadas no processo de socialização, para ter certeza de que os indivíduos e as instituições irão adaptar sua conduta a padrões ou modelos normativos, criando um denominador comum necessário à sua própria coesão e funcionamento. Esse controle começa na infância e, ao longo de toda a nossa existência, se internaliza e se insere na nossa consciência valores e normas primeiramente por meio de instituições formadas por laços de parentesco e afetividade e, em seguida, por intermédio de organizações formais dotadas de pessoal especializado para criar e administrar normas” (CALHAU, 2008, p. 53).

As pessoas predispostas para comportamentos e condutas criminosas que se encontram nesses ambientes podem servir-se ou beneficiar-se das oportunidades para o cometimento de crimes. Levando-se em conta os argumentos dos autores, percebe-se que as condutas criminosas dolosas ocorrem mediante influências, comportamentos e interações sociais, e essas atitudes são aperfeiçoadas em diversos ambientes e mediante influências, convívios e relações sociais. São observações que tentaremos descrever utilizando os conceitos de Bourdieu que, de certo modo, podem contribuir com novas percepções sobre a criminalidade violenta que aflige diversas sociedades. Diante disso, apresentaremos os conceitos de campo, espaço social e *habitus* de Bourdieu e sua importância para o estudo da criminalidade. Os conceitos de Bourdieu não discutem crime, violência ou criminalidade, porém apresentam elementos teóricos que podem contribuir para investigações no campo das ciências sociais (ZALUAR, 2014).

2. CAMPO E ESPAÇO SOCIAL

Para BOURDIEU (2008), o campo seria um espaço simbólico que possui leis e regras específicas e onde as estruturas sociais são formadas e preestabelecidas pelos agentes. É um lugar de lutas, de busca por poder, reconhecimento e prestígio. São considerados “microcosmos relativamente autônomos [...] é o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem ações [...] esse universo é um mundo social como os outros, mas obedece a leis próprias [...] está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de leis” (BOURDIEU, 2004, p. 18 -20). Sendo assim, o campo seria espaços sociais onde os indivíduos ou grupos de indivíduos compartilham valores e crenças e onde acontecem as interações sociais. “O espaço social está construído de tal modo que os agentes que ocupam posições semelhantes ou

vizinhas estão colocados em condições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes e têm toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, logo, de produzirem práticas também semelhantes” (BOURDIEU, 1986, p. 155).

Igualmente SHAMMAS e SANDBERG (2016) apresentam o conceito de “*campo da rua*” para conceituar o termo. Os autores remetem aos pensamentos bourdieusiano que destaca dentro das estruturas de campo, o campo artístico, filosófico, literário entre outras. “[...] podemos pensar em formas particulares de crime como ocorrendo dentro de um domínio da dinâmica social que pode ser chamado o *campo da rua*, tendo o cuidado de notar imediatamente que o uso de “a rua” aqui se destina a um sentido simbólico não literal. O campo é definido com referência a atividades criminosas e desviantes que podem ocorrer em qualquer lugar e não são fisicamente confináveis à rua. [...] a ação gira em torno dos prêmios, no sentido mais amplo do termo, disponíveis para aqueles que são atraídos a se envolver no jogo social do desvio criminoso [...] O que há de extraordinário no campo da rua é o grau em que ele é uma criatura do Estado, para usar a frase de Bourdieu, constituído pela legislação criminal, estratégias policiais, decisões judiciais, o funcionamento dos estabelecimentos penais” (SHAMMAS; SANDBERG, 2016, p. 7 - tradução nossa).

Para apresentar esse conceito, os autores se fundamentam em diversos trabalhos que descrevem a teoria de campo de Bourdieu, onde eles apresentam quatro princípios importantes: “[...] os limites do campo de rua e sua relação com outros campos; as posições diferenciadas dentro do campo de rua e como muitas vezes é mal interpretado; os efeitos que o campo produz, principalmente o *habitus* das ruas; e os recursos que contém, incluindo capital de rua e capital social de rua. [...] O fato de os campos terem limites dá origem a três corolários: os campos são relativamente autônomos; os campos têm barreiras de entrada e saída; e os campos estão relacionados a outros campos” (SHAMMAS; SANDBERG, 2016, p. 7-8 - tradução nossa).

No campo da rua, os criminosos são os responsáveis pela demarcação desse espaço social e produzem efeitos nos indivíduos ou grupos de indivíduos, pois este campo molda os agentes, suas experiências, seu *habitus* e suas interações sociais. Assim sendo, percebe-se que o espaço social é formado por meio das interações sociais, culturas e estilos que são desenvolvidos por grupos específicos dentro destes espaços. Sendo assim, o campo é determinado pelas crenças e normas e são estes recursos que solidificam esse espaço social.

Consequentemente, são as ações, as práticas, as atividades nos campos que os agentes utilizam para “manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31). Logo, espaços sociais são formados e modificados por comportamentos, condutas, atitudes, práticas e hábitos dos indivíduos, sendo que estes procedimentos “se dão dentro de normas criadas e alteradas constantemente por essas ações [...] relacionam-se entre si, originando espaços sociais mais abrangentes, conexos, influenciadores e influenciados ao mesmo tempo” (MORAES, 2006, p. 186). Portanto, o espaço social é “como um campo de forças” onde lutas são travadas pelos indivíduos, “com meios e fins, e de acordo com a distribuição neste campo” (BOURDIEU, 2008, p. 50). Dessa maneira, os indivíduos ou grupos de agentes, que estão inseridos nestes campos, ocupam posições e comportamentos distintos, ou seja, mesmo com regras e normas, preestabelecidas nos grupos sociais, existem diferenças nas condutas, práticas, hábitos e papéis dentro destes espaços sociais.

Em vista disso, podemos destacar que a criminalidade é produto de um campo próprio, que é constituído na relação com outros campos e pelas estruturas sociais, por representação de indivíduos e da ação, tendo em vista que muitos agentes interiorizam essas práticas. Ou seja, as pessoas disputam, capitais, reconhecimento e recursos dentro do campo. Diante disso, entendemos que o agente é um produto de uma construção social. Por isso, neste campo há um conjunto de competências específicas, valores e normas que passam a ser valorizados. Os recém-chegados precisam dominar ou aprender alguns destes para obter acesso ao campo, e se eles saírem, muitas vezes terá sido incorporado neles. Os campos, no entanto, também estão intimamente ligados a outros campos (BOURDIEU, 2005; SHAMMAS; SANDBERG, 2016, p. 8 - tradução nossa). Com efeito, são os campos que estabelecem essas regras e normas próprias. E essas disposições são cobradas pelo campo (espaço social da

criminalidade). E esse campo é diferente dos outros campos, pois os agentes sempre buscam uma lucratividade maior, não importando as consequências. BOURDIEU (2005) aponta que o campo está ligado ao capital porque é no campo que ocorrem as disputas de poder e posição na realidade social.

O campo é uma rede de relações sociais que são organizadas em posições de dominância diferentes. Neste sentido, compreendemos que o campo é um espaço social com regras, normas e valores próprios - lei da massa (ver Ramalho, 2008) -, que são reproduzidos e praticados pelos agentes. Consequentemente, este campo é dominado por meio desses instrumentos (lei da massa), que se mantêm devido aos processos de pertencimento dos agentes (criminosos) que estabelecem este campo como um espaço de dominações. Portanto o espaço é moldado e estruturado conforme as interações sociais. Sendo assim, destacamos que o comportamento criminoso surge a partir das relações sociais, que são determinadas pelo campo, espaço social e *habitus* no qual o indivíduo estabelece suas interações e relacionamentos sociais.

3. HABITUS

O *habitus* pode ser considerado um conjunto de disposições cognitivas e corporais que são desenvolvidos e aperfeiçoadas pelos agentes que aprendem e reproduzem saberes que foram produzidos em uma cultura dentro do campo e espaços sociais, portanto são “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 2002, p. 167). Desta forma, os indivíduos conhecem, assimilam, desenvolvem e aperfeiçoam costumes, hábitos e experiências sociais. Neste sentido, o ingresso dos jovens em um campo social exige dos mesmos um conhecimento prévio, um “certo capital acumulado e o conjunto de disposições que constitui o *habitus*” (ZALUAR, 2014, p. 34). Desta maneira, as interações sociais são elementos norteadores das ações dos agentes. Neste sentido, Bourdieu descreve que “enquanto agentes socializados, somos capazes de perceber a relação entre as práticas ou representações e as posições no espaço social. Além disso, a sociedade é formada por *habitus*, onde tudo é ordenado em seu devido lugar, interiorizando o indivíduo na sociedade, produzindo assim consequência e antecipações razoáveis decorrentes da incorporação e adaptação necessária (BOURDIEU, 2005). Diante disso, o *habitus* pode ser considerado como resultado dos comportamentos, rotinas e saberes dos agentes nos espaços sociais. Portanto, o *habitus* são saberes, condutas, habilidades e conhecimento que foram estruturados dentro dos espaços sociais. Com isso, torna-se conveniente investigar condutas e histórico de delitos dos indivíduos que cometem crimes.

Transpor os conceitos de Bourdieu para o campo da criminalidade é de difícil aplicação, no entanto a heterogeneidade dos métodos e concepções podem contribuir para um entendimento mais amplo dos saberes. No ano de 2017, o pesquisador Norueguês SHAMMAS (2017) publicou um artigo destacando as investigações de Bourdieu e sua importância para o campo da criminologia. O trabalho apresenta cinco ensinamentos para pesquisadores da área de criminalidade. Segundo o autor, são poucas as investigações que utilizam as experiências e teorias bourdieusinas no campo da criminalidade. Afirmar ainda que essa ausência poderia ser explicada, em parte, pelo pouco envolvimento de Pierre Bourdieu com o tema, contudo suas ideias e conceitos foram utilizados e empregados de maneira implícita. Para o autor, os conceitos de Bourdieu “sempre foram indiretamente relacionados com várias patologias sociais e, portanto [...], relacionados com o crime e delinquência” (CASTRO; ALMEIDA; SHAMMAS, 2019, p. 34). Por isso, é possível utilizar-se dos conceitos e métodos em estudos da criminalidade utilizando-se dos conceitos de Pierre Bourdieu.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar os conceitos de campo, espaço social e *habitus* de Pierre Bourdieu e a possibilidade de utilizá-los em pesquisas criminológicas. Conforme destacado, os princípios bourdieusinos são complexos e exigem dedicação do pesquisador, contudo sua

aplicabilidade é possível, pois a diversidade dos métodos e concepções pode favorecer um entendimento mais amplo dos saberes. Desta maneira, inferimos que o espaço social da criminalidade é um espaço com regras, normas e valores próprios que são reproduzidos e praticados pelos indivíduos. O *habitus* pode ser considerado o “capital cultural” onde as pessoas aprendem, reproduzem e compartilham seus saberes dentro das disposições que estão inseridos. Por esse motivo, envolvem-se, dominam e apoderam-se de crenças, concepções, ideias, atitudes e disposições semelhantes e interesses semelhantes, e desta maneira produzem e reproduzem práticas também semelhantes. São estruturas sociais e da gênese das condutas dos indivíduos geradas a partir dos fenômenos e dinâmicas sociais. Trata-se dos valores, regras e normas que foram adquiridos por meio da obediência às condições sociais. Deste modo, as sociedades/comunidades são formadas por *habitus* onde ocorrem interações sociais e o desenvolvimento de uma cultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERS, R. L.; JENNINGS, W. G. The social learning theory of crime and deviance. In: **Handbook on crime and deviance**. Springer, Cham, 2019. p. 113-129. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-20779-3_6. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BERNARD, T. J. Edwin Sutherland. **Encyclopedia Britannica**. 2020. Recuperado em: <https://www.britannica.com/biography/Edwin-Sutherland>.

BOURDIEU, P. Artigo: O campo econômico. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. **Coisas ditas**, p. 169-180, 2004.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila**. 2002.

CALHAU, L. B. Resumo de criminologia. 4ª Edição, revista, ampliada e atualizada. Impetus. 2008.

CASTRO, F. A.; DE ALMEIDA, A. M. D.; SHAMMAS, V. L. Cinco lições de Bourdieu para a criminologia. **Revista Jurídica da Ufersa**, v. 3, n. 6, p. 31-54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/rejur/article/view/9077>. Acesso em 15 de jun. 2021.

DURKHEIM, É. et al. **O suicídio: estudo sociológico**. 2000.

FERRO, A. L. A. Sutherland, a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16015917.pdf>. Acesso em 20 jun. 2021.

MALOKU, Ahmet. Theory of Differential Association. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, v. 9, n. 1, p. 170-170, 2020. Disponível em: <http://www.richtmann.org/journal/index.php/ajis/article/view/10675>. Acesso em: 20 set. 2020.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

MATSUEDA, Ross L. The current state of differential association theory. *Crime & Delinquency*, v. 34, n. 3, p. 277-306, 1988. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011128788034003005>. Acesso em: 20 set. 2020.

MORAES, U. Quadros de. Pierre Bourdieu: campo, habitus e capital simbólico. **Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971–1983). Anais do V Fórum de Pesquisa Científica em Arte Escola de Música e Belas Artes do Paraná**, v. 2007, 2006. Disponível em: http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

SHAMMAS, V.L.; SANDBERG, S. Habitus, capital, and conflict: Bringing Bourdieusian field theory to criminology. **Criminology & Criminal Justice**, v. 16, n. 2, p. 195-213, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1748895815603774>. Acesso em 20 jun. 2021.

THIRY-CHERQUES, H. Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 27-53, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtGrs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ZALUAR, Albar. Etos guerreiro e criminalidade violenta. RATTON, J. L.; LIMA, R. S.; AZEVEDO, R. G. de (eds.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto/FBSP**, p. 35-50, 2014.

O CONSELHO DA COMUNIDADE DA EXECUÇÃO PENAL COMO MEDIADOR DE CIDADANIA AO PRESO¹

Julia Estela Heling²

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é compreender como o Conselho da Comunidade da Execução Penal de Pelotas/RS observa e ao mesmo tempo atua como mediador da cidadania da pessoa presa do Presídio Regional de Pelotas (PRP). O problema é: Como o Conselho da Comunidade de Pelotas, dentro das figurações da questão penitenciária, atua na mediação entre Estado e apenado no tocante à cidadania do indivíduo privado de liberdade? Elias e a noção de figurações será base para o trabalho. Para observar a cidadania, temos: Carvalho e sua construção histórica da cidadania brasileira; Santos e a ideia de cidadania regulada; Holston, com a divisão da cidadania em formal e substancial; e Souza que fala em subcidadãos. Quanto ao Conselho da Comunidade, encontramos dois documentos oficiais: uma cartilha e um relatório. É uma pesquisa participante com olhar etnográfico. As técnicas são: análise documental, entrevistas semiestruturadas, grupo focal e acompanhamento das visitas de fiscalização do Conselho no PRP. A análise dos dados se dará pela análise textual discursiva. Os resultados parciais são no sentido de que a cidadania do apenado é complexa e merece especial atenção. Compreender seu status, os direitos que (não)usufrui é importante para a localização deste indivíduo dentro da sociedade brasileira. Ainda, se torna importante compreender como a atuação de um órgão estatal, que possibilita a participação da sociedade civil nas questões relativas à execução penal, auxilia nesta construção.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é referente ao projeto de tese, por meio dele tem-se por objetivo abordar a relação existente entre o Conselho da Comunidade da Execução Penal, órgão estatal presente no rol do art. 61, inciso VII da Lei de Execução Penal (LEP) (BRASIL, 2021) e a cidadania da pessoa presa. Diante disso, o projeto se encontra dentro da área de estudos da questão penitenciária.

Como *locus* da pesquisa selecionamos a Comarca de Pelotas, esta possui um Conselho da Comunidade atuante e dentro das competências deste, selecionamos a relação com o Presídio Regional de Pelotas (PRP) e suas figurações. Em março de 2021 o PRP contava com uma população carcerária de 664 presos, sendo a capacidade para 382 indivíduos, mais 39 no anexo, com capacidade para 90 presos (espaço destinado a presos que se encontram em regime mais brando e com saída para trabalho) (SUSEPE, 2021). Trata-se de um contingente populacional elevado.

O Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas é um grupo pequeno, que não está totalmente adequado às exigências da legislação no que consiste aos componentes necessários para sua constituição. Encontra-se em sua terceira ou quarta tentativa de estruturação, isto porque, já houveram outros momentos no qual o Conselho da Comunidade foi constituído, porém, após determinado período o interesse em torno do mesmo se enfraqueceu e deixou de atuar, sendo destituído.

Ante o exposto, o problema que se apresenta é: Como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas, dentro das figurações da questão penitenciária, atua na mediação entre Estado e apenado no tocante à cidadania do indivíduo privado de liberdade?

Para responder a este questionamento utilizaremos um referencial teórico específico. Como “pano de fundo” para observação do campo, vamos nos utilizar da sociologia relacional, mediante a

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas, juliaestela@hotmail.com.

grade de Elias (1999) que nos fala sobre as figurações. Estas seriam as múltiplas relações que se estabelecem, formando teias de interdependência, onde as ações dos indivíduos são condicionadas pelas jogadas dos demais atores presentes no espaço. Esta noção nos permitirá abordar, ainda que dentro de um recorte, a complexidade do objeto de pesquisa, pois nos impele a atentar para as relações mais amplas e não somente aquelas especificamente requeridas em um primeiro momento.

Para observar a cidadania da pessoa presa, vamos mobilizar quatro autores, Carvalho (2018), Santos (1987), Holston (2013) e Souza (2003). Carvalho (2018) vai nos fornecer um aparato histórico da construção da cidadania brasileira, inicia sua análise no período colonial perpassando as diferentes fases até o momento atual.

Segundo Holston (2013) a cidadania brasileira não foi construída de modo isolado, mas dentro de um contexto internacional, onde buscou incorporar as perspectivas que lhe permitiam exercer diferenças. A cidadania pode ser dividida em formal e substancial, a primeira seria referente à noção de pertencimento ao Estado, já a segunda reflete o usufruto de direitos. Assim, muitos não estão incluídos nesta segunda faceta da cidadania. O autor documenta o surgimento de organizações das comunidades periféricas tomando consciência de seus direitos, unidos e lutando pelos mesmos, a partir das periferias.

Santos (1987) vai contribuir com a ideia de cidadania regulada. Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) os direitos sociais avançaram, mas, estavam diretamente vinculados ao exercício de uma atividade profissional regulamentada. Ou seja, a partir da regulamentação do trabalho era possível alcançar direitos e consequentemente o *status* de cidadão.

Por fim, Souza (2003) estabelece vinculação entre a cidadania e o período escravocrata do Brasil, onde a determinado grupo da população foi negada a participação na sociedade e lhe foi condicionado o local de subcidadão, não participando das decisões do Estado.

No que se refere ao Conselho da Comunidade da Execução Penal o que encontramos são documentos que visam auxiliar na organização e instalação deste órgão. Consoante a legislação (BRASIL, 2021) cada Comarca deve possuir um Conselho da Comunidade, em 2020 haviam 2677 Comarcas (JUSTIÇA EM NÚMEROS 2020, 2020). Em 2008, apenas 639 Conselhos da Comunidade foram noticiados no território nacional (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008). Apesar do transcorrer do tempo possibilitar o aumento do número destes órgãos, a disparidade entre Comarcas e Conselhos da Comunidade ainda é muito elevada.

Por meio dos Conselhos da Comunidade a sociedade pode participar das questões relativas à execução penal. A falta de regulamentação específica para estes órgãos possibilita que sejam muito diferentes de uma localidade para outra. A LEP (BRASIL, 2021), de 1984, estabelece as normas de constituição do órgão, suas atribuições, mas, são regulamentações genéricas. A Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, criada pelo Ministério da Justiça, lançou uma Cartilha dos Conselhos da Comunidade apresentando algumas informações mais precisas sobre instalação, composição e atribuições, traz também documentos-modelo para o Estatuto do Conselho, entre outros (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008). Outro documento lançado pela mesma comissão é o relatório, Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade, que congregou as informações auferidas ao longo da atuação da Comissão (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010).

Ante o exposto, o objetivo geral do trabalho é: Compreender como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas observa e ao mesmo tempo atua como mediador da cidadania da pessoa presa do Presídio Regional de Pelotas. E como objetivos específicos temos: a) descrever o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas, e pensar sua atuação na dinâmica das figurações do campo da questão penitenciária; b) discutir o conceito de cidadania e como este se apresenta, no caso das pessoas presas, especificamente no Presídio Regional de Pelotas; c) descrever e analisar como o Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas compreende a cidadania da pessoa presa; d) observar como as ações do Conselho da Comunidade auxiliam a construir a cidadania da pessoa presa.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, uma vez que as informações sobre o objeto de estudo são limitadas. Devido ao fato de ser conselheira do Conselho da Comunidade de Pelotas, a pesquisa será participante com um olhar etnográfico. Se pretende dar voz ao campo, fazendo com que o mesmo possa apresentar elementos importantes que em um primeiro momento não compunham o escopo de análise.

As técnicas selecionadas para a elaboração do trabalho são: análise documental, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os documentos são referentes as atas das reuniões, projetos encaminhados ao Juízo da Vara de Execuções Criminais para auferir verba para projetos, além de outros documentos internos do Conselho da Comunidade, como por exemplo o Estatuto e Regimento Interno. Pretende-se proceder entrevistas semiestruturadas com os conselheiros, bem como, a realização de um grupo focal com aqueles que aceitarem participar.

Para uma aproximação do espaço da prisão, se fará o acompanhamento das visitas de fiscalização do Conselho da Comunidade, que ocorrem de modo mensal, possibilitando a realização de uma etnografia (observação) do espaço e das dinâmicas.

Para análise dos resultados se fará uso da análise textual discursiva, que é composta por um processo de unitarização, categorização e a obtenção do novo emergente (MORAES, 2003).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se encontrando ainda em fase de elaboração, os resultados parciais são no sentido de que a cidadania do apenado é complexa e merece uma especial atenção. Compreender seu *status*, os direitos que (não)usufrui é importante para a localização deste indivíduo dentro da sociedade brasileira. Devido a pandemia da Covid-19 esta parte do trabalho se encontra prejudicada, devido ao fato de não ser possível ingressar no Presídio Regional de Pelotas.

No que se refere ao Conselho da Comunidade da Execução Penal de Pelotas, dentre os 19 membros que atuam, aproximadamente 10 tem participado das reuniões ordinárias mensais, todavia, o número de participantes em cada reunião fica em torno de seis pessoas. Destes 19 membros, 14 são mulheres e cinco homens. As idades variam entre menos de 30 e mais de 60 anos.

É interessante pontuar que é possível identificar grupos de afinidade/interesse dentro do Conselho da Comunidade de Pelotas. Podemos elencar três: a) um primeiro grupo é referente as duas membras que atuam no Conselho da Comunidade e são também integrantes da Pastoral Carcerária, a estas se soma uma terceira membra que possui outra denominação religiosa, este primeiro grupo corresponde a uma motivação religiosa; b) grupo identificado pela sua vinculação a academia, são três os membros que estão presentes neste grupo, dois professores universitários e uma estudante de doutorado; c) um terceiro grupo, também bem identificado, é formado pelos sujeitos que possuem alguma vinculação institucional, a Defensora Pública, duas assistentes sociais do PRP e um membro vinculado à Prefeitura Municipal de Pelotas. Sobre os demais, não há informações suficientes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um trabalho em construção, as conclusões ainda são muito incipientes. Podemos afirmar que se trata de um trabalho urgente e relevante para o campo da sociologia, onde será possível auferir a construção da cidadania de uma população amplamente marginalizada e como a atuação de um órgão estatal, que possibilita a participação da sociedade civil nas questões relativas a execução penal, auxilia nesta construção.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Lei de Execução Penal**, Brasília, 2021. Acessado em: 25 mar. 2021. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24^a. ed. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. *E-book*.

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2020. Brasília: CNJ - Conselho Nacional de Justiça, 2003- . 2020. Acessado em: 24 maio 2021. Online. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmoros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. **Fundamentos e análises sobre os Conselhos da Comunidade**. 1^a. ed. Brasília: DEPEN/OSPEN, 2010. 177 p. Acessado em: 26 maio 2021. Online. Disponível em: <https://feccompar.com.br/documentos/fundamentoseanalise.pdf>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. **Conselhos da Comunidade**. 2^a. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2008. Acessado em: 26 maio 2021. Online. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/30/Documentos/Artigos%20e%20cartilhas/Conselhos%20da%20Comunidade%20cartilha.pdf>

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 191-211, 2013. Acessado em: 5 jun. 2021. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzjd/abstract/?lang=pt#>

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2^a. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Presídio Regional de Pelotas**. Governo do Estado: Rio Grande do Sul. 2021. Acessado em: 25 de mar. de 2021. Online. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=12&cod_conteudo=78

DIREITOS LGBT+ COMO DISPUTA POLÍTICA

Otávio Santiago Gomes da Silva¹

RESUMO: Nos últimos vinte anos (2000-2020), a noção de justiça, permeada pelos temas da equidade e da igualdade, tem tido relevância na área da Sociologia e da Ciência Política, em especial quando tratadas em conjunto com as questões relativas aos movimentos sociais, como o movimento LGBT. O engajamento desses atores e o reconhecimento de pautas relacionadas ao gênero e à identidade sexual, contudo, gerou uma ofensiva. O termo “*backlash*” traduz essa reação, de acordo com literatura norte-americana, resultante da transferência do poder decisório de questões envolvendo direitos civis, políticos, sociais e culturais a outras esferas, como ocorreu após as decisões da Suprema Corte no caso *Goodridge v. Department of Public Health* (2003). No Brasil, a resistência e a contramobilização não foram diferentes. A partir da agenda de estudos nessa área, tensiona-se o problema de pesquisa para investigar de qual natureza são essas reações contrárias aos avanços obtidos pela comunidade LGBT, inicialmente garantidas por ativismo judicial e posteriormente por políticas de Estado, no Brasil e nos Estados Unidos, no período de 2000-2020. Os objetivos específicos são (i) o mapeamento do histórico desses avanços da comunidade LGBT, seja judicial, seja pela esfera governamental, no Brasil e nos EUA, nesses 20 anos; (ii) identificar as reações contrárias (*backlash*) a esses avanços e de onde surgem; e (iii) verificar de que natureza são as reações contrárias às conquistas do movimento LGBT.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos (2000-2020), a noção de justiça, permeada pelos temas da equidade e da igualdade, tem tido relevância na área da Ciência Política, em especial quando tratadas em conjunto com as questões relativas aos movimentos sociais, como o movimento LGBT², no centro da disputa política. O engajamento desses atores e o reconhecimento de pautas relacionadas ao gênero e à identidade sexual, inicialmente pelas instituições judiciais, contudo, gerou uma ofensiva. O termo “*backlash*” traduz essa reação institucional, de acordo com literatura norte-americana, resultante da transferência do poder decisório de questões envolvendo direitos civis, políticos, sociais e culturais à esfera judicial, como ocorreu após as decisões da Suprema Corte nos casos *Brown v. Board of Education* (1954), *Roe v. Wade* (1973) e *Goodridge v. Department of Public Health* (2003).

No Brasil, a resistência e a contramobilização não foram diferentes. Hoje, após 40 anos do surgimento do primeiro coletivo de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e transgêneros, o Movimento de Homossexuais (MHB), e a aquisição de direitos nos últimos 20 anos, como o reconhecimento do direito ao casamento e à adoção, a alteração do registro civil, do prenome e do sexo diretamente nos cartórios do país, tem gerado clara oposição e resistência às pautas do movimento. A partir da agenda de estudos nessa área, tensiona-se o problema de pesquisa para investigar de qual natureza são as reações contrárias (*backlash*) aos avanços obtidos pela comunidade LGBT, inicialmente garantidas por ativismo judicial e posteriormente por políticas de Estado, no Brasil e nos Estados Unidos, nos últimos vinte anos (2000-2020). A hipótese é de que são de natureza política, social e cultural tais reações ao reconhecimento (nas esferas do Judiciário e do Executivo) de políticas relacionadas ao gênero e à diversidade sexual.

Dessa forma, são objetivos específicos (i) o mapeamento do histórico dos avanços da comunidade LGBT, por meio do ativismo judicial e da implementação na esfera governamental, no

¹ Doutorando em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), otaviosgomesdasilva@gmail.com.

² A denominação LGBT segue à fórmula aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Brasil e nos EUA, no período de 2000-2020; (ii) identificar as reações contrárias (*backlash*) a esses avanços e de onde surgem; e (iii) verificar se as reações contrárias às conquistas do coletivo estabelece relação de causa e efeito com as decisões das Cortes e com ação do Executivo. Por fim, será possível (iv) identificar de que natureza e quais temáticas envolvem essa reação, tratada na literatura da área como neoconservadora e desdemocrática.

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa será de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. De início, o modelo de análise inicialmente adotado será a perspectiva de estudos da política comparada (*comparative politics*), em especial a que analisa a política judicial comparada (*judicial politics comparative*), abrangendo o estudo das instituições judiciais. Nos casos brasileiro e norte-americano, analisando a temática de gênero e identidade sexual, houve políticas de Estado em prol desse movimentos LGBT, em especial nos governos Lula (2003-2010)/Dilma (2011-2016) e Obama (2009-2017). Como reforço à temática, as questões chegaram às Cortes judiciais (2011 e 2003, respectivamente), sem avanço na esfera Legislativa, revelando uma tendência liberal, nesse ponto, e de um ativismo por essa instância judicial.

Quanto à revisão bibliográfica, propõe-se, em um primeiro momento, analisar a expansão global do Poder Judiciário, nos âmbitos internacional e nacional, por meio dos autores clássicos e contemporâneos, além do ativismo judicial, o qual, segundo KOERNER (2013), indica uma situação-limite ou de fronteiras fluidas, mas necessárias, entre os mundos da política e o do direito, em que o agente judicial, ao ultrapassar e ingressar em um domínio que não lhe é próprio, produziria riscos, extrapolaria suas funções, atuando sob o efeito de preferências ou programas políticos. Ainda, quanto à noção de *backlash*, KLARMAN (2011) propõe uma discussão a respeito do tema, afirmando que muitas decisões judiciais sobre questões altamente carregadas podem produzir uma resistência massiva, a exemplo do casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando, em 2003, a Suprema Corte do Estado de Massachussets decidiu que a união entre pessoas do mesmo sexo estava protegida sob a constância estadual. No Brasil, o tema é tratado em FACCHINI e FRANÇA (2020).

Por fim, quanto ao mapeamento desses objetivos - histórico dos avanços obtidos pela comunidade LGBT, por meio do ativismo judicial -, será realizada a pesquisa exploratória, no período de 2000 a 2020, nas fontes de dados junto aos sites do Supremo Tribunal Federal (<http://portal.stf.jus.br/>) e da Suprema Corte norte-americana (<https://www.supremecourt.gov/>), verificando a origem das ações e os atores responsáveis pelo acionamento judicial nas questões envolvendo direitos LGBT. Quanto ao *backlash*, serão analisadas os novos estudos a respeito da contramobilização e desdemocratização, em especial aos direitos LGBT, de onde surgem, os ideais e a natureza das questões que envolvem essas reações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ressaltam FACCHINI e FRANÇA (2020), com a paisagem de um Executivo em devastação e um Legislativo alheio, as demandas relativas à diversidade sexual e gênero continuam buscando amparo na Justiça: em 2011, o reconhecimento das uniões homoafetivas; em 2018, possibilidade de alteração do nome e sexo em registros civis, independente de processo ou redesignação sexual; em 2019, a criminalização da homofobia; em 2020, a extinção da ação popular que avisava anular a Resolução nº01/1999 (despatologização da homossexualidade) e a revogação da restrição de doação de sangue por homens gays e bissexuais. Por outro lado, as resistências e a mobilização neoconservadora e desdemocráticas urgem estudos teóricos e científicos, necessitando, não na esfera do “dever ser”, um olhar atento, crítico e detalhado por parte da Ciência Política.

No Brasil, a época da primeira importante decisão do STF, qual seja, reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, a imediata reação legislativa foi o PDC nº224/2011. A proposição pretendia sustar os efeitos da decisão do Supremo, uma vez que o Judiciário teria extrapolado competências e invadido atribuições privativas do Congresso Nacional. A partir do ano de 2011, surgiram então diversas proposições que questionaram os direitos homoafetivos, a exemplo da convocação de plebiscitos (PDC nº495/2011, PDC nº521/2011 e PDC nº232/2011), do Projeto de Lei nº 6.583/2013 (“Estatuto da Família”) e do Projeto de Decreto Legislativo nº539/2016 com objetivo de revogar da Resolução nº001/99.

Avançando, dos dados coletados, até o momento, na pesquisa de tese de doutorado, junto aos sites das Casas Legislativas no Brasil, entre 2019 e 2020³, a respeito das proposições reativas aos direitos LGBT, demonstram reiteradas iniciativas das bancadas apoiadoras do governo Bolsonaro, reforçando o projeto da “ideologia de gênero”, em consonância também com outros movimentos ao redor da América Latina e nos EUA. Dentre os documentos encontrados, há requerimentos para convocação de audiências públicas para debate de preconceito contra “ex-homossexuais” e de pessoas que “deixaram de ser gay” (Requerimentos nº154/2019 e 173/2019, respectivamente), além de projetos de lei para permitir o exercício da liberdade religiosa e a recusa na realização de cerimônias envolvendo homossexuais (PL nº4.649/2019 e PL 4.892/2020, respectivamente).

Por fim, a investigação bibliográfica até o momento realizada, nos estudos que relacionam gênero, diversidade sexual, é possível perceber pela literatura que relaciona o tema com desdemocratização, como BIROLI et al. (2020), que muitos autores não reconhecem essa relação de disputa e ataque por direitos de gênero e diversidade no processo de erosão da democracia. Aprofundando o estudo das conquistas (avanços) dos movimentos LGBT no Brasil e nos EUA, desde os anos 90, em contraponto às reações contrárias a essas pautas, aos poucos, está sendo possível verificar as discussões e a natureza dessas ofensivas, em especial marcadas pelos ideais da “família” e do “cidadão de bem”, todas acompanhadas de um processo de fragmentação democrática em ambos os países, nesses últimos 20 anos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as homossexualidades e transgeneridades tenham uma história antiga no Brasil, de acordo com QUINALHA (2018), foi no momento da recente ditadura civil-militar que emerge, em sentido sociológico e político, um movimento social de luta pelo reconhecimento, pela visibilidade e pelo respeito das diversidades sexuais e de gênero. Contudo, conforme FACCHINI (2018), a partir do ano de 2010, o cenário passou a ser um tanto melancólico, pois, de um lado, crescia no interior do movimento LGBT uma inquietação relativa aos limites dos espaços de participação e do espaço alcançado pelas políticas a ele direcionadas; de outro, era percebida uma “politização reativa” do campo religioso articulada com setores conservadores.

A relevância do tema para Ciência política, além das questões apontadas, é avançar os estudos e entender os reflexos do ativismo judicial, seguido pela implementação de políticas, nas pautas do movimento LGBT. Como destacado pela literatura na área, dessa onda conservadora, em especial no Congresso brasileiro, há um ganho de forças diante do atual Governo no Brasil, o que acaba por transferir ao Judiciário as demandas pelo reconhecimento. O marco temporal faz sentido uma vez que nos últimos vinte anos (2000-2020), além da consolidação de direitos à comunidade após 2011, há a transição do *impeachment* de uma Presidenta da República (2016), o que atinge à questão de gênero, a um governo declaradamente contrário às bandeiras da pluralidade e diversidade sexual. Quanto aos EUA, ainda que a Suprema Corte tenha definido importantes precedentes em 2003 e o Governo

³ O acesso aos dados obtidos na pesquisa, por busca simplificada, foi realizado mediante consulta em <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada> e <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>.

Obama (2009-2017) se engajado nessas lutas, a partir da decisão, houve reação de setores conservadores, reforçada com a eleição de Donald Trump (2017-2020).

Além disso, é do interesse da Ciência Política pesquisas com enfoque nas mobilizações e nos ativismos contemporâneos, protagonizados por diversos de atores, movimentos e organizações. A questão LGBT, portanto, como arena de disputa apresenta uma temática que envolve gênero e política e se propõe a investigar as relações e conflitos sociais, especialmente em sua dimensão política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. 1. ed.

FACHINNI, R. Múltiplas e diferentes identidas. **CULT**. n. 235, Dossiê O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Editora Bregantini: São Paulo, p. 20-43, 2018.

FACHINNI, R.; FRANÇA, I. L. (Org.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KOERNER, A. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos Estudos**, n. 96, pp. 69-85, 2013.

KLARMAN, M. J. Courts, Social Change, and Political Backlash. In: **HART LECTURE AT GEORGETOWN UNIVERSITY LAW CENTER**, 31 mar. 2011.

QUINALHA, R. Prefácio. **CULT**. n. 235, Dossiê O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Editora Bregantini: São Paulo, p. 20-43, 2018.

CONJUGALIDADES TRANSATLÂNTICAS: DINÂMICAS CONJUGAIS E DE TRANSMISSÃO ENTRE FRANCESES(AS) E SUL-AMERICANOS(AS)

Venâncio Lázaro Batalhone Neto¹

RESUMO: Este projeto de pesquisa encontra-se em fase inicial e refere-se ao tema dos casais mistos entre um(a) francês(a) e um(a) sul-americano(a), situando-se na articulação entre a sociologia da imigração e a sociologia da família. O interesse repousa sobre a imbricação das relações sociais de gênero, raça e origem étnico-cultural na formação e construção conjugal desses casais, assim como sobre as dinâmicas de transmissão cultural aos filhos. Embora todas as relações conjugais sejam marcadas por desigualdades sociais e de gênero, esta formação específica é particularmente constituída por processos sociais que (re)produzem relações de poder. Em especial, o pertencimento étnico-racial e as relações de poder entre Norte e Sul Global, que se manifestam através de uma alteridade hierarquizante e pela produção e alimentação de representações, imaginários e estereótipos. A metodologia envolverá entrevistas semi-estruturadas com dezesseis casais mistos formados por uma pessoa francesa e uma pessoa sul-americana, brasileira ou colombiana. A escolha por estas nacionalidades se dá pelo fato de serem as duas com maior número de imigrantes sul-americanos estabelecidos na França.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste resumo é apresentar meu projeto de pesquisa de Mestrado em andamento que se refere ao tema dos casais mistos compostos por um cônjuge francês e um cônjuge sul-americano. O interesse desta investigação, situada na intersecção entre a sociologia da imigração e a sociologia da família e do casal, repousa sobre a imbricação das relações sociais de gênero, raça e origem étnico-cultural na formação e construção conjugal desses casais, assim como sobre as dinâmicas de transmissão cultural aos filhos. Primeiramente, será apresentada a justificativa para a escolha desta problemática e, em particular, desta modalidade de casal misto. Na sequência, será apresentada a fundamentação teórica deste campo de estudos, com uma breve discussão sobre as definições de casal misto, delimitando qual delas será mobilizada. Em um segundo momento, será abordada a metodologia definida, justificando a escolha desta composição de casal misto e suas potencialidades para o campo de estudos em que a pesquisa se insere. Tratando-se de um projeto de Mestrado em fase inicial, as entrevistas ainda não foram realizadas e não puderam ser objeto de análise. Assim, na seção relativa aos resultados, serão discutidas as hipóteses da pesquisa.

A dimensão das relações conjugais mistas na França pode ser notada a partir dos dados oficiais sobre casamentos mistos. Em uma análise dos casamentos celebrados em 2015, BELLAMY (2017) observa que os casamentos entre dois cônjuges franceses continuam em sua trajetória descendente desde a década de 1970. Por outro lado, os casamentos mistos continuam a aumentar (em números absolutos e proporcionalmente). Eles passaram de 6%, em 1950, para 14% dos casamentos celebrados na França em 2015. Beate Collet (2020) destaca que a novidade da análise de Bellamy reside em considerar, pela primeira vez, os casamentos celebrados no exterior e posteriormente transcritos nos registros civis franceses², dos quais 91% são mistos. Considerando o total de casamentos mistos, sua participação já se elevava a 27% do total de casamentos. Segundo COLLET (2020), esses números testemunham a relevância dos estudos sobre casais mistos para a sociologia da família e dos casais.

¹ Mestrando em Sociologia, Université Lumière Lyon 2, venancio.batalhone@gmail.com.

² Collet analisou como mudanças legais na França acerca dos casamentos entre uma pessoa de nacionalidade francesa e uma estrangeira contribuíram para o deslocamento de casamentos mistos para fora do território francês.

Os estudos tendo por objeto os casais mistos têm se interessado por diferentes questões e aspectos: as diferenças religiosas (LEGUTOWSKA, 2012); as diferenças étnico-culturais ou de origens (SANTELLI; COLLET, 2012); a transmissão cultural, linguística (FRESNOZA-FLOT, 2018; LE GALL; MEINTEL, 2015) e identitária para os filhos (COLLET, 2019). Outros pesquisadores se interessaram aos contextos nacionais, pela perspectiva do processo de transmissão identitária (THERRIEN; LE GALL, 2017) ou pela perspectiva da identificação nacional e construção identitária dos filhos de casais mistos (UNTERREINER, 2015).

Essa diversidade de abordagens e conceituações nos convida a estabelecer a definição de “mistura”³ ou de casais mistos que será utilizada nesta pesquisa. A definição administrativa do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), responsável pelas estatísticas oficiais na França, é a de “mistura” por nacionalidade: uniões entre uma pessoa francesa e uma estrangeira (BRUN, 2019). No entanto, esta formulação tem sido alvo de críticas por seu reducionismo e por sua incapacidade de identificar certos fenômenos, como é o caso dos casamentos entre pessoas de diferentes nacionalidades, mas com pertencimento étnico-cultural comum (SANTELLI; COLLET, 2012). BENSIMON; LAUTMAN (1974 apud BRUN, 2019) propuseram uma definição pela dimensão da transgressão: o casamento misto seria aquele entre pessoas pertencentes a diferentes religiões, etnias e raças, e que necessariamente provocasse uma reação social em seu entorno. FILHON; VARRO (2005b apud BRUN, 2019), pela perspectiva da diferença cultural, deram centralidade ao lugar de socialização primária para definir a “mistura”. Segundo as autoras, deve-se “[...] reconhecer que a diferença cultural entre os cônjuges se constrói em relação aos quadros nacionais e sociais em que eles cresceram” (FILHON; VARRO 2005b, p. 483 apud BRUN, 2019, p. 176). COLLET (2020) propõe uma definição de casais mistos como “[...] casais entre duas pessoas que se referem a diferentes universos culturais, religiosos ou nacionais [que] incorporam na vida privada as consequências da globalização contemporânea” (COLLET, 2020, p. 128). No contexto do projeto aqui apresentado, será mobilizada a definição da “mistura” relativa a um universo cultural e nacional diferente, marcado por uma socialização primária igualmente diferente. Assim, o interesse será por casais formados por um cônjuge francês e um cônjuge sul-americano, ainda que o componente estrangeiro do casal possa ter obtido a nacionalidade francesa por naturalização.

2. METODOLOGIA

Para responder às questões que serão melhor apresentadas na seção seguinte, este projeto propõe uma pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semi-estruturadas com casais mistos formados por um cônjuge francês e um cônjuge sul-americano (brasileiro ou colombiano), residentes na França. Estas relações conjugais são atravessadas por diversas relações sociais e levar em conta todas essas variações na pesquisa colocaria em risco sua viabilidade. Assim, as variáveis privilegiadas na definição dos entrevistados serão a origem, a raça e o gênero. No entanto, as entrevistas também abordarão questões que permitirão identificar esses atores no espaço social. O conjunto de entrevistas previsto comporta oito casais franco-brasileiros e oito casais franco-colombianos, variando-se o gênero e a raça da pessoa do grupo dito “minoritário” (brasileiro(a) ou colombiano(a)). Os cônjuges serão entrevistados separadamente, resultando em um *corpus* de 32 entrevistas. Os casais já terão pelo menos um filho entre 3 a 15 anos para que questões sobre a transmissão cultural possam ser abordadas. Além do mais, a literatura sobre vida conjugal e parental afirma a chegada do primeiro filho como um marco importante na biografia dos casais (DÉCHAUX; LE PAPE, 2021).

³ O termo utilizado na literatura sociológica na França é “mixité” e, em países anglo-saxônicos, “mixedness”. Pesquisas no Brasil têm adotado os termos “biculturais”, “interculturais”, ou “binacionais”, por vezes também presentes na literatura estrangeira. A tradução de “mixité” para o português poderia ser “mistura” ou “diversidade”. Optarei pelo termo “mistura” neste resumo apenas com o objetivo de situar meu enquadramento teórico em uma tradição dos estudos sobre casais mistos existente na sociologia francesa. No entanto, creio que a escolha de uma tradução ou de outro termo mais apropriado seja relevante e será, sem dúvida nenhuma, objeto de reflexão durante a pesquisa.

A escolha dessa área geográfica foi motivada pela relativa ausência de estudos sobre a imigração sul-americana (GONZÁLEZ, 2007) e sobre as uniões conjugais mistas dessa população na França. Nas estatísticas relativas aos casamentos mistos, essa população integrou o grupo “Outras nacionalidades”, que representava 27% do total. Entre os sul-americanos, o Brasil e a Colômbia são os países que contam com o maior número de imigrantes vivendo na França, apresentando crescimento entre 2008 e 2018 (INSEE, 2021b). Em 2019, os brasileiros representaram 2,1% (5.700 pessoas) do total de imigrantes que chegaram à França e os colombianos, 1,1% (2.900) (INSEE, 2021d). Os brasileiros e colombianos que chegam à França estão em convergência com o fenômeno da feminização da migração (BELLAMY, 2017): cerca de 57% são mulheres (INSEE, 2021a). Além disso, os imigrantes da América e da Oceania que vivem em casal com um cônjuge não imigrante representam 56% das mulheres e 41,3% dos homens (INSEE, 2021c).

A análise sobre os casais mistos entre franceses e sul-americanos pode ser também significativa em função de sua ambiguidade potencial. Embora eles sejam geralmente percebidos como ocidentais (GONZÁLES, 2007), os sul-americanos apresentam uma diversidade cultural e étnico-racial. Além disso, esses países pertencem ao Sul Global e estão sujeitos a “[...] processos sociais que (re)produzem as relações de poder” (DEBONNEVILLE et al., 2019) entre os países do Norte e do Sul Global. Estas desigualdades de poder manifestam-se por uma alteridade hierárquica e pela produção e alimentação de representações, imaginários e estereótipos (ALMEIDA, 2013). As mulheres são particularmente afetadas por estereótipos que remetem à imagem do exotismo (LEITE, 2017) e da sexualidade “naturalmente” exacerbada (ALMEIDA REGO; CHRISTIANO, 2012).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Beate Collet afirma que a “[...] mistura conjugal não é simplesmente uma questão de diferenças de pertencimento, e que ela se caracteriza por uma desigualdade de status entre os dois cônjuges (nacional/estrangeiro; [população] majoritária/minoritária), adicionando-se às desigualdades sociais e de gênero que marcam todo casal heterossexual” (2020, p. 129, tradução nossa). A essas dimensões, pode-se integrar as desigualdades ligadas às diferenças étnico-culturais e raciais, às alteridades do Sul Global e ainda às assimetrias no grau de expertise da língua do país de residência (ZEITER, 2017).

Assim, o projeto buscará responder às questões: como essas relações sociais e esses marcadores da diferença e da alteridade se articulam nesses casais mistos e em suas escolhas do cônjuge? Como essas diferentes configurações geram diferentes relações de poder dentro do casal? Quais estratégias e práticas eles mobilizam para construir sua vida conjugal e constituir uma família? Observa-se variações em relação ao gênero e/ou raça do cônjuge estrangeiro? Ou, ainda, de acordo com suas posições no espaço social? Como são vividas as discriminações e referências à diferença? Como essa distribuição de poder, essas relações sociais e essa alteridade se traduzem nas negociações e expectativas em relação à transmissão cultural aos filhos?

Mesmo que os sul-americanos estejam ausentes das principais pesquisas oficiais francesas que abordaram o fenômeno da discriminação (MGIS – Mobilidade Geográfica e Inserção Social, 1992; TeO – Trajetória e Origem, 2009), pode-se supor que eles possam estar sujeitos às mesmas dinâmicas observadas de discriminação vinculadas ao pertencimento étnico-cultural e racial (JAYET, 2016; SAFI; SIMON, 2013). Assim, os cônjuges estrangeiros racializados seriam mais frequentemente referidos à alteridade, seja pelo entorno amical e/ou familiar, seja pela sociedade anfitriã. Além disso, as representações estereotipadas e a hierarquização cultural tenderiam a expor os sul-americanos como um todo às discriminações e colocá-los em uma posição de desvantagem no que diz respeito à valorização de suas culturas. No entanto, a interseccionalidade entre raça, pertencimento étnico-cultural e gênero pode engendrar configurações onde, por exemplo, a posição privilegiada do cônjuge estrangeiro na ordem de gênero se mostre mais determinante do que as demais variáveis. As estratégias e negociações, seja na conjugalidade, seja nas discussões sobre a transmissão aos filhos, são tributárias do entrelaçamento dessas relações sociais. Mas pode-se supor que o fato de residir na

França, o nível de domínio da língua francesa pelo cônjuge estrangeiro e as representações recíprocas de suas culturas são fatores extremamente relevantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi evocado, esta pesquisa encontra-se em fase inicial. Os primeiros contatos com o campo já iniciaram e a previsão é de iniciar as entrevistas no fim de 2021, início de 2022. Os primeiros relatos permitirão ter uma apreensão inicial sobre os efeitos das variáveis consideradas. É possível que ajustes em relação às definições aqui apresentadas sejam feitos no decorrer da pesquisa. Outras perspectivas aparecem como interessantes para serem abordadas em futuros projetos, como um estudo comparativo entre casais mistos entre franceses e sul-americanos morando na França e no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. R. DE. **Au revoir Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980**. 2013. 407f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

ALMEIDA REGO, V.; CHRISTIANO, C. C. Ces drôles de Brésiliens – L’image du Brésilien dans les émissions humoristiques françaises et portugaises. **DIRE - DIversité REcherches et terrains**, n.1, 9 pp. 1-9, 2012.

BELLAMY, V. 236 300 mariages célébrés en France en 2015, dont 33 800 mariages mixtes. INSEE Première, n° 1638. 2017. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2656612>. Acesso em 23 de out. 2021.

BRUN, S. **Trouble dans la race : construction et négociations des frontières raciales dans deux types de familles mixtes en France**. 2019. 619f. Tese (Doutorado em Sociologia) – École Doctorale de Sciences Po, Programme doctoral de sociologie, Institut d’Études Politiques de Paris, 2019.

COLLET, B. Prénommer son enfant dans les couples mixtes : Stratégies d’ajustements interculturels et logiques de genre. **Recherches familiales**, v. n.16, n.1, pp.155-167, 2019.

COLLET, B. La mixité conjugale à l’heure de la mondialisation : Réalités contrastées entre individualisation et tradition. In: NEYRAND, G. (Org.) **Faire couple, une entreprise incertaine**. Toulouse: Editora Érès, 2020. p.127-144.

DEBONNEVILLE, J.; FRESNOZA-FLOT, A.; RICORDEAU, G. Mobilités dans le Sud globalisé : altérités, racialisation et fabrique des identités: Introduction. **Civilisations**, n.68, pp. 11-17, 2019.

DÉCHAUX, J.-H.; LE PAPE, M.-C. **Sociologie de la famille**. Paris: La Découverte, 2021.

FRESNOZA-FLOT, A. Transmission intergénérationnelle et pratiques linguistiques plurielles dans les familles belgo-philippines en Belgique. **Migrations Société**, v. n.172, n.2, pp. 91-104 2018.

GONZÁLEZ, O. L. ¿Qué sabemos sobre los migrantes latinoamericanos en Francia? Revisión bibliográfica comentada. In : CASTILLO, I. Y. del; HERRERA, G. (Ed.). **Nuevas migraciones latinoamericanas a Europa: balances y desafíos**. Quito: FLACSO, OBREAL, Universidad Católica de Lovaina, Universitat de Barcelona, 2007. p.139-165.

INSEE. Étrangers – Immigrés en 2018. Recensement de la population – Résultats pour toutes les communes, départements, régions, intercommunalités. Sítio Internet do INSEE. 2021a. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/5397751?geo=FE-1&sommaire=5397790>. Acesso em 23 de out. 2021.

INSEE. Étrangers et immigrés. Nationalités et pays de naissance détaillés. Recensement de la population 2018. Sítio Internet do INSEE. 2021b. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/5363834?sommaire=5363676>. Acesso em 23 de out. 2021.

INSEE. Immigrés vivant en couple selon leur pays de naissance et celui de leur conjoint. Données annuelles 2018. Sítio Internet do INSEE. 2021c. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2381510>. Acesso em 23 de out. 2021.

INSEE. L’essentiel sur... les immigrés et les étrangers ». Sítio Internet do INSEE. 2021d. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3633212>. Acesso em 23 de out. 2021.

JAYET, C. Se sentir français et se sentir vu comme un Français : Les relations entre deux dimensions de l’appartenance nationale. **Sociologie**, v.7, n.2, pp. 113–131, 2016.

LE GALL, J.; MEINTEL, D. Cultural and Identity Transmission in Mixed Couples in Quebec, Canada: Normalizing Plural Identities as a Path to Social Integration. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v.662, n.1, pp. 112-128, 2015.

LEGUTOWSKA, G. A. **Le mariage islamo-chrétien en France : une approche anthropologique**. 2012. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – École Doctorale Sciences de l’Homme, du Politique et du Territoire, Université de Grenoble.

LEITE, C. A. A representação da “mulher brasileira” construída pela Embratur entre 1966 e 1985. 2017. 172f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília.

SAFI, M.; SIMON, P. Les discriminations ethniques et raciales dans l’enquête Trajectoires et Origines : représentations, expériences subjectives et situations vécues. **Economie et statistique**, v.464, n.1, pp. 245–275, 2013.

SANTELLI, E.; COLLET, B. De l’endogamie à l’homogamie socio-ethnique : Réinterprétations normatives et réalités conjugales des descendants d’immigrés maghrébins, turcs et africains sahéliens. **Sociologie et sociétés**, v.43, n.2, pp. 329–354, 2012.

THERRIEN, C.; LE GALL, J. Projets identitaires parentaux des couples mixtes au Québec et au Maroc. Similitudes et effets du contexte national. **Recherches familiales**, v.14, n.1, pp. 55-66, 2017.

UNTERREINER, A. **Enfants de couples mixtes : liens sociaux et identités**. Rennes: PUR, 2015.

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

ZEITER, A.-C. Mixité, plurilinguisme et exolinguisme : asymétrie et pouvoir dans l'appropriation langagière. **Langage et société**, v.162, n.4, pp. 115-133, 2017.

OS IMPACTOS NADA INVISÍVEIS DA PANDEMIA SOBRE MULHERES

Aline Lamas¹
Léo Peixoto Rodrigues²

RESUMO: O presente trabalho irá abordar os impactos sociais e profissionais que mulheres em situação de vulnerabilidade, dentro de seus agrupamentos familiares, têm enfrentado no contexto da pandemia de Covid-19. A investigação pretende apresentar e discutir as ações individuais e peculiaridades enfrentadas por tais mulheres nesse período de crise sanitária, considerando que no caso brasileiro, tão logo começou a transmissão comunitária do SARS-CoV-2, estudos passaram a evidenciar marcantes desigualdades geográficas, sociais e étnico-raciais. As informações aqui apresentadas foram coletadas durante entrevistas piloto realizadas para o projeto de Tese da autora, cujo foco são estratégias e formas de sobrevivência dos sujeitos durante a pandemia de Covid-19. Para as entrevistas, foram definidas três categorias analíticas principais: impacto econômico, impacto na saúde e impacto sobre a educação. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, dentre usuários de uma Unidade Básica de Saúde de um bairro situado em área de vulnerabilidade socioeconômica, em região da com alta prevalência de Covid-19, de acordo com informações de relatórios prévios. Todas as entrevistadas mulheres relataram fragilidades emocionais e preocupação com sua saúde mental. O impacto econômico e a necessidade de novos arranjos familiares também foram destacados pelas entrevistadas.

Palavras-chave: Pandemia; Vulnerabilidade; Impactos sociais.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, autoridades de saúde chinesas reportaram o que seria o primeiro caso oficial de infecção pelo SARS-CoV-2. O vírus espalhou-se por diferentes continentes do planeta e, em março de 2020, a OMS – Organização Mundial da Saúde – declarou estar havendo uma pandemia de Covid-19, a doença causada pela infecção pelo SARS-CoV-2. Em 16 de setembro de 2020, o Brasil já era o segundo país no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, em número absoluto de mortes pelo vírus.

Ao mesmo tempo em que o vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, espalhou-se rapidamente pelo país, emergiram, no Brasil, peculiares e distintas estratégias de sobrevivência por parte do povo brasileiro, no sentido de criar mecanismos, seja no âmbito do trabalho, da saúde, da educação e da alimentação, mas especialmente em relação às suas vidas cotidianas, para o enfrentamento da pandemia.

Dentre os impactos da pandemia na economia do país, as transformações no mercado de trabalho atingiram diversas categorias de trabalhadores, que passaram a enfrentar e a lidar com novas realidades no que tange aos modos de viver e sobreviver. De acordo com a PNAD-COVID³, 2,7 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido a pandemia, e, dessas, 879 mil deixaram de receber remuneração em virtude do afastamento.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPel, alinelamas.ufpel@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPel, leo.peixotto@gmail.com

³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-COVID) é uma pesquisa desenvolvida pelo IBGE que objetiva estimar o número de pessoas com sintomas referidos associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende abordar especificamente os impactos sociais e profissionais que mulheres em situação de vulnerabilidade, dentro de seus agrupamentos familiares, têm enfrentado no contexto da pandemia de Covid-19.

2. METODOLOGIA

O presente Projeto utilizará uma combinação de métodos “*epidemiológicos*” e “*sociológicos*” de pesquisa. O componente epidemiológico envolve o estudo Epicovid-19⁴, um inquérito epidemiológico sobre a evolução da pandemia no Brasil. Esse estudo, o Epicovid-19, possui um braço estadual (Epicovid-19-RS) e um braço nacional (Epicovid-19-BR). Na pesquisa de âmbito estadual, foram conduzidas 10 fases entre abril de 2020 e abril de 2021. Em cada fase da pesquisa estadual – que de fato importa para a nossa abordagem sociológica –, foram entrevistados e testados 4.500 gaúchos em nove cidades, espalhadas por todas as regiões do estado.

A metodologia de pesquisa que norteará a nossa investigação empírica socorrer-se-á de boa parte da metodologia utilizada no Epicovid-19, sobretudo em seus aspectos técnicos do recorte empírico, que teve por base uma análise pormenorizada de dados demográficos do IBGE, em termos de características populacionais (etnia, gênero, faixa etária), extrato socioeconômico, bem como importante rigor técnico na construção amostral, tanto em nível nacional como regional.

Assim, com base nas informações epidemiológicas obtidas no estudo Epicovid-19-RS, desenhou-se o que aqui estamos chamando de “dimensão sociológica da pesquisa”, para a qual serão selecionadas mulheres em situação de vulnerabilidade, seguindo a amostra e identificação regional do Epicovid-19-RS, visando o estudo aprofundado sobre as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres, dentro de seus núcleos familiares, durante a pandemia. A partir dos dados encontrados no Epicovid-19-RS em relação a prevalência da infecção em bairros específicos de cada cidade sentinela, serão selecionadas *famílias* – como unidades primárias de análise⁵ – visando a realização de entrevistas que possibilitem identificar e conhecer as estratégias daquilo que vamos designar como “pessoas”, “povo”, “homem simples”, considerando o enfrentamento da pandemia de Covid-19, especificamente de mulheres chefes de família.

Minayo e Sanches (1993) afirmam que o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica, onde o método é o fio condutor para se formular esta articulação. Por isso, visando conhecer as realidades e as subjetividades dos grupos apontados no problema de pesquisa deste Projeto, a dimensão sociológica, como já mencionamos, será qualitativa e utilizar-se-á da técnica de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a pesquisa ainda está em andamento, os dados preliminares foram obtidos durante a realização de entrevistas piloto. As informações coletadas, permitem, desde já, que possamos identificar uma série de aspectos relevantes para a compreensão das estratégias dos indivíduos em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, especialmente das mulheres, como

⁴ O Epicovid-19 é um estudo coordenado pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas da [Universidade Federal de Pelotas](#) e financiado pelo Ministério da Saúde, que tem por objetivo medir a prevalência do coronavírus e avaliar a velocidade de expansão da Covid-19 no país.

⁵ De certo modo nos vimos confrontados com um dilema semelhante (não idêntico) àquele apresentado por Ernesto Laclau (2013, p. 122) ao definir a “família” como nossa “unidade básica de análise” posto que tal escolha sempre implicará em arbítrio e passível de possibilidades outras.

por exemplo, novos arranjos familiares e de moradia, como no caso da família que precisou mandar a filha de 15 anos para morar com a madrinha, em outro bairro da cidade, por falta de recursos tecnológicos necessários para que a adolescente participasse das aulas online. Na mesma família, ainda, a mãe precisou se tornar professora do filho autista, sem o apoio especializado presencial. Ainda, a questão da saúde mental, relatada por todas as entrevistadas como sendo um ponto crucial durante o enfrentamento da pandemia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações coletadas até o presente momento, consideramos que a realização das entrevistas piloto, embora tenha sido uma pequena amostra, serviu para nortear e auxiliar na construção da presente pesquisa, como base para a identificação de aspectos que necessitam ser abordados e discutidos no estudo, visando conhecer a realidade e as estratégias desenvolvidas por mulheres durante a pandemia de Covid-19.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HORTA, B. L. et al. **Prevalence of antibodies against SARS-CoV-2 according to socioeconomic and ethnic status in a nationwide Brazilian survey**. Revista Panamericana de Saúde Pública. 2020.

IBGE. **PNAD COVID19**. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>> Acesso em 21 abr 2021.

LACLAU, Ernesto. **A razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 239-262, jul./ser, 1993.

DE UMA UTILIZAÇÃO RESPONSÁVEL DO CONCEITO DE NEOLIBERALISMO

Sergio Schargel¹

RESUMO: Ainda que o golpe de 2016 tenha explicitado sinais de uma fragilização democrática no Brasil - sinais que já podiam ser encontrados no questionamento de Aécio Neves quanto à derrota nas eleições de 2014 ou mesmo em parcelas das manifestações do ano anterior -, a eleição de Jair Bolsonaro, um candidato assumidamente antidemocrático, pode ser tratado como ponto de ruptura de que a democracia brasileira estava em um momento crítico. Um momento crítico que é intensificado com os ataques e ameaças, muitas das quais declaradas, que o presidente concede diariamente. Mas o que Rafael Valim mostra em *Estado de exceção*, é que a semente do autoritarismo já estava sendo gestada muito antes, que o Bolsonarismo é um sintoma, não uma causa. A proposta deste trabalho é discutir a relação entre Estado de exceção, liberalismo e cultura política autoritária, através de uma figura que une os três: Bolsonaro. A discussão se faz relevante para compreender aquele que é um dos principais aspectos que o Bolsonarismo (ainda que Bolsonaro nunca tenha sido liberal) absorveu: o libertarianismo econômico. Liberais que, unidos pelo prefixo “neo”, descartaram todas as preocupações democráticas de um Mill, por exemplo, e sacralizam a liberdade econômica como um valor absoluto, sem qualquer preocupação, no processo, com a liberdade política.

Quatro anos depois de sua publicação, e a despeito de um panorama político distinto, o livro do professor e jurista Rafael Valim, *Estado de exceção*, permanece relevante para compreender aquele que é um dos principais aspectos que o Bolsonarismo (ainda que Bolsonaro nunca tenha sido liberal) absorveu: o libertarianismo econômico. Em suas curtas 64 páginas, Valim fornece um prognóstico de um processo que, embora já presente naquele ano, da qual a reforma trabalhista é o exemplo mais forte, se intensificaria com a chegada da “ala técnica” do Bolsonarista, dos liberais antiliberais que não hesitaram em encenar um Shakespeare político, encarnando a ideia de que o Diabo é capaz de citar as escrituras quando o convém. Liberais que, unidos pelo prefixo “neo”, descartaram todas as preocupações democráticas de um Mill, por exemplo, e sacralizam a liberdade econômica como um valor absoluto, sem qualquer preocupação, no processo, com a liberdade política.

Ainda que o golpe de 2016 tenha explicitado sinais de uma fragilização democrática no Brasil - sinais que já podiam ser encontrados no questionamento de Aécio Neves quanto à derrota nas eleições de 2014 ou mesmo em parcelas das manifestações do ano anterior -, a eleição de Jair Bolsonaro, no ano seguinte ao lançamento do livro, um candidato assumidamente antidemocrático, pode ser tratado como ponto de ruptura de que a democracia brasileira estava em um momento crítico. Um momento crítico que é intensificado com os ataques e ameaças, muitas das quais declaradas, que o presidente concede diariamente. Mas o que Valim mostra em seu livro, é que a semente do autoritarismo já estava sendo gestada muito antes, que o Bolsonarismo é um sintoma, não uma causa.

Dividido em quatro capítulos curtos, além de uma introdução e prefácio pelo Jessé Souza, a obra analisa a formação de um estado de exceção permanente a partir da configuração da democracia liberal. Como jurista, é natural que Valim dedique particular responsabilidade a esse processo de fragilização democrática às instituições jurídicas. É importante que Valim, um ano antes do Bolsonarismo, mas um ano depois do golpe, não tenha pudor em falar em autoritarismo. Afinal, os ansei-

¹Doutorando em Letras pela USP, doutorando em Ciência Política pela UFF, sergioschargel_maia@hotmail.com.

os antidemocráticos de um Bolsonaro não surgem do dia à noite, exigem um caldo de receptividade tanto por parte da população quanto das instituições.

No primeiro capítulo, o autor discute a origem e a noção do conceito de estado de exceção, imortalizado no famoso livro de Agamben, *Homo sacer*, e popularizado no período que se seguiu aos atentados de 11 de setembro. A exceção, entretanto, não é novidade: foi sempre um método utilizado em larga medida, como, por exemplo, durante a década de 90 na América Latina, uma forma de controlar crises, fossem elas econômicas, de segurança pública, política, ou de qualquer outra natureza. A diferença, todavia, conforme as ideias de Agamben, é que a ameaça do terrorismo trouxe consigo “uma modificação profunda de certos sistemas jurídicos diante de perigos duráveis” (VALIM, 2017, p. 14). Em suma, a exceção deixa de se valer pelo termo, para se tornar o padrão. A tese de Valim é simples, ainda que não simplória: o neoliberalismo impõe um estado de exceção permanente. E, no caso brasileiro, essa exceção se dá em particular pela esfera jurídica, que não hesita em abrir mão da Constituição para atingir seus interesses. Em outras palavras, em um oxímoro maquiavélico, promover uma corrupção visando combate a uma suposta outra corrupção. Publicado alguns anos antes dos vazamentos da Lava Jato, o texto se mostra quase preditivo.

O capítulo seguinte traz uma reflexão do autor sobre o estado atual da democracia. O estado de exceção se tornou padrão, de acordo com Valim (2017, p. 18), porque o modelo democrático-liberal evidenciou sua incapacidade de se manter. Ao transcender a lei, e ao se transformar na nova lei, a exceção erode a democracia gradualmente, tornando a vontade popular irrelevante. Nesse sentido, a própria política se torna criminalizada, e cresce em voz os discursos – classicamente liberais – que defendem a economia como ciência exata e independente da política, de onde se entende o apreço dessa forma de liberalismo pela exceção (VALIM, 2017, p. 19). Nesse cenário, com o afastamento da população da política, está dado o ingrediente perfeito à proliferação de messias autoritários que exploram esse ressentimento crescente na população, como lembra Valim (2017, p. 20): “Este é o chamado mal-estar da democracia contemporânea. Uma democracia sem povo, a serviço do mercado, e que, ao menor sinal de insurgência contra a sua atual conformação, é tomada por medidas autoritárias.” Estão dados alguns dos ingredientes da fragilização democrática, que aparecem com ainda mais força no capítulo seguinte, conforme Valim (2017, p. 24) dedica mais atenção ao caso brasileiro em específico, no bojo do golpe de 2016 e da utilização de ferramentas explicitamente corruptas em prol de um suposto combate à corrupção, a começar pelo golpe institucional em si.

Por fim, o curto último capítulo, limitado a apenas duas páginas, pensa nas perspectivas vindouras e se há solução às crises que o país se encontra há quase uma década, sem que, para isso, se incorra ainda mais à exceção. Uma das soluções propostas por Valim (2017, p. 31), seria retomar os preceitos daquilo que Mouffe (2003) chamou de democracia agonística, isto é, a compreensão da democracia como um campo de combate entre adversários que, ainda que disputem entre si, agem em consensos sobrepostos – concordância sobre a liberdade de expressão, de crença de associação e de que essas próprias liberdades devem ser limitadas para existir, por exemplo -, para utilizar a noção de Rawls (2000, p. 26), e se reconhecem como legítimos, não como monstros desumanizados a serem destruídos. Em outro ponto, o entendimento de que a economia deve servir às pessoas, e não o contrário (VALIM, 2017, p. 31). Ou seja, a economia deve ser um meio de diminuir as desigualdades estruturais, ainda mais em um país como um Brasil, e não um fim em si.

Apesar de quase meia década decorrida da publicação, com um cenário político e econômico muito menos otimista do que em 2017, o livro de Valim se mostra pertinente por antecipar o debate público acerca de elementos-chaves do Bolsonarismo, como o próprio estado de exceção em si e o processo de liberalização das diversas esferas. Pois, em um processo intensificado exponencialmente durante a pandemia, a exceção se transformou no “novo normal”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

AGANBEM, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, n.03, 2003.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ÓDIO A PARTIR DA CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO¹

Rogério do Nascimento Carvalho²
Ronaldo do Nascimento Carvalho³

RESUMO: O objetivo do artigo é despertar no leitor a consciência crítica sobre os motivos que levam a situação atual da construção social do ódio a partir da crise da democracia a partir dos governos Temer e Bolsonaro. O autor examinará a forma de como a crise da democracia abre espaço para o acirramento do encarceramento na presente década. Será descrito o desenvolvimento do processo institucional e social, bem como será debatido a importância de se compreender seu deterioramento como motivo ensejador que leva a democracia ao seu atual estágio de fragilidade. Verifica-se que a democracia precisa ser revigorada, sobretudo pela correição das funções do poder estabelecidas, refletindo à sociedade a importância ao respeito aos diplomas legais como fundamento primordial a sua sobrevivência. Trata-se de artigo de revisão bibliográfica, com ênfase nas obras de Castells(2018), Miguel (2014), Levisky e Ziblatt (2017) e Reis (2007). Assunto que ganha proporções crescentes na atualidade e de debates acadêmicos, a construção do ódio apresenta-se atualmente na seara de diversos países e no centro de discussão em no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O tema do trabalho pertence a área da sociologia com reflexos em áreas como ciências sociais, sociologia jurídica e direito. A problematização do trabalho se encontra vinculado na crise vivida pela democracia e como os governos Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019-atual) tem contribuído para o agravamento e apresentar a problematização que especifica o seu estudo.

A fundamentação teórica do trabalho é uma parte importante da introdução, onde o autor deverá explicitar as fontes bibliográficas e o entendimento que existe sobre o tema trabalhado. Também é na introdução que o autor deve expor os objetivos do trabalho.

Esses resultados estão de acordo com os reportados por CASTELLS (2018), MIGUEL (2014), LEVISKY E ZIBLATT (2017) e REIS (2007).

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado, com a revisão bibliográfica de autores renomados que recentemente publicaram obras sobre ódio e democracia, acoplados com a atual situação do país que desde 2016 observa-se guinada conservadora para a direita e recentemente a extrema direita pós-eleição de Bolsonaro. Os procedimentos adotados na realização da pesquisa e geração dos resultados levaram em consideração a observação do padrão de conduta das atitudes palacianas em Brasília e correlacionar com o descrito pelos autores utilizados na confecção do texto.

¹ Este documento foi criado com base no resumo expandido adotado pela UFPEL no Encontro de Pós-Graduação no SIIPE 2021.

² Doutorando no Programa Interunidades de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), rogerionascimento@usp.br.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Universidade Estadual de Goiás, dr.ronaldocarvalho@gmail.com.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos perenes demonstram que o crescimento do sentimento de ódio e a crise do modelo democrático advêm do questionamento que nasce do seio social que coloca em xeque todo o sistema por este não apresentar soluções definitivas aos anseios coletivos da população que, por sua vez, utiliza-se de protestos cada vez mais violentos em face dos seus governantes, como meio legítimo de demonstrar sua insatisfação.

Acompanhar a evolução da sociedade, com as novas dinâmicas que esta impõe criando novos conflitos que se apresentam cada vez mais complexos não têm sido correspondidas pelo sistema democrático e jurídico, pois os representantes eleitos pelo povo não modernizam a legislação com o fito de adequá-la ao momento atual, aleijando-as para ineficiência e, contudo, deixando sem resposta novas demandas que surgem da evolução da sociedade, que busca a harmonização da vida em âmbito coletivo.

Ao apontar motivações que levam o descrédito da democracia pela população e como o sentimento de repulsa ao próximo, leva a não compreensão por parte da sociedade na qual o regramento legal se faz necessário para estabilizar a crença nas instituições e colabora com o aumento da sensação de insegurança. Portanto, ao contrário do que assistimos com a deterioração das relações sociais, atesta-se a desarmonia em esferas e camadas sociais. Nesse sentido, os objetivos são o de demonstrar o liame entre o crescimento do ódio na sociedade na crise vivida pela democracia brasileira com intuito de entender a explosão da violência e suas consequências pela tomada de decisões estatais.

Os processos que levam as atuais mudanças da sociedade brasileira e, no caso do presente artigo o foco ficará centralizado em aprofundar a crise da democracia e suas repercussões com o fito de compreender a condução errônea de políticas governamentais podem levar o questionamento de instituições que existem para proteger o cidadão, que se enxerga inerte ou até mesmo inexistente dentro deste processo decisório.

A celeuma criada pela ruptura abrupta com o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 fez com que ressurgisse ao centro do jogo de poder figuras do imobilismo político de poder, no caso Michel Temer. A guinada política adotada pós-impeachment buscou abrir o mercado nacional à custa a precarização do mercado de trabalho, de reformas constitucionais que suprimem direitos sociais e limitação de gastos para impedir investimentos na área social. Trata-se de ditames que agradam o mercado, mas não encontra o mesmo correspondente junto à população. Com recordes de rejeição, Temer sobreviveu no cargo graças ao trâmite que possuía junto ao Poder Legislativo e que proporcionou as condições para a vitória de Bolsonaro em 2018, até então visto como do baixo clero no Congresso Nacional.

Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro se valeu de sua condição de outsider para contrapor-se aos dois partidos majoritários à época, PSDB e PT, que saíram enfraquecidos do pleito. Entretanto, ao tomar posse em 01 de janeiro de 2019, o atual incumbente vem promovendo a desconstrução do Estado em diversos níveis, rejeitando opositores, negando ciência (notadamente durante a pandemia da COVID-19) e demitindo funcionários públicos que não congreguem as vontades palacianas.

Michel (2014) ao tratar das crises sociais e políticas depreende-nos em suas afirmações que o acirramento que é veiculado por Temer e Bolsonaro se encaixam no espectro da politização do ódio e, conseqüentemente a vertente da democracia se fragiliza no seio da população. A multiplicação de notícias imprecisas, da vedação do progresso da ciência e ataque sistemático as instituições são elementos que esses governantes se utilizam para manter-se no poder. É a justificativa utilizada para atacar a democracia, fomentar o ódio, a divisão, incitar violência e negar acesso a que se opoe a seu cerco político.

O processo de narrativa que se encontra em curso em diversos órgãos federais foi orquestrado ainda na gestão Michel Temer e aprofundados no atual governo. A sobrevivência política depende da instabilidade generalizada, por isso o meio mais conveniente é inculcar o medo

e desconfiança no voto e na democracia. Atacar o processo em um país como o Brasil que ainda não está sedimentado a democracia torna-se presa fácil de dirigentes populistas e autoritários.

Portanto, explicar a crise da democracia sob dois aspectos: o primeiro, de cunho social, onde visa vincular a condução política econômica e de como pode influenciar o sentimento de pertencimento ao grupo social e, da falha do poder público em não repartir e gerenciar as riquezas produzidas pela nação com intuito de obter sensação de conforto e de bem estar, o que melhoraria sensivelmente a exclusão social.

Por outro lado, também se faz necessário explicar elementos de cunho institucional que levam a desarmonia entre os poderes constituídos da República que geram elaboração de leis equivocadas, negociações com fulcro de obter maioria nas casas legislativas com objetivo da governabilidade, que dentro da esfera do presidencialismo de coalizão brasileiro, leva a cooptação de políticos de bases ideológicas diversas, que buscam defender seus interesses em detrimento dos interesses comuns da população.

O quadro atual de construção e crescimento de ódio e violência na sociedade global tem explicações na qual Castells (2018) aduz que a confiança das instituições políticas e sociais se apresenta em “uma crise econômica que se prolonga em precariedade de trabalho e em salários de pobreza. Um terrorismo fanático que fratura a convivência humana, alimenta o medo cotidiano e dá amparo à restrição de liberdade em nome da segurança” (CASTELLS, 2018, p. 7).

Complementando o disposto acima, Miguel (2014) afirma que a democracia que estiver assentada em princípios que preconizem desigualdades de classe podem sofrer dificuldades para consolidação da democracia vez que estará presente o conflito social, nascedouro do sentimento de rejeição por parte da população, visto que o poder está concentrado nas mãos de pessoas que não estão comprometidas com o desenvolvimento da democracia.

Fato notório é assunção de políticos que representam esta forma de pensamento no cotidiano atual. No Brasil, na América Latina e no mundo visualiza-se a chegada ao poder de candidatos que assumem o poder sob a premissa do combate a figura do outro, geralmente imigrante, pobre, negro, indígena, homoafetivo, ou seja, parcela da população que segundo o espectro desses dirigentes não são considerados cidadãos plenos como os demais e, por isso, vão ser mais vitimizados pelas políticas de encarceramento promovidas pelos países como forma de responder ao anseio do eleitorado que alavanca estes ao poder.

No caso dos Estados Unidos da América, à guisa de exemplo, Levisky e Ziblatt (2017) ao comentar a ascensão de Donald Trump que polarizou a democracia americana e chamou a atenção do mundo por não procurar meios democráticos para solucionar conflitos “o enfraquecimento de nossas democracias está enraizado na polarização sectária extrema - uma polarização que se estende além das diferenças e adentra conflitos de raça e cultura” (LEVISKY E ZIBLATT, 2017, p.20).

O ódio nasce, segundo Reis (2007) da incapacidade de reinvenção da democracia diante dos dilemas atuais aos quais se encontra exposta seja pelas intempéries de cunho econômico ou ainda, da incerteza política oriunda de arranjos visando a manutenção do poder em nome da governabilidade mas ao custo de atender interesses múltiplos da base de apoio, o que acarreta, conjuntamente, com a gravidade da atual crise fiscal, consequência da asfixia promovida por Temer e Bolsonaro e, ainda, a irresponsabilidade na condução da pandemia da COVID-19, além do desmonte sistemático da estrutura democrática do Estado que corroí a democracia e fomenta a violência entre cidadãos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, que da falha estatal em promover o bem comum também enseja o sentimento de ódio, uma vez que a opção tomada pelo Estado liberal e conservador privilegia interesses industriais e do mercado apoiando-se na administração das riquezas produzidas pelos

cidadãos, sem a este devolver na qualidade e prestação de serviços públicos. Os autores citados coadunam em afirmar que o alijamento do cidadão ao acesso dos recursos e do olhar do governante forma o arcabouço que irá culminar no sentimento de ódio e repulsa por parte da população desassistida pelas autoridades.

A atual crise do sistema social impacta diretamente a democracia em seus pilares fundamentais e o questionamento atual permite enxergarmos como a sociedade precisa estar organizada. Historicamente, o Brasil conviveu com círculos de detração e recuperação econômica, sempre com a premissa de efetuar distribuição de renda e, assim, permitir obter a paz social – que atualmente está distante visto o agravamento e profundidade da violência que assusta e ao assistirmos os governantes adotarem medidas paliativas e repressivas contra a população, por não terem respostas concretas à crise da qual são protagonistas.

Evidentemente, o presente artigo permite a reflexão não só na seara penal, como também aos ramos conexos do direito e, ainda, de outras áreas de conhecimento, o que denota a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Desta forma, conclama-se que a sociedade possa, no menor tempo possível, atender de forma conveniente esta demanda, com intuito de trazer pacificação social e melhora da confiança nas instituições que são os pilares da democracia e, assim, evitar a ocorrência do surgimento de salvadores da pátria ou instalação de regimes párias no Brasil.

De forma objetiva, depreende-se que a pesquisa é importante para notar o padrão das decisões políticas e como afetam a democracia, fomentando o ódio e a desunião, criando desarmonia político-social evidenciando a fragilidade que vive o Brasil em momento singular de sua história.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, S. e ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MICHEL, D. **Sociologia das crises políticas**: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Capítulo de livro

REIS, F.W. Dilemas da democracia no Brasil. In: AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 467-490.

O FENOMENO DA JUDICIALIZAÇÃO: UMA CONTROVÉRSIA PÚBLICA DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS ESTADOS DA BAHIA, MARANHÃO E DO RIO GRANDE DO NORTE

Nara Maria da Silva¹

RESUMO: O FENOMENO DA JUDICIALIZAÇÃO: UMA CONTROVÉRSIA PÚBLICA DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS ESTADOS DA BAHIA, MARANHÃO E DO RIO GRANDE DO NORTE: O novo coronavírus se espalhou no início de 2020, rompendo a fronteira da China e avançando entre todos os países do globo terrestre, fazendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o estado de pandemia. Devido ao avanço da pandemia os governadores dos Estados tomaram medidas rigorosas de isolamento com o objetivo de impedir a disseminação. O que gerou forte controvérsias entre a União Federal e os demais entes federados, este estudo objetiva dedicar-se a análise do fenômeno da Judicialização ocasionadas pela controvérsia dos entes federados dos Estados da Bahia, Maranhão e do Rio Grande do Norte que começou no início de 2020 até o corrente momento. Em que pese nossa problematização teórica, a controvérsia compreendida como um gênero específico de um conflito está desenhada pelas posições conflitantes assumidas pelos entes federados e para isso nos questionamos: Em que medida essa controvérsia pública do Covid-19 pode ser compreendida a partir da judicialização da saúde?. Para esse estudo empregaremos a abordagem qualitativa para analisar a controvérsia pública entre os entes federados; o uso da hermenêutica; historiografia.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa partiu da pandemia do coronavírus, no qual teve seu início no continente asiático, em uma cidade da China, Wuhan, quando foi identificado uma nova espécie de vírus chamada por *Novo Coronavírus 2019* que provocava doenças respiratórias fatais. Esse novo vírus acabou rompendo a fronteira da China e avançando entre os continentes e, por sua vez, foi declarada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. (DUARTE; QUINTANA, 2020)

No território brasileiro, as primeiras detecções surgiram na região sudeste e em pouco tempo se alastrou por todo o Brasil. Em meados de fevereiro, foi promulgada a lei 13.979/2020 que aborda sobre o enfrentamento de emergência da saúde pública, tratando das medidas de proteção coletiva, de isolamento social, quarentena, realizações compulsórias de exames e das atividades públicas (BRASIL, 2020). Além disso, também seguiu os decretos 10.282/2020 e o 10.329/2020 que dizem respeito das atividades e serviços essenciais liberados nesse período de pandemia. (NETTO, 2020).

Os governadores seguiram as orientações técnicas da OMS para evitar a propagação do vírus, contudo as ações da União Federal seguiam por outra via. A negligência do chefe do Executivo resultou na ADPF 672 acionada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nela foi questionada as ações e omissões da administração pública federal na condução das políticas públicas, da saúde e da economia em face da pandemia. (BRASIL, 2020)

Em 2020, ocorreu uma liminar do Ministro Marco Aurélio do STF que explicitava a competência de estados e municípios de tomar medidas para conter a pandemia sem que a União possa interferir nos assuntos que diziam respeito a determinar quarentenas, medidas de isolamento e restrição de atividades. Essa ação questionava, na época a Medida Provisória (MP) 926 que aventava a inconstitucionalidade da redação do artigo 3º da Lei nº 13.979/2020 que aborda a competência que

¹ Bacharela em direito, pela Unifacex, pós-graduada em direito e processo do trabalho, pela Unifacex, mestranda em Ciências Sociais pela UFRN, silva.m.nara@gmail.com

as autoridades podem adotar. Essa inconstitucionalidade abriu caminho para a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 6341 proposta em 23/03/2020 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) que questionava esse trecho.

Nessa forma, o STF reafirmou as competências de estados e municípios para tomar medidas protetivas contra a Covid-19, vencidos pelos votos de seus colegas que entendiam pela divisão de competências para cuidar da saúde pública, como já viemos afirmando. (CARNEIRO; POMPEU, 2020, *on-line*). Esse cenário de conflitos, resultou no que entendemos por controvérsias públicas que ocasionaram essa fragilidade no pacto federativo, assim, quando mencionamos controvérsia, nos referimos aos momentos efervescentes, nessa esteira, podemos compreender que controvérsias são como o gênero específico de um conflito, possuindo uma estrutura triádica, na qual uma disputa entre duas partes é encenada diante de um público possuindo um juiz como terceiro colocado (CANTU, 2017, p.158). Para isso o objeto de estudo pretende analisar essa controvérsia pública partindo da reconstrução dos atos sociais e institucionais que conduziram a essa disputa entre o Governo Federal e os demais entes federados como estados e municípios.

Alguns desses momentos destacados e percebidos como controvérsia ao qual dispomos a analisar diz respeito ao isolamento social e a quarentena foram alguns ápices do ano de 2020. Nesse ponto, a fundamentação teórica acerca do fenômeno da judicialização cresceu no Brasil após a segunda guerra mundial, nesse aspecto, a crescente juridificação das sociedades tem optado pela via judicial para resolução de conflito. O desenvolvimento de estudos tem expostos preocupações com aspectos: de acesso à justiça, segurança pública, violência, o perfil dos operadores do direito como também as decisões dos tribunais entre outras causas. (OLIVEIRA, 2019)

Dessa forma, nos dedicaremos as análises em três estados do nordeste brasileiro por ser uma região não muito enfática no campo da judicialização de políticas públicas como mencionou a constitucionalista Vanessa Elias de Oliveira (2019). Nosso objetivo será analisar o fenômeno da judicialização ocasionada pela controvérsia dos entes federados dos Estados da Bahia, Maranhão e do Rio Grande do Norte que começou no início de 2020 até o corrente momento e investigar os discursos das ações do controle de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal respectivas ao período do covid-19 dos três estados supracitados.

Nesse aspecto, nossa problemática versa: Em que medida essa controvérsia pública do Covid-19 pode ser compreendida a partir da judicialização da saúde? Para ajudar a responder essa indagação trabalharemos com alguns aportes teóricos, a mencionar: Jurgen Habermas, Marcelo Neves, são alguns nomes que iremos nos atentar para a questão da judicialização, enquanto Luc Boltanski e sua sociologia pragmatista, auxiliará nas categorias de justiça acionadas pelas ações do controle de constitucionalidade a serem investigadas, para a abordagem de etnografia dos documentos, Leticia Ferreira e Laura Lowenkron nos exporá acerca das técnicas e o que deve ser enfatizado. Por outro lado, existem outros autores paralelos que nos auxiliam fortemente.

2. METODOLOGIA

O estudo encontra-se em fase de execução, utilizando-se de abordagem qualitativa, servindo principalmente da análise, tratamento hermenêutico das peças judiciais como também de notícias e entrevistas que circularam na imprensa nacional que fomentaram a controvérsia pública entre os entes federados nesse cenário de pandemia.

Para contextualizarmos melhor, a pesquisa encontra-se distribuída em alguns momentos chaves. Tratando-se no primeiro momento do referencial teórico e o percurso metodológico que buscamos apresentar para situar o objeto de estudo. Por sua vez, expomos o surgimento da pandemia do coronavírus na situação nacional e em três estados do nordeste brasileiro, quais sejam: Bahia, Maranhão e o Rio Grande do Norte.

Dando continuidade a distribuição dos momentos abordados, nos dedicamos a judicialização da política no Supremo Tribunal Federal na perspectiva das controvérsias surgidas entre o governo federal e os governos estaduais – no tocante os três já citados – e por fim, mas não menos importante,

a realização de uma etnografia dos documentos com as controvérsias públicas a partir das decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal.

Nesse quesito, fazemos a investigação através de consultas de sítios públicos como a Secretaria de saúde dos respectivos locais, por meio de consultas dos decretos publicados com acesso ao público e os próprios meios de imprensa local e nacional. Logo após compreenderemos o fenômeno da judicialização com os autores mencionados para fazermos em outro momento o uso da abordagem etnográfica dos documentos que versa sobre explorar o potencial heurístico das ações reunidas como ADI; ADPF, Acordãos e ADCs. Nosso intuito de reunir e registrar esses documentos é apresentar essas controvérsias públicas dos atos de isolamento social e quarentena. Eles são essenciais para ajudar a responder a nossa pergunta problema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte, o momento atual da pesquisa, percorre o surgimento da pandemia do coronavírus e a situação nacional e em três estados do nordeste brasileiro a) Bahia; b) Maranhão e; c) Rio Grande do Norte. Ele contará com a distribuição de quatro seções, no qual a (2.1) primeira tratará do surgimento da pandemia do Covid-19. A segunda e a terceira seção, damos atenção para a origem da pandemia em cada um desses três estados já supracitados. E para finalizar as seções, a última, é dedicado aos discursos proferidos pelo Chefe do Poder-Executivo e as medidas tomadas pelos governadores dos Estados que entendemos como a trajetória das controvérsias públicas.

Decidimos partir pela amostra de dados territoriais, o índice populacional de cada Estado para depois pontuarmos a gênese do vírus nesses territórios e o histórico do primeiro caso de coronavírus a fim de informar sobre os decretos estaduais. Registrou-se os primeiros casos e fizemos uma coleta de dados nas secretarias de saúde pontuando os casos de covid-19. Percebemos que as atuações do combate da pandemia foram harmônicas, tanto que eram repetitivas expor as decisões e medidas de isolamento. Em nota, o boletim epidemiológico tratou o seguinte:

O estado do Rio Grande do Norte até o presente momento possui oito notificações para COVID-19, os quais foram classificadas pelo Ministério da Saúde como casos suspeitos. Observa-se o aumento das notificações a partir do dia 24 de fevereiro, fator já esperado em decorrência da inclusão de oito países para definição de caso suspeito, assim como término do período do carnaval, onde verifica-se grande trânsito de pessoas. Além disso, é possível afirmar que as notificações no RN tem se apresentado equânime em relação ao sexo (RIO GRANDE DO NORTE, 2020, *on-line*)

Era previsto o aumento de casos de Covid-19 com o carnaval de 2020, as aglomerações deram vasão para a suspeita de novos casos. O governado da Bahia, Rui Costa, expressava no início de abril de 2020, que manteria medidas duras contra o coronavírus, fortalecendo o isolamento social (COSTA, 2020). Outras falas que sustentam e corroboram com o que mencionamos sobre as controvérsias públicas, conforme trecho que veremos dessa fala:

é um ensinamento militar: pior que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Não pode ficar parado ali... **“Fique em casa”.** Não dá. Desde o começo, eu adotei essa linha. E a gente fica triste, prezada Tereza Cristina, quando a gente vê pessoas assinando decreto proibindo determinado medicamento. Mesmo que não tinha comprovação científica, mas ele não apresentava uma alternativa. O que está em jogo? Vidas. (grifo nosso) (BRASIL, 2020, *on-line*)

E essa reação do presidente continuou ainda nos idos de 2021, quando o Chefe do Executivo acionou ação no Supremo Tribunal Federal contra as restrições nos demais estados, isso fez o governador da Bahia responder em rede que acionaria a Procuradoria Geral do Estado (PGE) (G1-BA, 2021, *on-line*) meses depois no mesmo ano de 2021, outra ação foi acionada pela união, o chefe

do Executivo representado pela Advocacia-Geral da União (AGU) entrou no Supremo Federal contra as medidas adotadas pelos governos de Pernambuco, Paraná e o Rio Grande do Norte que restringiram a circulação de pessoas e impuseram toque de recolher (JORNAL NACIONAL, 2021)

Exposto isso, o resultado obtido até agora com a reconstrução da controvérsia pública nos cenários apresentados demonstra certa fragilidade e crise no pacto federativo entre a União Federal e os outros entes federativos, estados e municípios. Tanto que segundo o artigo de Vanessa Elias de Oliveira *Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório do STF?* (2021), apresenta que o posicionamento da corte, partia do pressuposto da defesa do presidente da república, todavia, ocorreu essa mudança de decisão ao irem com os estados e municípios. Corroborando com a forte tensão existente entre entes federativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, pretendi apresentar durante o percurso da minha pesquisa, e demonstrar o caráter originário da propagação do vírus, assim como entender a formação da controvérsia pública. Nesse passo estamos evidenciando a crescente tensão entre os entes federados que está resultando em uma judicialização da política que conseqüentemente é demonstrado como uma fragilidade do pacto federativo. Para esse resultado, buscamos reconstruir a controvérsia pública desenvolvida. A partir desse aspectos nos guiaremos cada vez mais para responder nossa problemática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÓS ação de Bolsonaro no STF contra restrições em estados, Rui Costa diz que acionará PGE e critica presidente: ‘aliado do vírus’. **G1-BA**. Bahia. 19 de março de 2021. Disponível <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/19/apos-acao-de-bolsonaro-no-stf-contr-restricoes-em-estados-rui-costa-diz-que-acionara-pge.shtml> Acesso em Set de 2021.

BOLSONARO recorre ao STF contra medidas de isolamento em PE, PR e RN. **Jornal Nacional**. 27 de maio de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/27/bolsonaro-recorre-ao-stf-contr-medidas-de-isolamento-em-pe-pr-e-rn.shtml> Acesso em Set de 2021.

BRASIL. Planalto. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, Solenidade de Assinatura da Medida Provisória da Vacina contra o Coronavírus (Covid-19) – Palácio do Planalto**. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-solenidade-de-assinatura-da-medida-provisoria-da-vacina-contr-o-coronavirus-covid-19-palacio-do-planalto> Acesso em Set de 2021.

BRASIL. Planalto. Lei nº 13.979 de 6 de fev. de 2020. Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em set de 2021.

CANTU, Rodrigo. **LEMIEUX, Cyril. À quoi sert l'analyse des controverses?** Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle, 25, pp. 191-212, 2007. Para que serve a análise de controvérsias. UFJF. v11. Nº 3. Abril. 2017

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

CARNEIRO, Luiz Orlando; POMPEU, Ana. JOTA. **STF reafirma competência de estados e municípios para tomar medidas contra Covid-19**. Disponível em <https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-reafirma-competencia-de-estados-e-municipios-para-tomar-medidas-contr-covid-19-15042020>. Acesso em 01 jun. 2021

COSTA, Rui. A #Bahia manterá medidas duras contra o #coronavírus, fortalecendo isolamento social pra salvar vidas. Bahia, 18 de abr. 2020. Twitter: @costa_rui. Disponível em https://twitter.com/costa_rui/status/1251639617251684352. Acesso em: 20 out. 2021.

DUARTE, Geraldo; QUINTANA, Silvana Maria. Infecção pelo Coronavírus SARS-CoV-2 em obstetrícia. Enfrentando o desconhecido. (FEBRASGO). Disponível <https://www.feb-brasgo.org.br/pt/noticias/item/948-infeccao-pelo-coronavirus-sars-cov-2-em-obstetricia-enfrentando-o-desconhecido>. Acesso em 1 Jun. 2021

NETTO, Luisa. CONJUR. **O direito à ciência, a ADI 6.341 e a competência dos entes federados**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-jun-09/luisa-netto-direito-ciencia-adi-6341>. Acesso em 01 jun. 2021

OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil** / organizado por Vanessa Elias de Oliveira. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. MADEIRA, Lígia Mori. Judicialização da política no enfrentamento à Covid-19: um novo padrão decisório do STF?. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**. (35). 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/zVR7JRKnppq8TBw9VLMPXx/> . Acesso em Set de 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da saúde Pública – (SESAP). **Boletim epidemiológico**. Rio Grande do Norte, 1 a 9 de 2020. Disponível em <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap/DOC/DOC000000000225851.PDF> . Acesso em SET de 2021

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672/DF. Relator: Alexandre de Moraes. **Pesquisa de jurisprudência**, ADPF. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Brasília. 18 abr. 2020. Disponível em <https://re-dir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5885755>. Acesso em jul de 2021.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ÓDIO A PARTIR DA CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO¹

Rogério do Nascimento Carvalho²
Ronaldo do Nascimento Carvalho³

RESUMO: O objetivo do artigo é despertar no leitor a consciência crítica sobre os motivos que levam a situação atual da construção social do ódio a partir da crise da democracia a partir dos governos Temer e Bolsonaro. O autor examinará a forma de como a crise da democracia abre espaço para o acirramento do encarceramento na presente década. Será descrito o desenvolvimento do processo institucional e social, bem como será debatido a importância de se compreender seu deterioramento como motivo ensejador que leva a democracia ao seu atual estágio de fragilidade. Verifica-se que a democracia precisa ser revigorada, sobretudo pela correição das funções do poder estabelecidas, refletindo à sociedade a importância ao respeito aos diplomas legais como fundamento primordial a sua sobrevivência. Trata-se de artigo de revisão bibliográfica, com ênfase nas obras de Castells(2018), Miguel (2014), Levisky e Ziblatt (2017) e Reis (2007). Assunto que ganha proporções crescentes na atualidade e de debates acadêmicos, a construção do ódio apresenta-se atualmente na seara de diversos países e no centro de discussão em no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O tema do trabalho pertence a área da sociologia com reflexos em áreas como ciências sociais, sociologia jurídica e direito. A problematização do trabalho se encontra vinculado na crise vivida pela democracia e como os governos Temer (2016-2019) e Bolsonaro (2019-atual) tem contribuído para o agravamento e apresentar a problematização que especifica o seu estudo.

A fundamentação teórica do trabalho é uma parte importante da introdução, onde o autor deverá explicitar as fontes bibliográficas e o entendimento que existe sobre o tema trabalhado. Também é na introdução que o autor deve expor os objetivos do trabalho.

Esses resultados estão de acordo com os reportados por CASTELLS (2018), MIGUEL (2014), LEVISKY E ZIBLATT (2017) e REIS (2007).

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado, com a revisão bibliográfica de autores renomados que recentemente publicaram obras sobre ódio e democracia, acoplados com a atual situação do país que desde 2016 observa-se guinada conservadora para a direita e recentemente a extrema direita pós-eleição de Bolsonaro. Os procedimentos adotados na realização da pesquisa e geração dos resultados levaram em consideração a observação do padrão de conduta das atitudes palacianas em Brasília e correlacionar com o descrito pelos autores utilizados na confecção do texto.

¹ Este documento foi criado com base no resumo expandido adotado pela UFPEL no Encontro de Pós-Graduação no SIIPE 2021.

² Doutorando no Programa Interunidades de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), rogerionascimento@usp.br.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Universidade Estadual de Goiás, dr.ronaldocarvalho@gmail.com.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos perenes demonstram que o crescimento do sentimento de ódio e a crise do modelo democrático advêm do questionamento que nasce do seio social que coloca em xeque todo o sistema por este não apresentar soluções definitivas aos anseios coletivos da população que, por sua vez, utiliza-se de protestos cada vez mais violentos em face dos seus governantes, como meio legítimo de demonstrar sua insatisfação.

Acompanhar a evolução da sociedade, com as novas dinâmicas que esta impõe criando novos conflitos que se apresentam cada vez mais complexos não têm sido correspondidas pelo sistema democrático e jurídico, pois os representantes eleitos pelo povo não modernizam a legislação com o fito de adequá-la ao momento atual, aleijando-as para ineficiência e, contudo, deixando sem resposta novas demandas que surgem da evolução da sociedade, que busca a harmonização da vida em âmbito coletivo.

Ao apontar motivações que levam o descrédito da democracia pela população e como o sentimento de repulsa ao próximo, leva a não compreensão por parte da sociedade na qual o regramento legal se faz necessário para estabilizar a crença nas instituições e colabora com o aumento da sensação de insegurança. Portanto, ao contrário do que assistimos com a deterioração das relações sociais, atesta-se a desarmonia em esferas e camadas sociais. Nesse sentido, os objetivos são o de demonstrar o liame entre o crescimento do ódio na sociedade na crise vivida pela democracia brasileira com intuito de entender a explosão da violência e suas consequências pela tomada de decisões estatais.

Os processos que levam as atuais mudanças da sociedade brasileira e, no caso do presente artigo o foco ficará centralizado em aprofundar a crise da democracia e suas repercussões com o fito de compreender a condução errônea de políticas governamentais podem levar o questionamento de instituições que existem para proteger o cidadão, que se enxerga inerte ou até mesmo inexistente dentro deste processo decisório.

A celeuma criada pela ruptura abrupta com o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 fez com que ressurgisse ao centro do jogo de poder figuras do imobilismo político de poder, no caso Michel Temer. A guinada política adotada pós-impeachment buscou abrir o mercado nacional à custa a precarização do mercado de trabalho, de reformas constitucionais que suprimem direitos sociais e limitação de gastos para impedir investimentos na área social. Trata-se de ditames que agradam o mercado, mas não encontra o mesmo correspondente junto à população. Com recordes de rejeição, Temer sobreviveu no cargo graças ao trâmite que possuía junto ao Poder Legislativo e que proporcionou as condições para a vitória de Bolsonaro em 2018, até então visto como do baixo clero no Congresso Nacional.

Durante a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro se valeu de sua condição de outsider para contrapor-se aos dois partidos majoritários à época, PSDB e PT, que saíram enfraquecidos do pleito. Entretanto, ao tomar posse em 01 de janeiro de 2019, o atual incumbente vem promovendo a desconstrução do Estado em diversos níveis, rejeitando opositores, negando ciência (notadamente durante a pandemia da COVID-19) e demitindo funcionários públicos que não congreguem as vontades palacianas.

Michel (2014) ao tratar das crises sociais e políticas depreende-nos em suas afirmações que o acirramento que é veiculado por Temer e Bolsonaro se encaixam no espectro da politização do ódio e, consequentemente a vertente da democracia se fragiliza no seio da população. A multiplicação de notícias imprecisas, da vedação do progresso da ciência e ataque sistemático as instituições são elementos que esses governantes se utilizam para manter-se no poder. É a justificativa utilizada para atacar a democracia, fomentar o ódio, a divisão, incitar violência e negar acesso a que se opoe a seu cerco político.

O processo de narrativa que se encontra em curso em diversos órgãos federais foi orquestrado ainda na gestão Michel Temer e aprofundados no atual governo. A sobrevivência política depende da instabilidade generalizada, por isso o meio mais conveniente é inculcar o medo

e desconfiança no voto e na democracia. Atacar o processo em um país como o Brasil que ainda não está sedimentado a democracia torna-se presa fácil de dirigentes populistas e autoritários.

Portanto, explicar a crise da democracia sob dois aspectos: o primeiro, de cunho social, onde visa vincular a condução política econômica e de como pode influenciar o sentimento de pertencimento ao grupo social e, da falha do poder público em não repartir e gerenciar as riquezas produzidas pela nação com intuito de obter sensação de conforto e de bem estar, o que melhoraria sensivelmente a exclusão social.

Por outro lado, também se faz necessário explicar elementos de cunho institucional que levam a desarmonia entre os poderes constituídos da República que geram elaboração de leis equivocadas, negociações com fulcro de obter maioria nas casas legislativas com objetivo da governabilidade, que dentro da esfera do presidencialismo de coalizão brasileiro, leva a cooptação de políticos de bases ideológicas diversas, que buscam defender seus interesses em detrimento dos interesses comuns da população.

O quadro atual de construção e crescimento de ódio e violência na sociedade global tem explicações na qual Castells (2018) aduz que a confiança das instituições políticas e sociais se apresenta em “uma crise econômica que se prolonga em precariedade de trabalho e em salários de pobreza. Um terrorismo fanático que fratura a convivência humana, alimenta o medo cotidiano e dá amparo à restrição de liberdade em nome da segurança” (CASTELLS, 2018, p. 7).

Complementando o disposto acima, Miguel (2014) afirma que a democracia que estiver assentada em princípios que preconizam desigualdades de classe podem sofrer dificuldades para consolidação da democracia vez que estará presente o conflito social, nascedouro do sentimento de rejeição por parte da população, visto que o poder está concentrado nas mãos de pessoas que não estão comprometidas com o desenvolvimento da democracia.

Fato notório é assunção de políticos que representam esta forma de pensamento no cotidiano atual. No Brasil, na América Latina e no mundo visualiza-se a chegada ao poder de candidatos que assumem o poder sob a premissa do combate a figura do outro, geralmente imigrante, pobre, negro, indígena, homoafetivo, ou seja, parcela da população que segundo o espectro desses dirigentes não são considerados cidadãos plenos como os demais e, por isso, vão ser mais vitimizados pelas políticas de encarceramento promovidas pelos países como forma de responder ao anseio do eleitorado que alavanca estes ao poder.

No caso dos Estados Unidos da América, à guisa de exemplo, Levisky e Ziblatt (2017) ao comentar a ascensão de Donald Trump que polarizou a democracia americana e chamou a atenção do mundo por não procurar meios democráticos para solucionar conflitos “o enfraquecimento de nossas democracias está enraizado na polarização sectária extrema - uma polarização que se estende além das diferenças e adentra conflitos de raça e cultura” (LEVISKY E ZIBLATT, 2017, p.20).

O ódio nasce, segundo Reis (2007) da incapacidade de reinvenção da democracia diante dos dilemas atuais aos quais se encontra exposta seja pelas intempéries de cunho econômico ou ainda, da incerteza política oriunda de arranjos visando a manutenção do poder em nome da governabilidade mas ao custo de atender interesses múltiplos da base de apoio, o que acarreta, conjuntamente, com a gravidade da atual crise fiscal, consequência da asfixia promovida por Temer e Bolsonaro e, ainda, a irresponsabilidade na condução da pandemia da COVID-19, além do desmonte sistemático da estrutura democrática do Estado que corroí a democracia e fomenta a violência entre cidadãos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, que da falha estatal em promover o bem comum também enseja o sentimento de ódio, uma vez que a opção tomada pelo Estado liberal e conservador privilegia interesses industriais e do mercado apoiando-se na administração das riquezas produzidas pelos

cidadãos, sem a este devolver na qualidade e prestação de serviços públicos. Os autores citados coadunam em afirmar que o alijamento do cidadão ao acesso dos recursos e do olhar do governante forma o arcabouço que irá culminar no sentimento de ódio e repulsa por parte da população desassistida pelas autoridades.

A atual crise do sistema social impacta diretamente a democracia em seus pilares fundamentais e o questionamento atual permite enxergarmos como a sociedade precisa estar organizada. Historicamente, o Brasil conviveu com círculos de detração e recuperação econômica, sempre com a premissa de efetuar distribuição de renda e, assim, permitir obter a paz social – que atualmente está distante visto o agravamento e profundidade da violência que assusta e ao assistirmos os governantes adotarem medidas paliativas e repressivas contra a população, por não terem respostas concretas à crise da qual são protagonistas.

Evidentemente, o presente artigo permite a reflexão não só na seara penal, como também aos ramos conexos do direito e, ainda, de outras áreas de conhecimento, o que denota a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Desta forma, conclama-se que a sociedade possa, no menor tempo possível, atender de forma conveniente esta demanda, com intuito de trazer pacificação social e melhora da confiança nas instituições que são os pilares da democracia e, assim, evitar a ocorrência do surgimento de salvadores da pátria ou instalação de regimes párias no Brasil.

De forma objetiva, depreende-se que a pesquisa é importante para notar o padrão das decisões políticas e como afetam a democracia, fomentando o ódio e a desunião, criando desarmonia político-social evidenciando a fragilidade que vive o Brasil em momento singular de sua história.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, S. e ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MICHEL, D. **Sociologia das crises políticas**: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Capítulo de livro

REIS, F.W. Dilemas da democracia no Brasil. In: AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 467-490.

A PERFORMANCE DA MULHER CUIDADORA NO INTERIOR DE SÃO LOURENÇO DO SUL

HOLZ, Leandra.¹

RESUMO:

Este trabalho objetivou compreender o que indica a performance da mulher cuidadora em um contexto específico no interior da cidade de São Lourenço do Sul, a partir das impressões que surgem por meio da observação e vivência neste local. Foi utilizada a noção de gênero da filósofa Judith Butler como parâmetro para entender como se forma discursivamente a performance dessa mulher cuidadora, levando em consideração três pontos de discussão: a estrutura social da família, o casamento como única possibilidade de ascensão da mulher e a maternidade como objetivo de vida. Os resultados iniciais apontam para uma mulher cuidadora dos outros, vinculada à necessidade de um casamento e da maternidade, mostrando também que há determinados atos que devem ser desempenhados pela mulher e somente por ela, como cuidar dos filhos e prover seu desenvolvimento e realizar todo o trabalho doméstico. E mesmo que acompanhe o marido no trabalho braçal do campo, seu trabalho será, muitas vezes, considerado apenas como uma “ajuda”.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender o que indica a performance da mulher cuidadora em um contexto específico no interior da cidade de São Lourenço do Sul. São destacados três pontos de discussão: a estrutura social da família, o casamento como única possibilidade de ascensão da mulher e a maternidade como objetivo de vida.

A base teórica utilizada concentra-se na noção de gênero presente na obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” da filósofa JUDITH BUTLER (2003). Nesta obra, a autora problematiza a tentativa de universalização do termo “mulheres” e a busca de uma “identidade comum” presente em algumas teorias feministas. Ao fazer isso, essas teorias estariam caindo na armadilha a que se propõem combater e acabariam reafirmando as categorias de gêneros da estrutura binária e heterossexual. Segundo a autora, se o sujeito do feminismo é tido como universal, unitário e estável, disso resultam práticas de exclusão e legitimação. Assim, mesmo que os movimentos feministas estejam pautados em objetivos emancipatórios, eles acabam gerando consequências coercitivas e reguladoras (BUTLER, 2003).

Com base nessa perspectiva, tanto a noção de homem/mulher da biologia quanto a noção de masculino/feminino dado pela cultura, são “determinismos de significados de gênero” de uma estrutura binária e excludente. Ambas as noções produzem discursivamente um sujeito baseado em li-nhas de coerências culturalmente estabelecidas que obedecem a ordem compulsória sexo/gênero/de-sejo.

Essa breve colocação das principais críticas presentes nessa obra, são necessárias para explicar como o gênero está sendo entendido neste trabalho. Utilizando os termos de BUTLER (2003) “o gênero é uma performance”, isto é, um conjunto de atos repetidos, como aqueles realizados por atores e atrizes. Só que nessa encenação, nós somos os atores e atrizes e, embora seja uma performance individual, é uma ação pública em que nós encenamos significados de um determinado gênero e passamos a acreditar neles. Se o que temos são “performances sociais”, então a noção de uma “identidade de gênero” é apenas uma “ficção reguladora” (BUTLER, 2003) e é somente realizando

¹ Graduação em Gestão de Cooperativas (FURG), mestranda em Sociologia (UFRGS). E-mail: leandraholz81@gmail.com.

a repetição dos “atos de gênero” que podemos encontrar possibilidades de contestação, segundo os argumentos da autora (BUTLER, 2003).

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi produzido a partir da leitura realizada para uma disciplina do mestrado, da obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” de BUTLER (2003) que entende o gênero enquanto uma performance social. Com base nesse entendimento, surgem algumas impressões oriundas da observação e vivência com mulheres das localidades de Campos Quevedos e Faxinal, segundo e sétimo distrito do interior de São Lourenço do Sul, respectivamente, sendo a pesquisadora igualmente habitante deste meio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da noção de gênero presente no pensamento de BUTLER (2003), colocamos em discussão três pontos, dentre muitos outros que poderiam ser observados e trabalhados, considerando que estaremos nos atendo, apenas, as impressões que surgem da convivência nesse lugar, estabelecendo um diálogo com as discussões de BUTLER (2003), sem entrar nos inúmeros textos que vêm discutindo sobre a família rural, seja no Brasil ou em outros lugares.

A partir dessas impressões, seria possível dizer que, é socialmente reprovável não querer formar uma família, e isso a faz ser a instituição a que todos devem estar sujeitos. Sua estrutura social é baseada em um modelo patriarcal que vê o homem como o chefe da família e o dono da propriedade, o que o coloca também como responsável pelas decisões financeiras e pelo sucesso da família.

Ainda que o trabalho braçal da lavoura seja realizado pelo homem e também pela mulher, o trabalho realizado pela mulher é considerado apenas como uma “ajuda” ao homem. O mesmo tipo de “ajuda” não se repete quando o ambiente de trabalho é doméstico. Assim, a mulher precisa acordar muito mais cedo e ir dormir muito mais tarde para conseguir realizar todas as tarefas da casa e estar pronta para acompanhar o homem no trabalho do campo e, ao terminar o dia, o homem se dá ao luxo do sofá enquanto a mulher tem o trabalho doméstico a realizar. Isso também é reproduzido aos filhos, quando a menina precisa ajudar a mãe e o menino não. A estrutura social da família forma, em primeiro lugar, uma cuidadora do lar.

É também no âmbito da família que dirão para a figura feminina que ela deve almejar o casamento e, assim, entramos no segundo ponto de discussão. A imagem da mulher é necessariamente vinculada ao casamento, e seus valores são “medidos” com base nesse aspecto. Dentro dessa lógica, é construída uma ideia de que sozinha, a mulher nunca conseguirá ser feliz, nem nunca terá sucesso profissional. Além do “terror” de ficar sozinha, “ficar pra titia” ou ficar “solteirona”, circulam frases como “quando você casar, teu marido vai te dar uma vida melhor”.

A fim de conseguir um companheiro, há toda uma “preparação”, isto é, uma lista de regras com atos considerados “do seu gênero”: use tal roupa, não corte o cabelo curto, não fale palavrão, dentre tantas outras recomendações, além de uma das mais conhecidas “se sabe cozinhar, então já pode casar”. O mínimo ato de rebeldia resultará na mais singela afirmação: “homem não gosta de mulher assim”. O casamento como única possibilidade de ascensão forma uma cuidadora do casamento.

Ao estar casada – e somente depois disso – mais um papel aguarda ser desempenhado: a geração de filhos. A maternidade é considerada o objetivo da vida das mulheres desse contexto e sinônimo de realização plena. Logo perguntarão a mais nova esposa, quando virão os primeiros filhos e se planejam ter mais. A maternidade está de tal maneira imbricada nesse contexto, que faz parte da performance feminina do “ser mulher”. Há também uma constante comparação entre as mulheres e

uma maneira considera certa de cumprir o seu papel como mulher, o que forma uma cuidadora dos filhos.

Como podemos notar, há uma sobrecarga de trabalho em função dos outros, o que a deixa sem tempo para o seu próprio cuidado. Poucos são os momentos em que pode ficar sozinha e desfrutar de sua própria companhia, seja em forma de lazer como ler um livro ou assistir televisão, seja de cuidado com a sua própria saúde.

Portanto, o círculo está posto. Essa é a construção discursiva da mulher cuidadora no interior de São Lourenço do Sul. Não se trata de uma escolha pessoal e individual. A sujeição, segundo BUTLER (2017) explora o desejo da existência e, por isso, as normas sociais são internalizadas a fim de termos um certo “reconhecimento social”. Em outras palavras, é preciso desempenhar bem o seu papel “de gênero”, ou sua “sociabilidade” e sua própria existência ficará ameaçada.

É importante salientar que, na perspectiva de BUTLER, essa produção discursiva é fruto das relações de poder da estrutura binária na qual certas configurações culturais de gênero são naturalizadas e ocupam o lugar do “real” (BUTLER, 2003, p. 58). Por isso que, ao falar de gênero num sentido butlerniano, estamos falando de um conjunto de atos, performativamente ordenados, numa estrutura reguladora que determina quais identidades de gênero devem existir em detrimento de outras. “Ser” de um determinado gênero é na verdade um efeito desse regime de poder. Por isso que as possibilidades de contestação se dão justamente por estarmos e sermos sujeitos nessa “rede do poder”.

Por fim, para BUTLER (2003) a questão nunca é se devemos ou não realizar a repetição estilizada do corpo, mas *como* fazemos isso. E somente no interior dessas práticas repetidas que se torna possível a subversão da identidade. Assim, quando falamos que a performance da mulher cuidadora no interior de São Lourenço está ligado a um círculo que vincula sua existência ao casamento, à maternidade e à constituição de uma família, estamos falando de “expressões de gênero” de uma identidade performativamente constituída e regulada nos termos dessa inteligibilidade cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou compreender o que indica a performance da mulher cuidadora no interior da cidade de São Lourenço do Sul que, como vimos, é cuidadora dos outros (filhos, lar, casamento, família, etc.) e raramente de si. Os resultados tratam de impressões que se sobressaem na vivência neste meio, analisados tendo como base teórica, a noção de gênero da filósofa Judith Butler que muitas críticas dirigiu a teorias universalizantes e que buscam uma identidade comum.

Conseguimos perceber que a aparência social de gênero nesse contexto vincula a figura feminina à necessidade de um casamento e da maternidade. Casar e ter filhos é um ideal desenvolvido já no interior das famílias quando criança. Também mostramos que há determinados atos que devem ser desempenhados pela mulher e somente por ela, como cuidar dos filhos e prover seu desenvolvimento e realizar todo o trabalho doméstico. Mesmo que acompanhe o marido no trabalho braçal do campo, seu trabalho será, muitas vezes, considerado apenas como uma “ajuda”.

Esta foi, de maneira bastante inicial, uma tentativa de mostrar como o sujeito feminino é produzido discursivamente no interior desse contexto específico, considerando que “ser mulher” é na verdade desempenhar uma performance social, isto é, performar um conjunto de atos repetidos que de tanto serem reproduzidos dentro dessa estrutura de poder, tornam a “identidade de gênero” como algo real e natural. A necessidade de uma pesquisa mais aprofundada é evidente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VII JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
17 a 19 DE NOVEMBRO DE 2021

BUTLER, J. Introdução. In: BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. Cap.1, p. 9-38.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.